

Sínteses Afectivas

TEÓFILO BRAGA E OS CENTENÁRIOS

GOVERNO DOS AÇORES • DIRECÇÃO REGIONAL DA CULTURA
BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO REGIONAL DE PONTA DELGADA • MARÇO DE 2011

Sínteses Afectivas

TEÓFILO BRAGA E OS CENTENÁRIOS


Governo dos Açores
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Direcção Regional da Cultura


Biblioteca Pública e Arquivo Regional
GOVERNO DOS AÇORES


cultura
GOVERNO DOS AÇORES


CENTENÁRIO
DA REPÚBLICA
1910 - 2010

ISBN 978-972-647-254-4

Na Capa
Fotografia de

GOVERNO DOS AÇORES • DIRECÇÃO REGIONAL DA CULTURA
BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO REGIONAL DE PONTA DELGADA • MARÇO DE 2011



Sínteses Afectivas

TEÓFILO BRAGA E OS CENTENÁRIOS

Catálogo

Edição

Presidência do Governo Regional dos Açores
Direcção Regional da Cultura
Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada
2011

Coordenação

Maria Isabel João | Carlos Guilherme Riley

Texto

Maria Isabel João

Design gráfico

Oficina_1: Rui Filipe

Catálogo

Francisco Silveira | Catarina Pereira | Madalena
Gonçalves

Fotografia

António Pacheco (MCM)

Digitalizações

Albano Martins do Vale

ISBN

978-972-647-254-4

Tiragem

300 exemplares

Exposição

Comissária

Maria Isabel João

Produção

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada
2011

Coordenação

Carlos Guilherme Riley

Realização

Francisco Silveira | Catarina Oliveira

Museografia

Oficina_1: Rui Filipe | Claudia Zimmermann
Ruben Almeida

Impressões

Accional

Índice

Palavras do Director

Introdução

1 Teófilo Braga e as comemorações cívicas

2 Camões, Símbolo da Nacionalidade

Representações do poeta

Os retratos de Camões

3 Tricentenário da morte de Camões

A capital e a comemoração

Os festejos camonianos nos Açores

4 Centenário do Marquês de Pombal

Celebrações em Lisboa

Comemorações pombalinas nos Açores

5 Quinto centenário do nascimento do Infante D. Henrique

As celebrações no Porto

O mito henriquino

Comemorações henriquinas nos Açores

6 Quarto Centenário do descobrimento do caminho

marítimo para a Índia

Os festejos em Lisboa

Vasco da Gama, herói nacional

7 O Centenário nos Açores

Um grande homem da República

Vida de Teófilo Braga: breve cronologia

Referências bibliográficas

Nota de abertura

A presente Exposição – *Sínteses Afectivas. Teófilo Braga e os Centenários* – integra-se no conjunto de iniciativas que a Presidência do Governo Regional dos Açores, através da Direcção Regional da Cultura, decidiu empreender no quadro das Comemorações do Centenário da República.

À Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, instituição que tem à sua guarda – desde 1928 – a biblioteca e espólio documental de Teófilo Braga, impunha-se tomar uma iniciativa que destacasse a importância desta figura patriarcal do pensamento republicano português, evitando o caminho - já diversas vezes percorrido - da simples narrativa sobre a sua vida e obra.

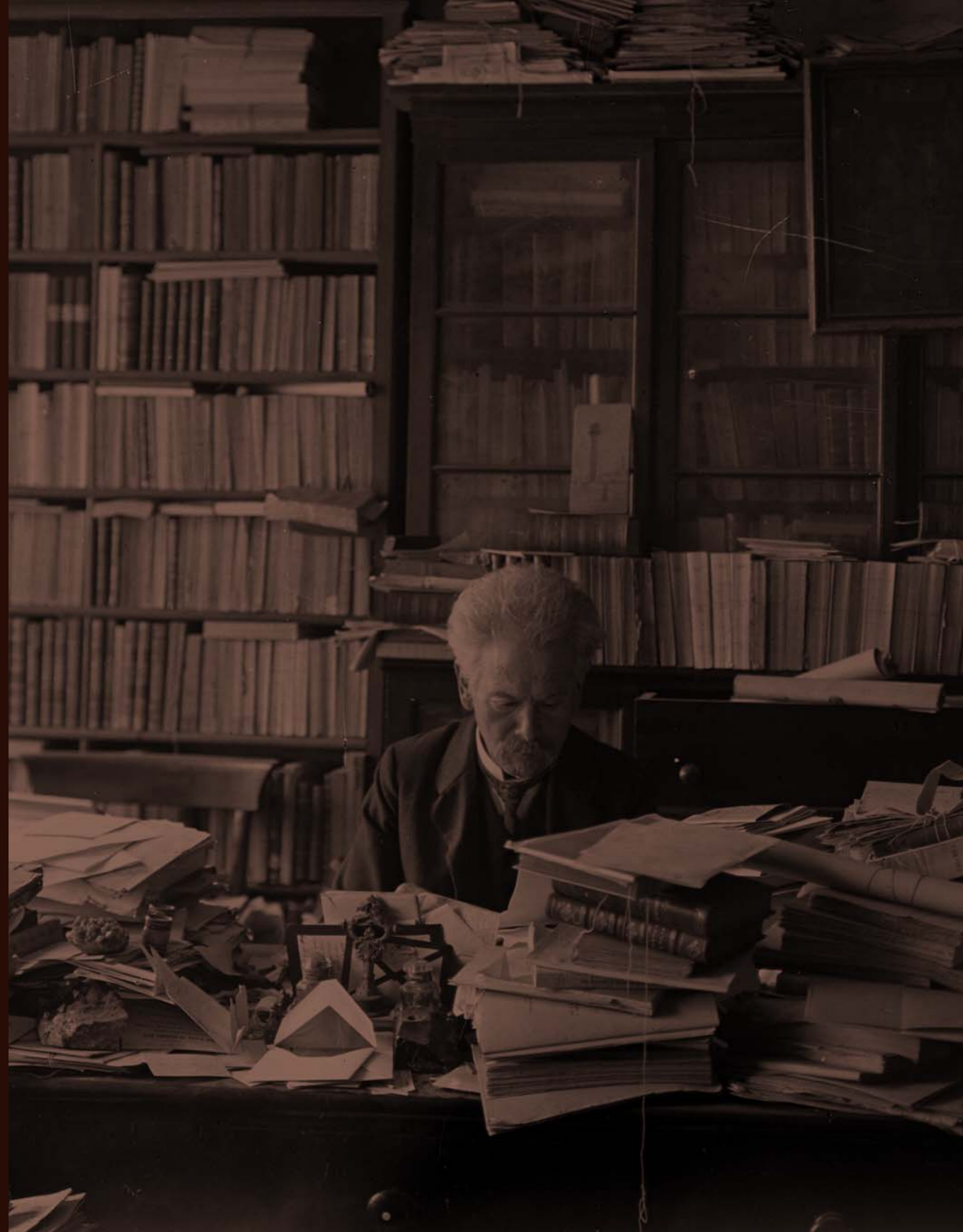
Afastado o modelo biográfico, procurou-se uma abordagem temática que cumprisse o objectivo de evocar o pensamento de Teófilo Braga em articulação com o actual quadro comemorativo do centenário da República e, nesse sentido, pareceu-nos natural que o projecto estivesse centrado sobre a própria ideia dos *centenários*, pois foi ele o principal publicista, impulsionador e ideólogo deste tipo de celebrações cívicas no Portugal contemporâneo.

nador e ideólogo deste tipo de celebrações cívicas no Portugal contemporâneo.

Assim definido o tema da Exposição, foi também com naturalidade que surgiu a ideia de convidar para sua comissão a Prof^a. Doutora Maria Isabel João, cujos estudos e publicações nesta área – das comemorações históricas – a tornam particularmente qualificada para nos guiar na descoberta de um dos mais significativos e perenes legados de Teófilo Braga: o culto cívico dos centenários e dos *grandes homens* enquanto pedagogia republicana da identidade nacional.

Apresentadas as etapas iniciais do projecto de trabalho, é tempo de dar lugar aos resultados, não sem antes fazer votos de que esta Exposição e o seu respectivo catálogo possam desvendar mais qualquer coisa sobre um homem - nascido e criado em Ponta Delgada - que, nas palavras de Ramalho Ortigão, *passa na multidão inteiramente confundido no todo, como se fosse uma molécula da grande colectividade que se chama o vulgo.*

*A Direcção da Biblioteca Pública
e Arquivo Regional de Ponta Delgada*



Introdução

No quadro da comemoração do centenário da República e tendo como pretexto imediato a abertura ao público da Sala Teófilo Braga, na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, entendeu-se que faria todo o sentido realizar uma exposição em torno da figura e da obra deste vulto do republicanismo e da cultura nacional. Não é a primeira exposição sobre o tema e, pelo menos, três já ocorreram nesta biblioteca e estão documentadas em catálogos: a primeira realizada em 1943 ¹, por ocasião do centenário do nascimento de Teófilo Braga, a segunda em 1993 ² e a terceira no Dia dos Açores, em 2004 ³. A abordagem incide, tradicionalmente, sobre o homem e a obra literária e política, beneficiando do rico acervo da livraria e do espólio do autor que se encontra à guarda desta instituição ⁴. Na exposição agora apresentada ao público, pretendemos focar o papel de Teófilo Braga na divulgação das comemorações dos centenários em Portugal e a sua intervenção naqueles que se realizaram no século XIX. Ao mesmo tempo, mostramos em que consistiram esses eventos e de que forma estão associados

a valores e a concepções de que Teófilo foi um dos principais corifeus no panorama nacional.

O primeiro núcleo incide no tema «Teófilo Braga e as comemorações cívicas». Por isso, partimos da sua obra fundamental nesta matéria, *Os Centenários como Synthese Afectiva nas Sociedades Modernas*, publicada em 1884 ⁵, e expomos diversas publicações feitas por ocasião de centenários, realizados em Portugal e no estrangeiro. Teófilo Braga foi um escritor com uma capacidade de trabalho e de produção intelectual fora do comum, com uma bibliografia vastíssima e uma intervenção sempre atenta aos acontecimentos em que, por razões ideológicas e culturais, entendia que devia participar. Estreitamente associada à questão dos centenários está, naturalmente, a teorização que fez sobre os Grandes Homens que deixou em vários textos, mas em especial na introdução à obra *Plutarcho Portuguez* ⁶ através da qual se pretendeu homenagear os principais vultos da história e da cultura nacionais.

1 *Primeiro centenário do nascimento do Doutor Teófilo Braga: 1843-24 de Fevereiro-1943*. Edição comemorativa da Câmara Municipal de Ponta Delgada. Ponta Delgada : Oficinas Tipográficas do Diário dos Açores, 1944. BPARPD FG B/2809

2 PONTA DELGADA. Biblioteca Pública e Arquivo – *Teófilo Braga: 1843-1924: testemunhos duma vida e duma obra: exposição*. Ponta Delgada : BPAPD, 1993 . BPARPD AÇORES 012 BRAGA, T.: 869.0 BRAGA, T. B477t

3 AÇORES. Direcção Regional da Cultura – *A república, a autonomia e o futuro: catálogo das exposições que integram as comemorações do Dia dos Açores, 31 de Maio*. [Angra do Heroísmo] : Direcção Regional da Cultura, 2004. BPARPD AÇORES 94(469.9)(083.82) R336

4 O acervo espólio Teófilo Braga inclui o seu arquivo composto por correspondência, apontamentos, recortes de jornais e fotografias, num total aproximado de 22500 documentos e a biblioteca, composta por de cerca de 10000 volumes que abarcam os mais diversos assuntos, desde a literatura até à política, passando pela

filosofia. Fazem ainda parte deste espólio alguns objectos pessoais, testemunhos do seu percurso de vida. Este conjunto documental, foi adquirido aos herdeiros pela Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada em 1928. O valor da compra foi de 220 contos, conforme o referido na acta da sessão da Comissão Administrativa da Junta Geral, datada de 19 de Junho de 1928, foram adquiridas as seguintes tipologias documentais: «(...) livraria e todos ao papeis considerados de valor literario (manuscritos, apontamentos e cartas) pertencentes ao eminente professor Senhor Doutor Teofilo Braga, incluindo os direitos de autor das suas obras (...)». Era então presidente desta Comissão o Dr. Luís de Bettencourt Medeiros e Câmara.

5 BRAGA, Teófilo – *Os Centenários como sintese afectiva nas sociedades modernas*. Porto : Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884. BPARPD TB A/1 RES

6 BRAGA, Teofilo ; MARTINS, Oliveira ; VASCONCELOS, Joaquim de – *Plutarcho Portuguez: colecção de retratos e biographias dos principaes vultos historicos da civilização portugueza*. Porto : Julio Costa, Emilio Biel & C.ª, 1881. BPARPD TB C/304 RES

No segundo núcleo, centramo-nos no poeta Luís de Camões que foi visto por Teófilo Braga e por muitos intelectuais oitocentistas como um símbolo da nacionalidade. O culto camoniano expressou-se através de uma abundante iconografia, apesar de subsistirem até hoje fundamentadas dúvidas sobre qual seria a *vera effigie* do poeta. Exemplificamos esse facto com uma selecção de retratos do século XIX. Mostra-se, em seguida, o papel de Teófilo Braga como estudioso e cultor da memória de Camões, destacando-se as múltiplas obras que escreveu sobre a vida e a obra do épico português. Finalmente, apresenta-se uma selecção das edições de *Os Lusíadas*, a obra que granjeou ao poeta a imortalidade e o direito de figurar no panteão dos grandes vultos nacionais. Damos, obviamente, destaque às luxuosas edições do século XIX e a um estudo sobre a geografia de *Os Lusíadas*, que encontramos na colecção camoniana de Botelho de Andrade ⁷, que tem o mérito de fazer a respectiva cartografia.

No terceiro núcleo, incidimos sobre o tricentenário da morte de Camões, celebrado em 1880, no qual Teófilo Braga desempenhou um papel central. Por um lado, foi um apaixonado defensor da realização do centenário em Portugal, à semelhança do que se estava a fazer noutros países da Europa em relação às grandes figuras das respectivas culturas nacionais. Por outro lado, não se limitou a defender a ideia, participou na comissão organizadora e teve uma intervenção activa nas celebrações. Este foi o

centenário fundador deste tipo de comemorações cívicas em Portugal que, nas décadas de 80 e 90, ainda daria lugar a outras manifestações congéneres, de que seleccionámos as mais significativas que contaram com o beneplácito de Teófilo Braga, apesar de não se ter envolvido directamente na sua organização. O enfoque dado ao tricentenário tem duas razões fundamentais: uma já foi enunciada e prende-se com o seu papel de iniciador deste género de eventos; a segunda é de ordem muito prática e deriva do rico acervo de peças que foi possível seleccionar das colecções camonianas de José do Canto ⁸ e de Botelho de Andrade. Deste modo, é possível focar múltiplos aspectos deste grande acontecimento nacional, vendo os organizadores do centenário, o programa, as festas no continente e nos Açores, a repercussão no estrangeiro e, por fim, o magnífico espólio de caricaturas do centenário, em que se destacam as de Rafael Bordalo Pinheiro, no *António Maria*.

O quarto núcleo temático é dedicado ao centenário do Marquês de Pombal, em 1882. Teve o apoio de Teófilo Braga que, na sua obra sobre os centenários, o apresenta como um exemplo de estadista. Foi um centenário marcado pela polémica entre os sectores republicanos e maçons e os sectores católicos, especialmente os mais conservado-

⁸ José do Canto nasceu em Ponta Delgada em 1820, falecendo, na mesma cidade em 1898. A mesma paixão que nutria pelo progresso da sua ilha também se verificou em relação aos livros e aos assuntos camonianos, reunindo uma importante livraria, onde os títulos do século XIV, de tipografia portuguesa, assim como as várias edições de *Os Lusíadas*, desde a primeira de 1572, fazem desta, uma das mais ricas, senão a mais rica, da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada. A aquisição da Livraria José do Canto foi aprovada na sessão extraordinária da Junta Geral de 20 de Outubro de 1945, sendo então director da Biblioteca Pública João de Simas (cf. SIMAS, João de – *A Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada (1946-1948)*. Lisboa: Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, 1950.) No que respeita à camoniana, publicou *Collecção Camoneana de José do Canto: tentativa de um catalogo methodico e remissivo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895, onde estão referenciadas todas as espécies bibliográficas, iconográficas e artefactos que ao longo da sua vida, colecionou, sobre este assunto.

⁷ José Afonso Botelho de Andrade da Câmara e Castro, nasceu em Ponta Delgada em 1828, e faleceu em 1887. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra desempenhou entre 1867 e 1886 o cargo de tabelião do 1º e 4º Ofício do cartório de Ponta Delgada. Bibliófilo e erudito infatigável, reuniu ao longo da vida um conjunto de livros de grande valor e interesse, conforme se pode verificar pelas elogiosas referências feitas por Joaquim Martins de Carvalho nas páginas do jornal *O Conimbricense*, quando este notícia o leilão da biblioteca do Dr. Botelho de Andrade após a sua morte. A camoniana de Botelho de Andrade foi adquirida, aos herdeiros, pela Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada, em Julho de 1992, sendo então director da mesma, o Doutor José de Almeida Pavão Júnior.

res. Por isso, vamos ilustrar aspectos dessa polémica e fazer um breve apontamento sobre aspectos diversos das celebrações, em particular nos Açores. A fechar, reproduzem-se várias caricaturas alusivas ao centenário em Ponta Delgada da folha *O Binóculo*.

O quinto núcleo é dedicado ao quinto centenário do nascimento do Infante D. Henrique que decorreu na cidade do Porto. Figura emblemática e também controversa da história de Portugal, a sua memória está estreitamente ligada ao papel que teve no início das grandes navegações e dos descobrimentos dos portugueses. Teófilo Braga não deixou de participar nas homenagens com um poemeto em que enaltece as intrépidas empresas daquele filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, que não tinha passado despercebido à historiografia inglesa. As ilhas açorianas também recordaram o Infante de Sagres, apesar da conjuntura desfavorável que então se vivia em plena campanha autonómica, em particular na cidade de Ponta Delgada.

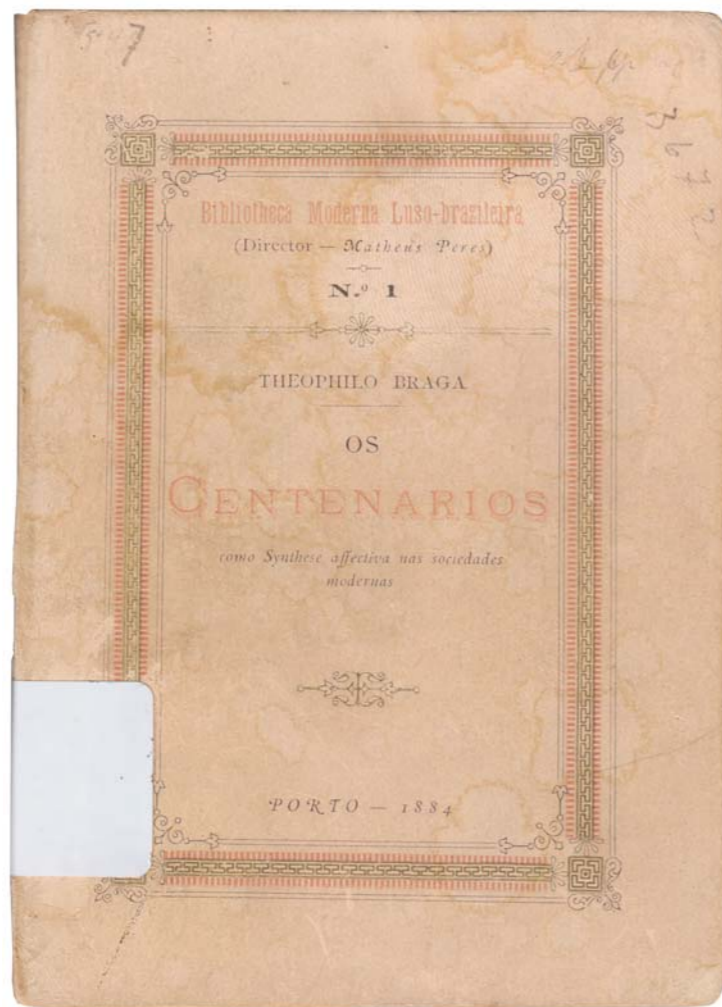
O sexto núcleo é um apontamento sobre o quarto centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia ou «Centenário da Índia», como então foi designado. O projecto era para que tivesse sido realizado em 1897, na data da partida armada de Vasco da Gama para o Oriente, mas dificuldades de ordem vária empurraram as comemorações para um ano mais tarde e vieram a ter lugar em Lisboa com inegável impacto público. Apesar disso, ficaram muito aquém dos projectos grandiosos que tinham sido traçados na Sociedade de Geografia de Lisboa, por causa da falta de verbas. As festas encontraram, naturalmente, algum eco nos Açores.

Finalmente, a exposição conclui-se com um núcleo dedicado ao próprio Teófilo Braga, visto como um grande homem da República. O labor intelectual intenso e a persistência da sua militância a favor da República valeram-lhe a admiração dos contemporâneos e o reconhecimento

do regime implantado em 1910. Assim, apesar da passagem breve pelo poder, o professor do Curso Superior de Letras ganhou foros de figura incontornável da primeira República portuguesa, com direito a figurar no panteão nacional. Podemos, por isso, seguir cronologicamente os principais momentos do seu percurso até à trasladação para o panteão de Santa Engrácia, em 1966.

Deste modo, se fecha o itinerário expositivo que teve como mote as «sínteses afectivas» que Teófilo Braga entendia ser possível construir através da realização dos centenários nas sociedades modernas. No fundo, apesar do cunho iluminista e materialista do seu pensamento, fruto de uma época de crença na ciência e no progresso, o ilustre micaelense reconhece que os seres humanos não vivem só da razão e precisam também da emoção para poderem agir e viver em harmonia. A afectividade é uma grande força impulsionadora do homem e os exemplos do passado são poderosos catalisadores de vontades, com vista a um futuro melhor. Em torno dos grandes homens e dos acontecimentos marcantes do percurso colectivo de um povo, é possível construir memórias e rituais cívicos susceptíveis de cimentar os laços da comunidade nacional e, simultaneamente, de unir os homens no grande desiderato da solidariedade e do universalismo.

Nesta ordem de ideias, o catálogo foi concebido como um roteiro aprofundado da exposição, seguindo os seus principais núcleos temáticos. Nele vamos narrar os factos e analisar os assuntos que foram somente enunciados na economia narrativa própria de uma exposição. Este texto é, por conseguinte, complementar da exposição, mas pode também ser lido de forma autónoma. Para maior fluência da leitura, procedeu-se à actualização da ortografia dos documentos citados, excepto em relação aos títulos. O texto foi enriquecido com uma selecção de imagens que o ilustram e permitem seguir, em parte, o percurso de um visitante da exposição.



1. Os centenários como síntese afectiva nas sociedades modernas / por Theophilo Braga. - Porto : Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884. - X, 231 p.; 13 cm

1

Teófilo Braga e as comemorações cívicas

*«Os Centenários dos grandes homens
são as festas das consagrações nacionais.»*

Teófilo Braga

A tradição de comemorar aniversários e determinados períodos fixos de tempo é bastante antiga. Os hebreus, por exemplo, celebravam os cinquenta anos como um jubileu – um tempo em que direitos perdidos eram recuperados. A civilização greco-romana atribuiu especial significado aos aniversários e os romanos chegaram a celebrar centenários. A época contemporânea foi buscar inspiração e formas de comemorar à cultura clássica, nomeadamente os discursos, récitas, lápides, arcos triunfais e monumentos. No âmago da comemoração está a necessidade de recordar em conjunto, de perpetuar através da memória, aqueles que deixaram o mundo dos vivos. Por isso, estas cerimónias prendem-se com o culto religioso dos antepassados e dos mortos e estabelecem a relação entre a morte e a memória que se expressa tanto nos dípticos romanos como nos obituários cristãos. Uma longa tradição histórica liga, deste modo, a comemoração a práticas religiosas que são herdadas pelo cristianismo dos cultos pagãos da antiguidade.

Assim sendo, a época contemporânea praticamente nada inventa neste domínio e limita-se a conferir à comemoração um novo sentido no quadro dos valores laicos e cívicos próprios da modernidade. Não se trata, então, de celebrar os santos do calendário cristão, mas os grandes homens que se distinguiram pelas suas obras em prol da

humanidade. Os acontecimentos também podem ser objecto de celebração, em especial aqueles que marcam a trajectória colectiva de um povo que se afirma como uma nação autónoma, com uma cultura independente e um contributo específico para a história da humanidade. Foi, por isso, no contexto do século das Luzes que as comemorações cívicas se começaram a valorizar e a invenção do conceito de século foi determinante para a importância que passou a ser conferida aos centenários. Em 1788, a comemoração da Gloriosa Revolução foi o primeiro centenário político celebrado na Grã-Bretanha. Porém, foi preciso o advento do romantismo para se expandirem as comemorações pelos países europeus. Celebravam-se, sobretudo, os homens de génio das artes e da cultura: Goethe, Mozart, Handel, Robert Burns, Schiller, Petrarca, Michelangelo, Spinoza, Hegel, Voltaire, Rousseau, Calderón. Nenhum país queria deixar esquecidas as suas figuras ilustres que eram evocadas para edificar os vivos e valorizar as nações onde tinham nascido e vivido. De algum modo, a sua sombra benfazeja poderia projectar-se no presente e trazer melhores augúrios para o futuro.

A Portugal chegavam, naturalmente, ecos destes eventos e Teófilo Braga defendeu, num jornal diário, a ideia de comemorar o terceiro centenário da morte de Luís de Camões, que teria ocorrido em 10 de Junho de 1580.

Dizia Emerson [...]: «A história toda reduz-se por si mesma, com facilidade, à biografia de alguns indivíduos apaixonados e fortes.» E, de facto, a complexidade extraordinária dos fenómenos sociais exige constantemente a intervenção de indivíduos, cujo poder se limita a dar convergência aos interesses, aos sentimentos, às opiniões e aspirações da colectividade, tornando-se por isso mesmo os representantes de uma época.»

Teófilo Braga

Nessa altura ainda não tinha escrito a sua obra sobre *Os Centenários como Synthese Afectiva nas Sociedades Modernas*, publicada em 1884, mas as suas ideias já estavam escoradas na filosofia positivista, de Auguste Comte que tinha abraçado no início dos anos 70 (Homem, 1989: 28). No domínio das celebrações, distanciava-se das formas religiosas propostas pelo filósofo francês, mas reconhecia a necessidade de cultivar o sentimento da veneração como forma de manter a unidade e a ordem das sociedades. Em cada época esse sentimento tinha sido aplicado em diferentes direcções: na «idade patriarcal» veneravam-se os anciãos; na «idade heróica e aristocrática» tinha sido a vez da *força* ou do *nascimento* que estava na base das linhagens e dinastias. Ora, a sociedade contemporânea deveria erigir em objecto de veneração o *merecimento*. Por isso, os centenários dos grandes homens deviam propiciar o acordo harmónico das vontades no sentido de se cultivarem os valores progressivos de uma nova era social.

Na perspectiva teofiliana, o grande homem é um fruto das gerações que o precederam e do meio social no qual é formado. Como tal, as suas notáveis capacidades são o resultado da selecção biológica e da continuidade histórica. Não é um acidente, um acaso ou um ser divino, mas o produto de uma reunião feliz de circunstâncias naturais e sócio-históricas que se conjugam para formar uma individualidade distinta e preponderante na sociedade. Não é o génio solitário que se eleva *ex nihilo* com as suas obras e acções, mas aquele que consegue estabelecer a convergência dos interesses, dos sentimentos, das opiniões e aspirações da colectividade. Teófilo não nega a importância do

indivíduo na história e tem a convicção de que determinadas personalidades apaixonadas e fortes podem ter uma intervenção decisiva no curso dos acontecimentos. Neste aspecto, segue o filósofo americano Ralph Emerson e a sua ideia de *representativ man* que teve grande aceitação nos meios culturais portugueses. O grande homem distingue-se como um representante de uma época ou mesmo de um povo. Assim, se o Marquês de Pombal é o vulto preponderante do século XVIII, Luís de Camões aparece como o expoente da nação.

Deste modo, expunha a sua teoria dos grandes homens na abertura da colecção *Plutarcho Portuguez*, através da qual se pretendia homenagear e dar a conhecer figuras notáveis da história nacional. Para Teófilo, a biografia deveria estabelecer a relação entre o indivíduo e o seu meio social, tendo sempre em consideração a época histórica. Na sua perspectiva, é possível conhecer uma época investigando o desenvolvimento das instituições ou as biografias das personalidades que a marcaram com a sua intervenção positiva. O acesso ao conhecimento do passado pode ser feito através das biografias dos grandes homens, o qual, por sua vez, pode ter uma influência muito positiva sobre o estado de elevação moral. Seja como instituidor, como poeta, artista e mártir de uma aspiração, ou como filósofo e sábio, o grande homem sobressai porque investe o seu esforço num ideal que suscita a admiração: o bem na moral, a justiça no direito, o belo na arte, a verdade na ciência, a liberdade na política. Esta ideia conjuga-se com a defesa dos centenários que tinham uma função pedagógica, de exemplo e de moralização. Mas a par dos valores

éticos, Teófilo Braga afirmava também a finalidade patriótica das celebrações que não era incompatível com a solidariedade que deveria unir todos os homens no esforço civilizador e no grande movimento progressivo da humanidade. Por isso, os maiores vultos eram aqueles que se tinham alçado ao selecto panteão dos que atravessaram fronteiras e foram reconhecidos no mundo.

No quadro ideológico teofiliano, a comemoração é assim um ritual através do qual a sociedade homenageia os seus homens ilustres ou recorda os acontecimentos que merecem relevo especial. Na sua teorização só se preocupa com os centenários, mas cita uma carta de Comte a Stuart Mill onde este refere a necessidade de «um sistema regular de comemoração usual em honra dos homens e das coisas [...] para celebrar e acelerar o desenvolvimento moderno, conjuntamente mental e moral » (Braga, 1884: VIII). É conhecido que Comte elaborou um calendário anual com figuras notáveis, do qual fazia parte Camões e Vasco da Gama. Pretendia, deste modo, propor uma alternativa ao calendário cristão, apesar de não ter excluído totalmente as figuras religiosas. Mas Teófilo não se revê nessas ideias teológicas e a sua visão insere-se numa *sociolatria* destinada a elevar o espírito público. Por um lado, o povo precisa de conhecer a sua história para fortalecer a coesão e para se lançar em novos destinos. Por outro lado, a concepção republicana, demoliberal e laica da sociedade só pode firmar-se através de novos objectos de veneração, que transfiram a admiração e mesmo a reverência para os valores positivos do progresso, da ciência e da indústria – no sentido lato, de actividade humana produtiva.



1. Os centenários como síntese afectiva nas sociedades modernas / por Theophilo Braga. - Porto : Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884. - X, 231 p.; 13 cm

2

Camões, Símbolo da Nacionalidade

«O nome de Camões é a síntese do sentimento nacional português.»

Teófilo Braga

Representações do poeta

O poeta Luís de Camões adquiriu fama logo em vida e esta não cessou de crescer ao longo do tempo. A sua obra épica teve grandes admiradores e foi objecto de sucessivas edições, numa época em que o livro ainda era um bem raro e precioso somente desfrutado por uma minoria da população. Apesar disso, só se tornou uma figura nacional e popular no século XIX, embora já tivesse atraído poetas do último quartel do século XVIII que projectavam nele as suas existências amarguradas e incompreendidas, como Bocage e Filinto Elísio (Monteiro, 1985: 120). No primeiro quartel de oitocentos três artistas dedicaram-lhe obras marcantes: Domingos Bomtempo compôs a missa de *Requiem* dedicada «À memória de Camões», no mesmo ano que, em Paris, o Morgado de Mateus patrocinava uma célebre edição ilustrada de *Os Lusíadas* (1817); Domingos Sequeira pintou o quadro «A Morte de Camões» que foi considerado a primeira obra romântica portuguesa por José-Augusto França, apresentado no Salão de Paris (1824); Almeida Garrett, então um jovem liberal exilado, escreveu o poema justamente intitulado «Camões» que assinala a transição para o romantismo na literatura portuguesa (1825). A atracção pelo poeta renas-

centista explica-se pela grave crise que o país atravessava em resultado das guerras peninsulares e dos primeiros confrontos entre liberais e absolutistas e pelo facto da sua expressão literária ser uma fonte de inspiração para os românticos que queriam distinguir-se dos estritos cânones neoclássicos.

No poema de Garrett, de nítida inspiração camoniana, para além dos temas caros do romantismo também se encontra uma forte imagem da vida de Camões que marcou, decisivamente, a visão oitocentista do poeta. No primeiro verso, o escritor evoca a «Saudade! gosto amargo de infelizes» e sentimento que acompanha todos os que estão longe da terra natal. Mas o poeta regressa para se defrontar com a morte da amada e com a ingratidão da pátria, depois de longos anos em terras distantes, numa vida de lutas e de aventuras, de proezas heróicas e de invejas mesquinhas, em que pôs o seu génio e a sua espada ao serviço de Portugal. É um homem pobre, só e isolado, que tem como único amparo o escravo fiel que trata com humanidade e sem olhar a diferenças sociais. Morre quando o reino perde a sua independência: «E já no arranco extre-

mo – Pátria, ao menos / Juntos morremos. E expirou coa pátria». Porém, desse homem superior, condenado a sofrer num mundo onde triunfam a mediocridade e a inveja, os portugueses nada sabem, nem mesmo onde repousam as suas cinzas. Naturalmente, Garrett identifica-se com ele: «ambos proscritos, ambos pobres, ambos resignados ao presente, sem remorsos do passado – e com esperanças largas no futuro», segundo uma nota da segunda edição da obra.

Camões transformou-se no paradigma do herói romântico que suscitava a admiração dos intelectuais portugueses, mas também dos estrangeiros, como Madame de Staël, os irmãos Schlegel, Ferdinand Denis, Humboldt, entre outros. As suas obras foram sendo estudadas e editadas, perscrutou-se a sua vida e tornou-se uma fonte de inspiração de escritores e literatos. Nos meios cultos portugueses, queria-se redimir o poeta do esquecimento e prestar-lhe a devida homenagem pública. Surgiram projectos para levantar um masoléu a Camões e pouco depois já era uma estátua jacente, o que dependia de se encontrar a sepultura do poeta (Macedo, 1985: 142 e 143). Várias comissões foram criadas para o efeito e as pesquisas acabaram por culminar com a trasladação de restos mortais atribuídos ao épico para o Mosteiro dos Jerónimos, no quadro do terceiro centenário. Mas, antes disso, foi solenemente inaugurada a estátua de Camões, no antigo largo do Loreto, em pleno coração da capital. O rei D. Fernando tinha lançado a primeira pedra em 1862 e cinco anos mais tarde o monumento ficou pronto. O escultor Victor Bastos representou uma figura nobre, em traje civil e sóbrio, acompanhada por várias figuras notáveis da sua época, colocadas num plano inferior para sublinhar a grandeza do génio de Camões. O monumento iniciou um período em que as estátuas começaram a povoar as praças das cidades para manter viva a memória dos grandes homens da nação.

No início de 1860, o Visconde de Juromenha, que tinha sido oficialmente encarregado de organizar a publicação das obras de Camões, começou a dar à estampa a documentação que conseguira reunir, precedida de um ensaio biográfico em que trazia alguns factos inéditos. Muitas das suas interpretações são bastante discutíveis, mas a publicação regular dos volumes da obra teve grande impacto e foi importante para o progresso dos estudos camonianos. Ao mesmo tempo, o trabalho permitia também fazer um ponto da situação em relação a esses mesmos estudos tanto em Portugal como no estrangeiro. A fixação da data da morte de Luís de Camões em 10 de Junho resulta, precisamente, de um documento descoberto por ele na Torre do Tombo, onde a mãe do poeta, D. Ana de Sá, reclamava o pagamento da tença que lhe era devida após o falecimento do filho. Não se conhece outro documento que comprove esta data, mas ela fixou-se no imaginário nacional como o dia em que se celebra Camões. Tal facto deve-se ao tricentenário da morte do poeta que foi comemorado em 1880 e à transformação desse dia em feriado municipal de Lisboa e, depois, em feriado nacional. O Dia de Camões foi celebrado como Dia de Portugal, em 1924, quando se comemorou o quarto centenário do seu nascimento, e o poeta assumiu, deste modo, a categoria de verdadeiro epónimo da nação. Daí à fixação da data como feriado nacional foi um pequeno passo, dado já em pleno período da ditadura. Porém, a sua conservação através de vários regimes políticos, com diferentes apropriações simbólicas e rituais, mostra de que forma se tornou uma referência identitária da nação portuguesa.

A origem desse facto remonta às construções que foram feitas em torno da figura de Camões no século XIX. Entre elas vamos destacar as que nos parecem mais significativas e que tiveram um impacto que se prolongou para além do

seu tempo. Começamos por um estudo de Oliveira Martins escrito quando estava em Espanha, acompanhado pela inseparável saudade, numa fase ainda jovem, que depois foi revisto e reeditado em 1891: *Camões, os Lusíadas e a Renascença em Portugal*. Seguimos pelos trabalhos incontornáveis de Teófilo Braga que, além de biógrafo, foi um estudioso da obra do poeta e um defensor da ligação profunda entre Camões e a pátria. Veja-se, entre muitos outros textos e intervenções públicas, *Camões e o sentimento nacional* (1891). Naturalmente, não se podem ignorar também os contributos de Pinheiro Chagas e de Camilo Castelo Branco para a crítica da visão hagiográfica de Luís de Camões. E, finalmente, a biografia que foi escrita por Latino Coelho no âmbito do centenário. Não pretendemos ir além destes autores oitocentistas, porque o nosso ponto consiste em mostrar as representações de Camões que o fixam como símbolo da nacionalidade nessa época.

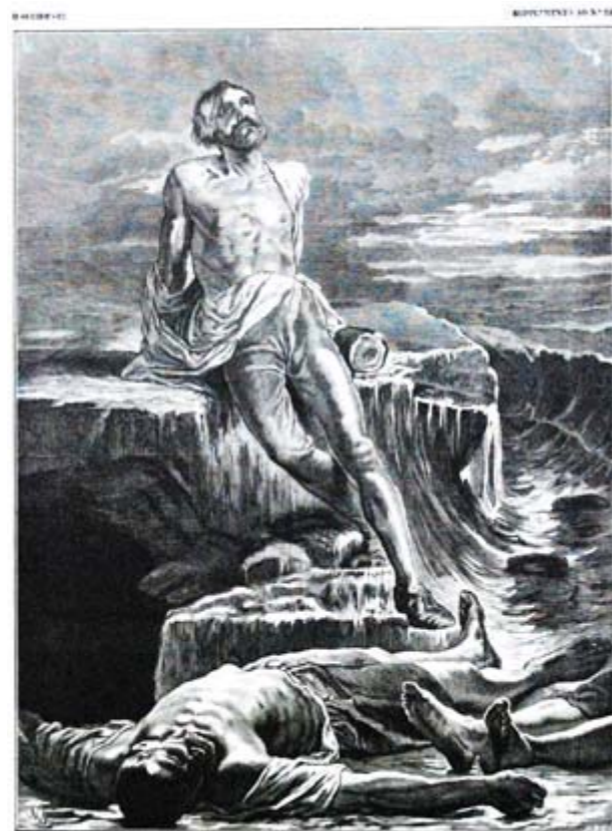
A obra de Oliveira Martins começa por falar da epopeia como género literário e por situar *Os Lusíadas* no contexto da Renascença e dos descobrimentos marítimos que inauguraram a civilização moderna. Estabelece um paralelo entre o trabalho do cronista e o do poeta: «A crónica conta; o poema canta e glorifica» (Martins, 1986: 35). Camões canta e glorifica o povo que foi o autor de tão grande façanha, mas sem deixar de ser crítico em relação aos seus contemporâneos. E quem foi, afinal, este homem que assim exalta a sua pátria? A biografia feita por Oliveira Martins, em traços breves, nada tem de realmente novo. Refere a origem fidalga, galaico-portuguesa, os estudos humanistas, a vida na corte e o desterro, por causa dos amores, a passagem a África onde perde o olho direito, o regresso a Lisboa e a partida para a Índia, as viagens e aventuras no Oriente, a lendária gruta de Macau onde teria escrito o seu poema heróico, o retorno a Goa e,

partindo daí, a volta ao reino, com uma estada em Moçambique, onde Diogo de Couto o vai encontrar na miséria. Na chegada, encontrou Lisboa assolada pela peste e o país numa grave crise que se saldaria pela perda da independência, no mesmo ano em que morreu o poeta. Ainda conseguiu publicar, em 1572, o seu poema, mas os últimos anos foram trágicos. Oliveira Martins romanceia: «Camões gemia na miséria, porventura a perda do seu escravo jau que lhe esmolava o pão. Acabrunhado numa pocilga, velho, pobre, só, irremediavelmente perdido, era a própria imagem da pátria, a quem também uma a uma se tinham murchado sucessivamente as flores cândidas da esperança.» (*Idem*: 95).

O aspecto em que Oliveira Martins é mais inovador, na altura em que escreveu o seu ensaio, consiste na sua visão da nacionalidade forjada pela vontade política dos príncipes, cimentada pela vontade colectiva do seu povo que, lançando-se nas conquistas ultramarinas, construiu um «esboço de Império» (*Idem*: 249). Foi somente um esboço, na opinião do autor, mas o suficiente para mostrar uma vontade de existir de forma autónoma e para revelar o carácter próprio da nação portuguesa: «Esse carácter, reproduzindo o romano, e semelhante ao de Tiro e de Cartago, de que Roma herdara a navegação e o comércio marítimo, define-se como um império, dominador de povos estranhos.» (*Ibidem*). E foi esse ser que define a nacionalidade que o poeta cantou em verso heróico, tornando-se no «epónimo desta pequena pátria» (*Idem*: 97). Mais do que aquele cujo nome se confunde com Portugal, Luís de Camões é também visto como um tipo exemplar de português: «Essa alma era lusitana, feita de esforço e de grandeza, de magnanimidade e agudeza moral, de orgulho e de inteireza, de constância para as lutas, de caridade para os infortúnios, de serenidade de ânimo, e de uma fé luminosíssima no seu destino, que se adivinhava magnífi-



13. CHAMPOLLION, E. – Camões. [S.l.] : Imp. A. Salmon, [18--].
BPARPD BA RES



7. CAMÕES salvando *Os Lusíadas* do naufrágio. [Reprod. do] quadro de Slingeneyer. Lisboa: Impresso por Lallemand Frères, [1880?]. Gravura p&b.
BPARPD JC CAM

co e que a sorte veio tornar cruel.» (*Idem*: 99). Assim, a vida e a obra de Camões confundem-se com a pátria e o próprio poeta é um representante das idiossincrasias atribuídas aos portugueses. «De amor escrevo, de amor trato e vivo» versejou o poeta. Por isso, ele é bem o símbolo do «génio lusitano», dominado pela melancolia, a saudade, o amor, a brandura, a modéstia e a lealdade (*Idem*: 225-228).

Opera-se, deste modo, uma transferência da própria ideia da nação e do povo português para Camões. Esta reflexão não passou despercebida a Teófilo Braga que viu nela enormes potencialidades, no quadro da sua filosofia positiva sobre os grandes homens. Nos anos 70 e 80, dedicou bastante do seu tempo aos estudos camonianos e foi o principal defensor da realização do terceiro centenário da morte do poeta. A sua visão secular e republicana de Camões encontra-se bem plasmada em múltiplos textos eruditos ou de divulgação. Associou o nome de Camões a todos os grandes transes da vida nacional e, em especial, aos momentos em que a liberdade foi cercada pelo despotismo. Nessas alturas, o poeta aparecia como uma força de alento para os espíritos e um expoente de patriotismo. Por isso, ele poderia ser o exemplo que o país precisava para uma autêntica «revivescência nacional» que afastasse os portugueses do marasmo em que tinham mergulhado.

Por outro lado, ele era o poeta da Renascença, das navegações e das descobertas, da expansão da Europa e da ligação entre o Ocidente e o Oriente, que tinham permitido abrir o mundo moderno. Na visão teofiliana, Camões «é o poeta da Europa moderna, da Europa mercantil e cosmopolita, pacífica e científica, que começa no século XVI» (Braga, 1884: 18). Não só o liberta de toda a ganga religiosa e de cruzada, mas também o vê como um homem de espírito naturalista e científico. Poeta de uma

«epopeia sem batalhas», o lado belicoso e guerreiro do homem apagam-se em face da ideia de que ele representa uma nova civilização naturalmente pacífica. As raízes desta civilização são indo-europeias e, por conseguinte, a viagem de Vasco da Gama permitiu a «aliança» entre o Ocidente e o Oriente e o conhecimento dessas remotas origens. Camões é, assim, mais do que o cantor da nacionalidade, um verdadeiro «monumento europeu» e um poeta da civilização ocidental (Braga, 1891: 62 e 77).

O professor do Curso Superior de Letras traçou uma biografia de Camões que seguia a trajetória já consagrada e não traz grande novidade em termos de investigação. Contudo, a sua pena transmite um colorido diferente à figura para a colocar no plano do grande homem que poderia servir de proveito e exemplo para as gerações oitocentistas. Camões escapou à «esterilizadora» ação dos jesuítas porque se formou antes de terem tomado conta do ensino em Portugal (Braga, 1884: 33). Encontrou na corte de D. João III um ambiente de «beatério» e de intrigas que o haveria de prejudicar. «Generoso e valente», a partida para a Índia foi um «castigo». Foi encontrar em Goa um ambiente «dissoluto», contra o qual protesta como homem de bem (Braga, 1884: 36-37). Nem no Oriente deixou de ser vítima da maldade alheia, ele que era um indivíduo «valente e honrado». Regressou ao reino, onde acaba por morrer num «hospício de caridade». Apesar disso, recebia uma tença régia que era «paga com atraso pela má vontade dos funcionários».

Nos últimos anos, no meio de «desalentos e miséria», o poeta ainda tinha a lamentar o roubo de um livro que vinha coligindo com os seus versos, no estilo da escola italiana. Quinze anos depois da sua morte começaram a surgir os plágios e alguns livreiros desenvolveram investigações para recuperar os poemas de Camões. Deste modo,

surgiram o primeiro texto das *Rimas* e o *Auto de El-rei Seleuco* e se salvou a poesia lírica. O próprio Teófilo Braga teve um papel importante como editor das obras do poeta e na denúncia das mutilações feitas pelos censores nalgumas edições d' *Os Lusíadas*. Camões é um *génio* de um valor inestimável para o enriquecimento da língua portuguesa.

Quanto à «sua vida atormentada, cheia de decepções, mas sempre enlevado em uma esperança ideal, é uma encarnação do temperamento afectivo da raça sofredora e aventureira» (Braga, 1907: 7). Noutro texto, Teófilo descortina na psicologia de Camões as características étnicas dos portugueses: de um lado, «o génio contemplativo, amorável e indeciso» e, do outro, a «natureza impetuosa e tenaz do homem de acção» que resultam da combinação de raças que lhe deram origem (Braga, 1891: 59). Teófilo Braga valorizava o meio e a raça como elementos criadores da nacionalidade, ao contrário de Oliveira Martins que a via como um produto da vontade e da consciência (Matos, 1998: 324-332). Mas se para ambos o poeta representava a síntese do tipo e da nacionalidade portuguesa, para Teófilo ele era ainda um exemplo de rebeldia e insubmissão (Braga, 1880: 8):

Camões! Camões! Herói, cantor e bravo,
Envilecidos ânimos levanta,
Porque encerra o Poema onde os seus canta
A força que faz livre um povo escravo.

O *amor*, a *pátria* e a *fama* tinham sido a trilogia da vida do poeta. Um amor exclusivo e platónico pela sua musa, pouco conforme com o homem e a época, foi idealizado por Teófilo. Mas, sobretudo, um indivíduo movido pelo amor da pátria, justo e recto, de grande coragem, que é um símbolo da liberdade. Nesta senda seguiram os ému-

los republicanos durante as celebrações camonianas, ampliando naturalmente a visão anacrónica do poeta. Jaime Batalha Reis teve a nítida percepção que o centenário contribuiria sobremaneira para a idealização do poeta. Camões não estava a ser visto na sua natureza relativamente limitada de português do século XVI, «católico, aristocrata, monárquico», mas como um «santo» onde se projectavam todos os grandes ideais (Reis, 1880: 1-2). O épico era celebrado pelo «povo», nos termos de Batalha Reis, como «livre-pensador, positivista, republicano, chefe supremo da democracia social». Um novo Camões tinha, entretanto, nascido que era não só o emblema da nacionalidade, mas também o porta-bandeira dos descontentes do regime monárquico, da revolução social e do renascimento do país.

Algumas vezes se ergueram contra a idealização romântica e republicana do poeta, em nome dos factos históricos conhecidos. Pinheiro Chagas nas notas biográficas que escreveu ao correr da pena traçou-lhe um retrato quicá mais realista. O poeta nada tinha de vate sentimental: «Era homem de meia estatura, nariz aquilino, grosso na ponta, de barba ruiva, de figura desempenada e reforçada, bulhento, destemido, tendo granjeado em brigas e refestas a alcunha de Trinca-fortes, e quando perdeu o olho em Ceuta devia ter ficado com cara de poucos amigos» (Chagas^a, 1880: 13). Não tinha «papas na língua» e tudo lhe servia para exercitar a sua veia satírica. Faltava-lhe «senso prático e tino prudencial», o que demonstrava com vários episódios da vida do poeta. Deste modo, acabou por morrer pobre. Os termos bastante prosaicos e uma nota de humor conferem ao Camões de Pinheiro Chagas uma dimensão mais natural.

Ainda noutro artigo, mais uma vez verberou a imagem do «vate sentimental», preso de um amor platónico pela sua

dama (Chagas^b, 1880: 90). Pelo contrário, «poeta da Renascença, essa época de reabilitação da carne, Camões imitava Petrarca em tudo... menos na abstinência». Teria sido por causa dos avanços do poeta em relação à musa dos seus sonhos que fora desterrado para Vila Nova de Constância pelo rei D. João III, imaginava Pinheiro Chagas. Camões conservou desses amores uma recordação terna, mas não ficou amarrado a eles. Primeiro, foi para Ceuta porque seguiu a vida militar e, depois, para a Índia tentar a fortuna; «enquanto a amar...isso amou ele e com fartura, mas as Natércias eram de sítios diversos e até de diversas cores». A Natércia ficou sendo a sua musa oficial, uma figura literária como a Beatriz, de Petrarca. Com graça, Pinheiro Chagas mostrava toda a sua irritação contra um «Camões convencionalíssimo», de «loiro e lira», figura romântica para entreter serões burgueses, quando o poeta tinha sido «ardente, apaixonado, fegoso e buliçoso, alegre e folgazão, soldado e marinheiro, instruído como poucos» (*Ibidem*).

No opúsculo que dedicou ao centenário, referiu-se ao poema camoniano como a narrativa de todas as glórias e o eco sublime de todas as generosas tradições portuguesas. E acrescentou: «Era o livro que compendia a nossa *missão providencial*, como na Bíblia se compendia a missão do povo hebraico» [itálico nosso]. Por isso, defendeu em jeito de conclusão que o objectivo do centenário consistia em reafirmar a consciência do papel que incumbia a Portugal na história universal e «a firme vontade de cumprir os seus deveres e de se empenhar com renovada energia na obra da civilização» (Chagas^c, 1880: 13-14). Os republicanos colocaram a tónica do centenário na contestação do regime monárquico e na propaganda do seu ideário. Um monárquico regenerador, como Pinheiro Chagas, via nele a oportunidade para reafirmar a dimensão imperial do país. Mas os contemporâneos andavam

demasiado ensimesmados na decadência dos sonhos de grandeza para darem o devido valor à ideia. Diferentes foram, nesse aspecto, as comemorações da década seguinte, devido ao efeito do choque do ultimato britânico.

No prefácio que fez à reedição do poema de Almeida Garrett dedicado a Camões, Camilo Castelo Branco apresentou também uma versão crítica e pouco elegíaca da biografia do poeta. Começou por desmentir que a causa da «vida inquieta e dos reveses da sinistra fortuna» do poeta tivesse sido o amor por Catarina de Ataíde (Branco, 1880: 12). O espírito irrequieto teria sido a principal razão dos seus desaires. De tal modo que as cartas enviadas de Goa não traduziam desgosto nem nostalgia, mas «sarcasmo e vaidade das valentias» (*Idem*: 38). O desterro para Macau fazia parte da fantasia, porque o governador não daria a um inimigo, desvalido e desprotegido, uma provedoria que era uma fonte segura para aumentar o pecúlio. A acusação de delapidar os bens dos ausentes e defuntos, da provedoria que tinha a seu cargo, foi a causa da sua prisão, no regresso a Goa. Mas como raramente se era condenado por esse tipo de crime, bastante generalizado na administração portuguesa, acabou por ser libertado. Camões teve uma vida liberal, gastadora e de excessos, na opinião de Camilo. Apesar disso, não acreditava no final de vida miserável e, num último golpe na lenda, defendeu que a tença, atribuída pelo rei D. Sebastião, não era uma quantia despicienda para a época. Também pensava, ao contrário de Teófilo Braga, que o poeta aprovara a jornada de África, por causa do seu «espírito buliçoso». Camilo Castelo Branco parece apostado em fazer o poeta descer dos altares.

Já a biografia escrita pelo republicano Latino Coelho não tem uma visão tão iconoclasta, se pensarmos no contexto do centenário que Jaime Batalha Reis ironizara como o



17. OS LUSÍADAS.

Edição crítica comemorativa do terceiro centenário da morte do grande poeta. Porto : Emílio Biel, 1880. BPARPD JC CAM.350 RES

Santanário de Camões (Coelho, 1985; 1ª ed., 1880). Produziu uma síntese acessível e bem informada sobre a vida do poeta. Serviu-se dos poucos documentos conhecidos, dos testemunhos, das crónicas e, sobretudo, da própria obra de Camões para recriar a sua história. Procurou vê-lo no contexto da sua época, se bem que partilhasse a ideia romântica de um homem dominado pelo infortúnio do amor. Este era, na visão de Latino Coelho, o traço mais forte e constante da vida do «insigne vate». Os amores, as desventuras, o desterro, a perseguição dos inimigos, a ingratidão e o desprezo dos grandes moldaram-lhe o destino. Uma alma ao mesmo tempo sentimental e ambiciosa, que só podia viver de «ardentíssimas paixões», fez o resto: «O afecto, que lhe amoleceu o coração, a altiveza, que lhe exalçou o espírito, a fortuna, que inteiramente não logrou dobrar-lhe o ânimo, lhe fizeram a vida errante e infortunada» (Coelho, 1985: 66). Para a pobreza contribuiu a sua índole «dissipadora ou manirrota», como referiu Pedro de Mariz, que é própria dos temperamentos fogosos e apaixonados (*Idem*: 155). Nos derradeiros anos, imaginou o poeta em «miséria extrema», a viver das esmolas que o escravo Jau mendigava pelas ruas de Lisboa (*Idem*: 222). Dedicava ainda uma parte da obra à análise encomiástica d'*Os Lusíadas*. Deste modo, a biografia mais completa que ficou como testemunho do centenário, na prosa elegante de Latino Coelho, é bem demonstrativa da persistência dos aspectos fundamentais do mito e da memória de Camões. Por isso, no final da obra, refere que não se sabe onde repousam efectivamente as cinzas do poeta, mas «se perdemos as relíquias, temos o que mais vale que elas, a glória de Camões.» (*Idem*: 226). Do século XIX herdámos o essencial da imagem de Camões e, sobretudo, um símbolo da nacionalidade que se manteve através das vicissitudes dos regimes políticos e das ideologias. Como assinalou Oliveira Martins, a propósito do centenário, ele é uma «infinitude de tipos», mas

essa é a sorte reservada aos «homens eminentes que o povo ergue à altura de símbolos» (Martins, 1986: 8-9). Também não é de admirar essa plasticidade do mito camoniano quando sobre a sua vida muito pouco se sabe e quase tudo se conjectura. A biografia de Latino Coelho é, nesse aspecto, bastante elucidativa e as abundantes citações da obra do poeta que permeiam as suas páginas indicam que é necessário recorrer ao que ele escreveu para imaginar o que ele viveu. Porém, a liberdade poética e a auto-imagem favorável que necessariamente projectou nesses versos são factores que limitam a aproximação da verdade.

Os retratos de Camões

As incertezas quanto à biografia estendem-se ao retrato do poeta. Não vamos aqui discutir qual seria a sua *vera effigie* (João, 2005: 122-126), mas somente salientar as principais imagens oitocentistas. A figura mais reproduzida foi a da iluminura, gravada por A. Paulus, numa obra de Manuel Severim de Faria, publicada em 1624. Trata-se de uma figura de meio-corpo, de perfil, cego do olho direito, de espessa barba, curta e aparada em torno do rosto, com uma ampla frente. Está vestido com uma armadura, que representa a sua vida de soldado, e exhibe um gorjal de folhos. Na cabeça, ostenta uma coroa de louros como é tradicional para as figuras das letras que alcançaram a fama. Na mão direita tem uma pena e a esquerda descansa sobre um livro. A composição retrata, assim, a ideia do homem dado às armas e às musas que atingiu o cume da glória. Tornou-se um clássico das representações de Camões e foi exaustivamente repetida no século XIX.

Logo, na edição d' *Os Lusíadas* do Morgado de Mateus, em 1817, F. Gérard desenhou um busto de um homem

vigoroso, com uma das mãos assente na cintura e a outra a segurar a sua famosa obra, a qual aparece apoiado sobre o tampo de uma mesa. A inspiração é, claramente, o retrato seiscentista, mas o olho cego parece semi-encoberto pela posição de perfil. Todos ou outros elementos icónicos se encontram presentes e o retrato é emoldurado por um frontão neoclássico. Na mesma publicação muito ilustrada, que deu origem a muitas reproduções, há uma representação de Camões da autoria de Desenne, de corpo inteiro e trajos nobres, na imaginária gruta de Macau. Numa das mãos segura um maço de folhas junto do peito e na outra uma pena, evocando o tempo em que ali teria permanecido a escrever o seu poema épico. O tema do recolhimento do génio solitário na gruta para produzir a sua obra, o naufrágio que teria sofrido no regresso de Macau, em que salvou a custo o seu manuscrito, e a morte foram temas muito visados pelos pintores românticos. Outra cena que suscitou a imaginação dos artistas foi a cena da leitura do poema ao rei D. Sebastião, inventada por Almeida Garrett, na serra de Sintra que se tornara um ícone do romantismo.

As múltiplas edições d' *Os Lusíadas* feitas ao longo do século XIX são um repertório excelente de imagens de Camões. Muitas seguiram a representação clássica que, entretanto, começou a aparecer associada a elementos do *estilo manuelino*, evocando o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém. As figuras alegóricas povoam estas composições, sejam elas a representação da poesia, da guerra, da fama, da nação, sob a forma de Lísia, com o seu escudo e o ceptro. Mas três edições destacam-se pelo inusitado dos retratos. A primeira é a edição patrocinada pelo Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, onde o pintor Columbano representou o poeta envelhecido, de figura pesada e triste, envolto numa ampla capa e com um maço de folhas numa das mãos. Os tons escuros do

quadro sublinham a amargura, o desalento do homem, que tem o olho direito vazado e os cabelos soltos desalinhadados. Não foi a única vez que o grande pintor abordou temas camonianos, mas interessa-nos agora destacar outro retrato oitocentista ligado a mais uma edição da epopeia lusa.

Bem de acordo com o espírito do centenário podemos considerar o retrato feito pelo escultor Vítor Bastos para edição de David Corazzi. Luís de Camões é apresentado de perfil, com o olho cego meio encoberto, com uma expressão pensativa e séria. A ampla testa, as feições bem desenhadas, as roupas austeras e muito simples dão-lhe um ar de homem de grande nobreza de espírito. Nada evoca a sua vida de soldado nem a época em que viveu, de tal modo que bem podia ser uma figura do século XIX. Depois da representação saudosista e romântica da estátua, «velho poeta, erecto e nobre, com largos ombros de cavaleiro forte, a epopeia sobre o coração, a espada firme, cercado dos cronistas e dos poetas heróicos da antiga pátria», como escreveu Eça de Queirós (Queirós, s.d.:369), esta figura destaca-se pela naturalidade. Foi inserta na biografia de Camões, da colecção «Galeria de Varões Ilustres de Portugal», escrita por Latino Coelho e editada por Corazzi, em 1880. Ainda foi estampada noutras publicações e num prato da fábrica de louça de Sacavém, que exhibe uma cercadura de entrançados a recordar o *estilo manuelino*.

Na grande edição autográfica que foi dirigida por Fernandes Costa, publicada em 1898, no contexto da celebração do quarto centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, foi inserido o retrato feito por A. Morais, gravado por Pires Marinho. Uma figura magra e esguia, de perfil, a esconder o olho deficiente, de barbas e cabelo cortado curto, sentado e com uma pena na mão direita, evoca somente o homem de

letras. A pose é muito natural e o traje civil, de colarinho redondo e cinto, bem distinta do guerreiro do retrato seiscentista. Tal como a anterior, esta imagem de Camões afasta-se da clássica representação do soldado quinhentista cultor das musas e trá-lo para o século XIX.

Todavia, os artistas puderam dar largas à imaginação e apresentar uma grande diversidade de visões de Camões, no contexto do tricentenário. Uma das mais curiosas foi a desenhada por F. Pastor para a publicação de homenagem, intitulada «Portugal a Camões» (*Jornal de Viagens*, 1880), onde o poeta exhibe um rosto jovem, de feições clássicas e perfeitas. Os dois olhos fixam o observador e não têm qualquer deficiência. Os cabelos anelados, a testa ampla e os traços fisionómicos conferem-lhe inegável beleza. A propósito desta gravura, Gualdino Campos escreveu que «os génios devem figurar-se assim simpáticos e íntegros na sua forma plástica» (*Ibidem*: 7). Na sua perfeição, esta imagem pretendia expressar o carácter sublime do génio. De pendor ultra romântico é a *Apoteose da lira de Camões*, um desenho de Lubin David, que foi gravado a água-forte por E. Champollion. Foi inserido n' *O Livro do Centenário de Camões em 1880*, o qual começou a ser publicado em fascículos em 1887. A figura de corpo inteiro do poeta é representada em plena natureza, com o mar ao fundo, trajado de modo elegante, com um estilete numa mão e *Os Lusíadas* na outra. A única alusão às armas é a espada caída por terra, com um ramo de verdura, símbolo de paz, sobre ela. A imagem do génio imortal, cantor das glórias da Pátria, é bem patente nesta gravura. Além disso, a ideia da paz aparece como mensagem positiva para o futuro. A comissão executiva do centenário chegou a pensar em pôr os soldados a desfilar no cortejo cívico com um ramo de verdura na ponta das espingardas, o que não foi aceite pela hierarquia militar.

Bordalo Pinheiro apresentou, no *Album das Glorias*, uma interpretação notável e original: a figura do Trinca-fortes, a alcunha de Camões, desenhada em traço caricatural, com um jeito marialva e brigão, de largo chapéu de pena, com a espada pendente da mão direita e com a esquerda a apontar para o olho cego, recordando os combates em que esteve envolvido. Um registo bem diferente daquele que dominou as festas camonianas, em que esta faceta da vida do poeta foi mantida na sombra por ser menos conforme com os bons costumes burgueses.

Por último, uma imagem inserida numa folha que o Centro Republicano Federal de Ponta Delgada distribuiu em homenagem ao poeta. Da cabeça coroada de louros do poeta, de acordo com o retrato mais vulgar, desprende-se um esplendor que lhe transmite a aura de um santo. Do lado direito, foram impressas as estrofes que se referem à vida amargurada do poeta e, do esquerdo, as que denunciam as injustiças que afligem o «pobre povo». Na sua simplicidade, esta folha de propaganda republicana resume a visão que ficou do centenário: o poeta infeliz que se identifica com as desgraças do povo.

A entronização de Camões como símbolo da nacionalidade foi acompanhada pelas numerosas edições d' *Os Lusíadas* feitas ao longo do século XIX. Teófilo Braga chamou a atenção para esse facto, vendo nele uma prova do grau de liberdade das instituições e uma manifestação do «espírito português» (Braga, 1884: 49). No catálogo da exposição bibliográfica realizada em 1972, na Biblioteca Nacional de Lisboa, estão recenseadas 55 edições, de 1800 a 1898 (*Catálogo*, 1972: 12-18). Cerca de uma dezena dessas edições do poema heróico da nação foram dadas à estampa no ano do tricentenário e no seguinte. A imagem de Camões era, naturalmente, inseparável da epopeia nacional.



3

Tricentenário da morte de Camões

«O Centenário de Camões deve ser a festa da nacionalidade portuguesa.»

Teófilo Braga

A capital e a comemoração

A ideia de comemorar o tricentenário da morte de Camões foi apresentada, pela primeira vez, por Joaquim de Vasconcelos numa reunião da Sociedade de Geografia, a 17 de Maio de 1879 (*Primeiros documentos*, 1887). Contudo, não foram tomadas quaisquer resoluções práticas. Pela mesma época, Teófilo Braga publicou, na revista *O Positivismo* que dirigia em conjunto com Júlio de Matos, uma série de artigos defendendo a realização do centenário. Em Janeiro de 1880, divulgou-os num meio de comunicação com maior audiência, o *Commercio de Portugal*, de feição republicana.

No primeiro artigo, afirmava que cada povo tinha de escolher «o génio que é a síntese do seu carácter nacional, aquele que melhor exprimiu essas tendências, ou o que mais serviu essa individualidade étnica». O poeta impunha-se como o melhor representante da nacionalidade portuguesa por causa de ter cantado o facto histórico através do qual o país mais contribuiu para o progresso humano: o descobrimento do caminho marítimo para o Oriente. A epopeia camoniana tornou-se uma obra universal pela importância do tema que evoca nas suas pági-

nas, pelo nível sublime dos versos e pelo reconhecimento internacional que mereceu. Mas, ao mesmo tempo, era também uma obra profundamente nacional, porque aquele foi um feito dos portugueses e tanto a morte do poeta como a sua evocação tinham estado associadas aos momentos mais graves de crise da nação. A leitura d'*Os Lusíadas* serviu de refrigério, na opinião de Teófilo Braga, para aqueles que lamentavam a perda da independência nacional e de alento para recuperá-la, em 1640. Do mesmo modo, considerava que a comemoração do centenário podia ter o significado de uma «revivescência nacional».

Nos dois artigos de fundo seguintes, continuou a defender em termos veementes a importância do centenário. Os seus argumentos tinham um cunho fortemente ideológico e propagandístico. Verberava a apatia do país e dos governos que eram capazes de dar dinheiro para «estultas paradas militares», mas recuavam diante da responsabilidade de promover uma grande festa da nacionalidade portuguesa. Aliava o nome de Camões a «todos os factos em que a liberdade truncada pelo despotismo procurou afirmar-se» e apresentava-o como «o poeta da Europa

moderna, da Europa mercantil e cosmopolita, pacífica e científica». Camões era, portanto, o poeta do espírito do Renascimento, das forças progressivas e o símbolo de uma nova civilização, contra todas as formas de obscurantismo e de arbitrariedade despótica dos poderes tradicionais. Por fim, ligava a responsabilidade de comemorar o vulto de Camões ao projecto de uma futura federação ibérica, tal como era preconizada por Félix Henriques Nogueira e por Pi Y Margall. Nessa federação dos estados peninsulares, Camões serviria de divisa da individualidade nacional a par de um grande vulto da cultura espanhola, Cervantes. Os centenários de ambos seriam, na perspectiva de Teófilo Braga, «as festas da aliança autonómica dos povos irmãos». Tais teses não favoreciam a adesão dos espíritos mais conservadores e timoratos à ideia do centenário e suscitavam justificadas reservas nos meios governamentais e na corte.

Acabou por ser Luciano Cordeiro, secretário perpétuo da Sociedade de Geografia e jornalista do *Commercio de Lisboa*, quem tomou a iniciativa de convocar uma grande reunião da imprensa da capital para estabelecer um acordo quanto à forma de comemorar o tricentenário de Camões. A cerca de três meses da data do evento, realizou-se o primeiro encontro dos representantes dos jornais diários e dos periódicos, a que só deixaram de comparecer três ou quatro folhas diárias (Aranha, 1888: 24). Foi a imprensa que assumiu a responsabilidade da comemoração, elegendo-se uma comissão para tratar da organização da efeméride.

Os poderes instituídos continuavam a mostrar-se hesitantes em relação aos festejos, mas acabaram por associar-se ao projecto logo que a Câmara dos Deputados votou o decreto que estabelecia o dia 10 de Junho de 1880 como feriado e festa nacional. Além disso, estipulou-se que o

governo auxiliasse, segundo a disponibilidade do erário público, os trabalhos de iniciativa particular tendentes a celebrar aquele acontecimento. A proposta parlamentar foi apresentada pelo deputado da maioria, o progressista Simões Dias, e coadjuvada pelos pareceres das comissões da Instrução Superior e da Fazenda.

Os termos do parecer da comissão que apreciou a proposta do deputado demonstram que Camões era uma figura consensual na sociedade portuguesa, reconhecido como um génio e um símbolo nacional. Na visão monárquica e conservadora, o poeta deu expressão aos três elementos fundamentais que caracterizavam uma nacionalidade: a *tradição*, que é a base da «unidade moral» de um povo, a *língua* e o *território*, que foi descrito e glorificado pela sua pena (*Idem*: 31). É evidente que o território a que se refere o documento dos deputados é o do Império, o palco das «nossas façanhas» na África e na Índia. Não se esqueceram também de frisar que Camões ofereceu o seu poema ao rei, pedindo-lhe para não permitir que «Alemães, galos, ítalos e ingleses / Possam dizer que são para mandados / Mais que para mandar os portugueses». O recado era bastante explícito e, por isso, o Estado não podia alhear-se das comemorações.

Como frisou o deputado Simões Dias no discurso de defesa da festa nacional, «relembrar os mortos é estimular os vivos; recordar os *Lustadas* é reviver a melhor época da nacionalidade portuguesa, e acordar um mundo onde Portugal foi senhor, foi grande, foi onnipotente» (*Idem*: 21). Os republicanos, por seu turno, estavam interessados em evocar esse passado mitificado como forma de vincar as agruras de um presente de «apagada e vil tristeza», nas palavras bastante repetidas do poeta, e de estimular os ânimos para as mudanças políticas. Os monárquicos não podiam, contudo, alienar-se das celebrações de uma figura

que era um símbolo da epopeia da nação e alguns viam na iniciativa uma oportunidade para recordar os tempos áureos da Monarquia. Deste modo, podia-se fazer renascer o «velho espírito», o mesmo que tinha feito a «cavalaria patriótica e redentora, [que] civilizou a África, a Ásia e a América» (*Idem*: 22), no dizer do deputado progressista. Apesar de opostos em termos ideológicos e na política imediata, republicanos e monárquicos confluíam no propósito de enaltecer o vulto que simbolizava o passado grandioso de Portugal. No plano deste grande mito da identidade nacional todos, afinal, se reviam.

O centenário ia decorrer numa conjuntura bastante difícil para o país. No plano interno, a situação era dominada pelas dificuldades da governação da maioria progressista e por escândalos financeiros que tinham levado à solicitação de um inquérito ao Banco Nacional Ultramarino. Os rescaldos da crise financeira e agrícola de 1876 ainda continuavam presentes. Os republicanos tinham conseguido eleger o primeiro deputado pelo Porto (Rodrigues de Freitas) e obtiveram uma considerável votação em Lisboa, nas eleições de 1878. No plano externo, a questão colonial assumia uma importância cada vez maior e Portugal mantinha conflitos latentes por causa da definição das fronteiras das colónias africanas. Em 1879, a assinatura do tratado de Lourenço Marques tinha provocado alguma efervescência em Lisboa por se considerar que era demasiado favorável aos interesses britânicos (Lucas, 1993: 308). Este contexto problemático contribuiu, afinal, para dar maior fervor à evocação de Camões e da grandeza da época dos descobrimentos.

A comissão organizadora do evento foi constituída nas instalações da Sociedade de Geografia, onde se reuniram os representantes da imprensa da capital, a 8 de Abril de 1880. A dirigir a mesa da assembleia encontravam-se J. C. Rodrigues da Costa, redactor da *Revolução de Setembro*,

Sebastião Magalhães Lima, do *Commercio de Portugal*, e Eduardo Coelho, director do *Diário de Notícias*. A composição desta mesa tinha sido apresentada por Luciano Cordeiro, com grande tacto diplomático: o primeiro ficava a presidir por ser o representante do periódico mais antigo e os outros dois pelo facto de pertencerem à mais moderna e à mais divulgada, respectivamente, entre todas as publicações presentes.

A assembleia elegeu, por escrutínio secreto, uma comissão executiva de nove membros. Contados os votos, foram eleitos: Eduardo Coelho (com 43 votos num total de 45), Teófilo Braga (42), Luciano Cordeiro (40), Ramalho Ortigão (37), Rodrigues da Costa (35), Magalhães Lima (35), Jaime Batalha Reis (20), Pinheiro Chagas (18), Visconde de Juromenha (17). Esta votação traduz o prestígio destes homens entre os seus pares, com o fundador do *Diário de Notícias* à cabeça.

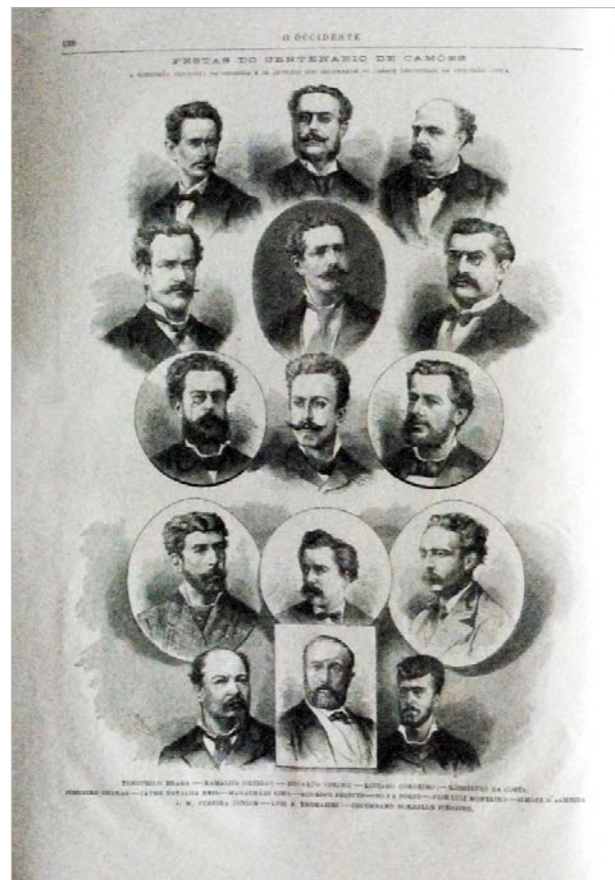
É importante referir que Pinheiro Chagas e o Visconde de Juromenha foram eleitos apesar de não estarem presentes na reunião. O primeiro impunha-se como uma figura de homem de letras, de historiador, político e orador de reconhecido mérito. O segundo era um especialista camoniano e o seu mais importante biógrafo naquela época, mas não aceitou fazer parte da comissão executiva do centenário¹. Foi substituído por Rodrigo Afonso Pequito que representou na assembleia da imprensa o *Boletim da*

¹ Numa carta de Ramalho Ortigão para Oliveira Martins este refere. «O Juromenha miguelista, cujo nome foi proposto por mim à assembleia de jornalistas, está fechado em casa a purificar-se pela penitência da mácula de se achar associado honorariamente a uma comissão em que se encontram homens que, como eu, se não confessam nem vão à missa». Parece, assim, que foi por razões ideológicas que o visconde não colaborou na comissão executiva. Carta inédita publicada por F. A. d'Oliveira Martins in *Olisipo*, Ano XXXVII, nº 134- 35, 1974- 75, p. 73



51.7. CASANOVA – Festas do centenário de Camões – O pavilhão da Praça do Commercio *Occidente : Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*. Lisboa. Ano 3, vol. 3, n.º 61 (1 Jul. 1880)

BPARPD BA CX.10 RES



51.7. FESTAS do centenário de Camões: a comissão executiva da imprensa e artistas que delinearão os carros triunphaes da procissão cívica. *Occidente : Revista illustrada de Portugal e do Estrangeiro*. Lisboa. Ano 3, vol.3, n.º 63 (1 Ago. 1880)

BPARPD BA CX.10 RES

Sociedade de Geographia e colaborava na redacção do jornal dirigido por Luciano Cordeiro, o *Commercio de Lisboa*.

A comissão executiva foi, assim, constituída de forma democrática e conseguiu agregar um leque de personalidades que representavam várias sensibilidades políticas. Os republicanos estavam presentes através de Teófilo Braga, Magalhães Lima, Jaime Batalha Reis e Ramalho Ortigão que, naquela altura, navegava nas mesmas águas. Mas, em contrapartida, Pinheiro Chagas, Luciano Cordeiro e Rodrigo Pequito eram regeneradores. João Carlos Rodrigues da Costa manteve-se como presidente, na qualidade de representante do decano dos jornais lisboenses. Também esteve filiado no Partido Regenerador por amizade a Fontes Pereira de Melo (*Grande Enciclopédia*, s/d: 20-21), apesar de ser um dos redactores principais do diário dirigido por Rodrigues Sampaio, da esquerda monárquica e demoliberal. A comissão executiva não era, por conseguinte, homogénea nem totalmente dominada pelos republicanos.

Os membros da comissão responsável pela organização dos festejos camonianos tinham em comum a colaboração nos meios de comunicação, como redactores de periódicos ou publicistas. O centenário foi da responsabilidade da imprensa, o que mostra bem a importância crescente que esta ia assumindo na vida da sociedade portuguesa. Apesar dos elevados índices de analfabetismo e dos níveis modestos de consumo, as publicações periódicas multiplicavam-se por todo o país. Em torno delas giravam polígrafos e publicistas que as utilizavam como tribunas para expor as suas ideias e como trampolim para as carreiras políticas. Formavam a incipiente opinião pública da época e tinham, inegavelmente, um papel importante na formação cultural e cívica das populações, em especial das

camadas urbanas. Por isso, os representantes da imprensa tornaram-se obrigatórios na organização dos centenários. Geralmente, procuravam-se os jornais de maior audiência e respeitabilidade para serem porta-vozes das iniciativas que estavam em curso. Tinham uma dupla função: mobilizar os cidadãos para participar nos festejos e veicular o discurso comemorativo oficioso. No tricentenário de Camões essa tarefa coube, por decisão da comissão executiva, ao *Diário de Notícias* (Aranha, 1888: 30). Mas, tratando-se de uma iniciativa mais lata, decidiu-se convidar todos os jornais a abrirem uma secção denominada *Centenario de Camões* que relatasse, dia a dia, todos os alvites e factos relativos às projectadas festas, com o objectivo de preparar «o espírito público para essa grande solenidade nacional» (*Ibidem*).

O programa define, pela sua estrutura e pelo conjunto de actividades que propõe realizar, a ideia que os promotores têm do que deve ser a comemoração. Nesse aspecto, os debates e as propostas que foram feitas em relação ao programa do tricentenário de Camões são ainda hoje muito actuais. Joaquim de Vasconcelos e Teófilo Braga apresentaram programas de cunho artístico e literário que somente em parte foram contemplados no programa oficial da comissão do centenário. Na proposta do professor do Curso Superior de Letras estavam bem patentes as preocupações científicas e educativas que o animavam. Comemorar era, naquela perspectiva, evocar a obra e a vida de Camões, dando-a a conhecer aos portugueses com o objectivo de formar a sua consciência cívica e cultural. O programa aprovado pela grande comissão da imprensa estipulava, nos seus considerandos iniciais, que o centenário tinha como objectivo estabelecer a convergência de todos os indivíduos em torno da Pátria de que Camões seria o símbolo (*Programma...*, 1880). Neste sentido, o programa compunha-se de duas partes bem diferenciadas: uma parte

designada «comemorativa» e outra «festival», cuja realização estava prevista para os dias 8, 9 e 10 de Junho. Três dias de celebrações que deviam culminar com o feriado oficial.

Na primeira parte, incluíam-se todos os actos destinados a divulgar a vida e a obra de Camões e um vasto conjunto de iniciativas destinadas a desenvolver a educação, a cultura e a assistência social, em particular às crianças, a cargo da Câmara de Lisboa, da Junta Geral do Distrito e de várias associações socioprofissionais. Os promotores mostravam, assim, o seu desejo de construir uma sociedade mais justa e fraterna, onde a capacidade de realizar projectos, como um «bairro Camões», se ligava com o desenvolvimento do espírito associativo, demonstrado pelo exemplo da criação da Associação dos Escritores e Jornalistas e pela reunião, a 10 de Junho, do congresso de todas as associações em Lisboa. Pretendia-se também incentivar a criação artística e literária através da instituição de vários prémios e, curiosamente, promover a educação feminina com o estabelecimento de uma recompensa pecuniária para o melhor aluno do sexo feminino que frequentasse o curso da Escola Médico-Cirúrgica. A dimensão da solidariedade esteve presente na distribuição de géneros aos pobres da capital e na ementa especial das refeições no dia de Camões, promovida pelo município de Lisboa. Várias associações locais também distribuíram «socorros». Múltiplas exposições exibiram aspectos da vida e obra de Camões ou os estudos a elas dedicados e outras temáticas relacionadas com as actividades económicas, a arqueologia e as artes. Nesta parte do programa, incluía-se ainda a cunhagem de uma medalha comemorativa do centenário promovida por todas as associações de Lisboa reunidas, a publicação de obras musicais escritas em homenagem a Camões e uma saudação especial pelo telegrafo a todos os escritores estrangeiros que contribuíram para divulgar a obra camoniana.

Na «parte festival», integravam-se os espectáculos nos teatros, o grande cortejo cívico, as iluminações e decorações, os fogos de artifício e as festas de inauguração do «bairro Camões». O cortejo ocupou um lugar central neste programa e foi uma das iniciativas mais polémicas na época, que parece ter ficado a dever-se a Ramalho Ortigão. O mesmo referiu nas *Farpas* que, quando o programa do centenário foi divulgado pela imprensa, a cidade inteira riu e toda a gente perguntava se iam assistir à «serração da velha ou ao enterro do bacalhau» (Cit. Montalvor, 1932: II, 292). Segundo o testemunho irónico de Gervásio Lobato, Lisboa quando queria mostrar entusiasmo ou solenizar uma data punha «o sr. deão da Sé a resmungar o seu latim fanhoso» e o «sr. infante D. Augusto, vestido de general, à roda do Rocio» (*Almanach Camões*, 1880: 36), mas desta vez não faziam parte do programa o habitual *Te Deum* e a parada militar. Em alternativa, de acordo com os valores da mentalidade laica, positiva e democrática, inaugurava-se um conjunto de ritos que punha a tônica nos valores da cultura e da educação, do associativismo e da manifestação cívica das populações.

O elemento central do programa do tricentenário de Camões foi o cortejo cívico que, no dia 10 de Junho, percorreu as ruas de Lisboa. Trata-se de um ritual com profundas raízes históricas, reelaborado no seu significado e objectivos. As próprias designações então correntes denotam a sua origem e a relação com práticas ancestrais. A «procissão cívica» recorda a ligação deste rito com a procissão religiosa, na qual a comunidade dos crentes exhibe a sua fé. A «romaria cívica», expressão que foi utilizada no programa do «centenário da Índia», estabelece a relação com uma tradição popular que é um misto de festa profana e religiosa, em que os devotos fazem uma jornada em direcção a um lugar sagrado e de culto. A conotação religiosa desta prática é, por conseguinte, evidente. Estamos

perante um acto de fé, de crença que, agora, não se reporta às forças divinas e sobrenaturais, mas ao conjunto dos cidadãos enquanto força colectiva e aos valores que devem nortear a vida colectiva.

O cortejo foi, minuciosamente, organizado pela comissão executiva do centenário. Os cidadãos reuniram-se na Praça do Comércio, porta de entrada da capital do país, onde as figuras régias costumavam receber as chaves da cidade das mãos dos representantes do poder municipal. Um espaço geométrico, quadrangular e aberto para o estuário do rio, onde os edifícios públicos se distribuem em rigorosa simetria, com a estátua do monarca ao centro e o Arco Triunfal, por onde se entra na cidade, no topo da praça. Isto é, um espaço racionalizado pela intervenção urbanística do século das Luzes com um significado simbólico muito forte que, por isso, foi o ponto de reunião tradicional para as exibições cívicas e do poder. A planta da disposição geral do «préstimo cívico e triunfal» mostra-nos uma praça dividida em duas metades: no lado Norte, ergueu-se o pavilhão onde ficou a família real e os dignitários da corte, ladeados pelos membros do município e pelos representantes dos poderes públicos; no lado sul, distribuíam-se de frente para aqueles, ao centro, as escolas e associações científicas e culturais, as forças e escolas militares, a imprensa e os escritores, tendo a cercá-los um vasto número de associações económicas, socioprofissionais, de socorros, de propaganda, etc. Na estrada, junto ao Arco da Rua Augusta, colocou-se a guarda a cavalo e as bandas regimentais que iam acompanhar o préstimo e, num dos lados e a sul, estacionaram os carros alegóricos e os das coroas de flores. Dos lados, junto dos edifícios, foram colocadas bancadas para o público.

O pavilhão para a família real e as altas corporações públicas foi construído pela Câmara Municipal, de acordo com

o projecto traçado por um conceituado arquitecto, José Luís Monteiro (Aranha, 1888: 90). À hora indicada no programa oficial, foi içado no Arco da Rua Augusta um estandarte com as cores da monarquia constitucional e as palavras de saudação: «A Camões, a pátria agradecida», o sinal combinado para se iniciar o desfile que iria percorrer, durante várias horas, o centro da cidade. A ordem do cortejo, rigorosamente definida pela comissão executiva e publicitada nos jornais, reflectia uma concepção republicana e democrática da sociedade. A abrir a passagem do cortejo e, de certo modo, a anunciá-lo junto do público, um piquete de cavalaria da guarda municipal e as bandas regimentais que tocavam a marcha triunfal do centenário. À cabeça, a Câmara Municipal de Lisboa com o seu estandarte desfraldado, simbolizando «a tradição e a continuidade da *liberdade e da autonomia do povo português*» (*Commercio de Portugal*, 10 de Junho de 1880). Os representantes dos municípios do país, que quiseram integrar-se nesta homenagem ao poeta, foram convidados a agregar-se à delegação da capital. A Câmara era acompanhada pelos funcionários dos pelouros, das escolas, dos asilos municipais e dos bombeiros. A Comissão Central 1º de Dezembro devia incorporar-se neste primeiro núcleo do cortejo, na qualidade de representante das «tradições patrióticas» que estão associadas à sua designação. Um segundo grande conjunto era constituído pelas associações económicas, socioprofissionais, de socorros mútuos, de beneficência, de propaganda, etc., representantes das actividades produtivas e símbolos do *Trabalho Nacional*. Em terceiro lugar, marcharam os representantes dos poderes públicos, a magistratura, os altos dignitários do país, o funcionalismo, isto é, o Estado. Os membros do corpo diplomático e consular, os estrangeiros e, significativamente, os naturais das colónias portuguesas foram convidados a incorporar-se nesta parte do cortejo. Em quarto, vinham as escolas, os institutos, as associações

científicas e artísticas, correspondendo à *Instrução Nacional*. Seguiu-se um quinto grupo formado pelas forças do Exército e da Armada, simbolizando a *Segurança Pública*. Por fim, os tipógrafos, os jornalistas, os quadros dirigentes da imprensa e os escritores formavam o importante núcleo que simbolizava a *Opinião*. Neste último grupo integraram-se os membros da comissão da imprensa que organizou as festas do centenário.

Os carros alegóricos seguiam a intercalar os vários núcleos e os que transportavam as flores que iam ser depositadas na base da estátua do cantor das glórias nacionais. O primeiro «carro triunfal» representava um «galeão português» do século XVI, uma forma de evocar as navegações e os descobrimentos. Seguiam-se por esta ordem: o carro do «Comércio e Indústria», da «Agricultura», das «Colónias», da «Arte», o «Militar» e o da «Imprensa», correspondentes a cada um dos corpos principais do cortejo. O carro das colónias, desenhado por Columbano Bordalo Pinheiro, integrou-se no terceiro núcleo, onde iam os representantes do Estado, ladeado por cidadãos naturais daquelas regiões. O pintor optou pelo exotismo para simbolizar as terras do ultramar: o carro «era d'um risco elegante, perfeitamente bem caracterizado com a sua vistosa cobertura formada por uma colcha da Índia, os seus troféus d'armas africanas e asiáticas, os seus ídolos selvagens d'umas atitudes estranhas e extravagantes, d'um pitoresco picante e original» (*O Occidente*, 1880: 102).

Vários artistas colaboraram na concepção dos carros alegóricos, nomeadamente o escultor Simões de Almeida, o paisagista Silva Porto, o arquitecto José Luís Monteiro, o artista decorador José Maria Pereira e o pintor de marinhas Thomazini (*Idem*: 126). Os carros sublinhavam a ordem do cortejo e expressavam, de forma alegórica, cada uma das grandes ideias que presidiram à sua organização:

a ideia da expansão e a da colonização, elementos nucleares da própria concepção da identidade e do destino de Portugal, representadas pelo «galeão» e o carro das colónias; o trabalho, presente nos carros que simbolizavam as actividades nucleares da nação - o comércio e a indústria mais a agricultura; a instrução, bem ilustrada num carro que evocava a época manuelina e as várias formas de expressão artística e cultural; a segurança pública, sob a forma de um bastião de guerra com ameias, onde se destacavam as cruces das ordens militares portuguesas, e as armaduras antigas, as armas e os troféus militares que fizeram a história da milícia nacional; a imprensa, que veicula a opinião, simbolizada por um antigo prelo de madeira e a estátua do seu inventor, Gutenberg.

O significado do cortejo foi bem captado pelos observadores mais atentos. Segundo o relato do *Occidente*, a «procissão não levava as basílicas da Sé, não levava capelães cantores, não marchava entre alas de soldados: era uma procissão em que o ídolo era o povo glorificado pelo próprio povo» (*Ibidem*). O longo percurso do cortejo foi significativo: partiu da Praça do Comércio, subiu a rua Augusta e contornou a Praça de D. Pedro, descendo pela rua Áurea e virando à direita, no fim da rua, foi passar no Largo do Pelourinho, bem em frente da sede do município, donde subiu a rua Nova do Almada, dirigindo-se pela rua do Chiado à Praça Luís de Camões, onde foram colocadas as coroas de flores no monumento, finalmente desceu a rua do Alecrim e dispersou no Cais do Sodré. Um extenso trajecto, feito entre alas compactas de povo, que soltava vivas e aplausos entusiásticos, sobretudo quando passavam os carros alegóricos (*Idem*: 95).

Um aspecto curioso dos debates que precederam a realização do cortejo foi a intenção, expressa pelos organizadores, dos soldados desfilar com ramos de louro e de carvalho na ponta das espingardas. Pretendia-se, assim,

homenagear o poeta e dar um significado pacifista à marcha da milícia. Mas os generais acharam um despropósito tal ideia e não foi autorizado, esconjurando-se «o gérmen da indisciplina que a comissão da Imprensa intentava lançar nas fileiras por intermédio da verdura» (*Idem*: 102). O cortejo camoniano ficou como um modelo que se procurou imitar nos outros centenários, com as inevitáveis adaptações ideológicas e do gosto dos organizadores. Apesar das controvérsias e do medo dos poderes instituídos que colocaram os quartéis de prevenção, os festejos realizaram-se com grande pompa e participação popular. Tiveram lugar inúmeras sessões literárias e artísticas, exposições, conferências e o comércio rejubilou com a novidade do *bric-a-brac* associado a este tipo de eventos. Sob o impulso da imprensa local, os festejos estenderam-se a todo o país e, naturalmente, também aos Açores.

Os festejos camonianos nos Açores

Apesar da distância e do sempre referido isolamento do arquipélago, as ilhas seguiam de perto o que se passava no continente e nas capitais europeias. O modo de vida ainda era marcado por ritmos do Antigo Regime e arcaicos, o tão almejado progresso tardava em chegar, segundo a percepção dos contemporâneos que não era muito distinta dos seus compatriotas do continente, mas na verdade a sociedade estava em mudança e havia sinais disso. As relações com a América e a Europa tinham-se intensificado, mercê do desenvolvimento dos transportes marítimos e das comunicações. Os açorianos emigravam fortemente para o Brasil, mas um contingente cada vez mais importante orientava-se para os Estados Unidos. As capitais dos distritos cresciam em termos populacionais e as classes médias iam ganhando algum ascendente na sociedade.

Assim, no início dos anos 70, na ilha de São Miguel opunham-se dois grupos políticos - o «tubarão» e a «sardinha» - nas disputas eleitorais e no confronto ideológico. Os primeiros eram os conservadores, oriundos das famílias dos agrários micalenses, na sua maioria representantes da aristocracia e da burguesia local. Os segundos identificavam-se com os sectores mais radicais do liberalismo, os setembristas e os grupos republicanos, se não mesmo com o ideário socialista ainda balbuciente. A «sardinha» tinha surgido no seio das numerosas sociedades que existiam em Ponta Delgada, as quais associavam a pequena burguesia dos serviços e os «artistas», segundo a designação da época para os operários e artífices especializados. Estes grupos nutriam-se das notícias que chegavam através dos navios que aportavam nas ilhas e começavam a revelar a sua independência em relação aos poderes tradicionais. Por isso, numa carta a Pedro Jácome Correia, Caetano de Andrade Albuquerque escrevia: «São Miguel de hoje já não é o São Miguel de outro tempo. Hoje considera o seu voto livre e independente para o poder dar a quem muito bem quiser e portanto a maneira de trabalhar nestas coisas deve ser totalmente diferente da que era no tempo em que bastava um simples aviso para trazer à urna os votos de todos os amigos e dependências.» (Cit. *Revista Micaelense*, 1918: 221). Com a organização partidária que se verificou naquela década, os conservadores incorporaram-se no Partido Regenerador e os sectores mais liberais e democráticos integraram as fileiras do Partido Progressista ou foram agrupar-se nos clubes republicanos. Outros fizeram a trajectória para os movimentos socialistas.

A situação económica era difícil e já se fazia sentir a crise da laranja que obrigou os açorianos a procurar outras fontes de rendimento e de exportação. Por outro lado, tardavam as obras públicas tão desejadas - estradas, portos,

faróis para a navegação, encanamento de águas, escolas, entre outras – e as exações fiscais acendiam rastilhos de revolta entre os populares e motivavam inflamados discursos na imprensa. Em 1873, um jornal angrense exprimia-se neste termos contundentes (*A Independência*, 22 de Maio de 1873):

«O descontentamento dos açorianos para com o governo de Portugal sempre exigente e opressor, existe já há muito tempo, e tem ido crescendo, crescendo, de sorte que está muito próximo do desespero. [...] Se insistir em cobrar intempestivamente os impostos e não tratar de atenuá-los, ser-lhe-á impossível obstar a que o povo açoriano volte para sempre as costas à mãe-pátria, que para ele tem sido há muito uma desapiedosa madrasta. Se houver tumultos, desordens e, por fim, uma separação completa da metrópole, por tudo será responsável o governo de Portugal e ninguém mais».

Pelo contrário, alguns anos mais tarde *O Açoriano Oriental*, o mais antigo dos jornais portugueses, mostrava-se preocupado com o avanço das ideias republicanas e com as ideias separatistas que andavam no ar: «[...] aqui nos Açores é nosso destino seguir a sorte do continente. O que lá se fizer, aqui se repetirá. Não elevamos nem abatemos ninguém do poder. Não é sincero propagar o contrário.» A política local fazia-se, naturalmente, a várias vozes e o jornal sentia-se na obrigação de defender o governo regenerador de Fontes Pereira de Melo então em exercício que, no entender do articulista, tinha assegurado «pleníssima liberdade e muita ordem» (13 de Agosto de 1878). Foi nesta conjuntura de descontentamento na região e de propagação das ideias republicanas, a par da progressiva libertação dos ilhéus da tutela tradicional dos grandes proprietários e da aristocracia local, que se integraram nas celebrações camonianas.

As comemorações decorreram nas três capitais de distrito, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta². A imprensa regional tinha sido contactada pela comissão executiva de Lisboa para se incorporar nas festas nacionais, o que fez dando grande destaque ao acontecimento e publicando números especiais alusivos a Camões, no dia 10 de Junho de 1880. *O Arquivo dos Açores*, no segundo volume saído do prelo precisamente em 1880, justificou as razões do centenário nos mesmos termos que eram utilizados pela imprensa lisboeta e pelos respectivos promotores (p. 79-80). No fundo, tratava-se de realizar uma grande manifestação patriótica, capaz de incentivar os portugueses para ocupar o lugar que lhes cabia no mundo moderno. Ao passado se deviam ir buscar os exemplos necessários para não desmerecer as glórias alcançadas pelos antepassados: «À sombra da liberdade alcançada por nossos pais, à custa de tantos sacrifícios, pode e deve Portugal moderno tornar-se digno do nome que herdou, e se tem perdidas a maior parte das suas conquistas na Ásia e América, ainda lhe resta a África, campo primeiro das nossas façanhas e descobertas, que jaz inculta e selvagem. Civilizá-la é nobre missão [...]» (*Ibidem*). O nome glorioso de Portugal estava ligado à expansão e, por isso, a colonização era a tarefa ingente que deve ser realizada pelos portugueses. A afirmação da nacionalidade portuguesa passava, portanto, pela projecção imperialista de Portugal, defendendo os seus «direitos históricos» face aos concorrentes europeus. Numa linha mais regional, o jornal *Os Açores*, de Angra do Heroísmo, considerado o órgão oficial do centenário na ilha Terceira, na sua explicação da adesão aos festejos invocou a história gloriosa do arquipélago:

² Recuperamos para esta análise um artigo que publicámos na *Revista de História Económica e Social*, nº 20, Lisboa, Sá da Costa Editora, Maio-Agosto de 1987, pp. 87-109.



«O arquipélago açoriano é chamado também à comunhão de tão generosa ideia. Nem podia deixar de o ser. Os Açores, que têm escrito um cada frágua dos seus rochedos o mote solene de independência e liberdade, que nas espumas das suas vagas enviaram o desafio audaz aos galeões de Filipe II, que nas ameias dos fortins ergueram o pendão que agremiou os soldados do Mindelo; os Açores não podiam deixar de ser lembrados pelos nossos irmãos do continente, quando se tratava de uma festa nacional que vai significar ao mundo inteiro o nosso amor entusiástico às glórias passadas e a nossa devoção pela independência e pela liberdade» (13 de Maio de 1880).

É clara a preocupação de mostrar a solidariedade dos ilhéus com o «passado glorioso» e a nacionalidade portuguesa. Contudo, não deixa de tocar na nota regional do contributo dos açorianos para a nação, lembrado amiúde na imprensa e no discurso político para evidenciar o apego daqueles à pátria e melhor pôr em relevo a ignomínia do esquecimento a que eram votados pelo poder central. Foi, então, dentro dum espírito de identificação com a Nação, quanto ao «passado glorioso», e de solidariedade por um futuro melhor, onde os Açores não fossem ignorados, que se realizaram os festejos nas capitais dos distritos do arquipélago.

De acordo com as datas estipuladas pela comissão organizadora e o governo, as celebrações decorreram nos dias 8, 9 e 10 de Junho na capital do distrito oriental. A Associação Popular, cujo nome passou a ser Associação Popular de Camões, o Teatro Micaelense e a Sociedade Amizade, Recreio e Instrução realizaram actividades de carácter artístico e literário, com declamação de poesia, teatro, música e canto. A entrega de exemplares d' *Os Lusíadas* aos melhores alunos e a distribuição de receitas às famílias pobres foram práticas comuns na época.

Aos estudantes do liceu coube a parte mais espectacular e, quiçá, de maior impacte popular das comemorações. Pelas quatro e meia da manhã do dia 10 foi lançada uma girândola de foguetes e uma banda tocou a alvorada. Pelas dez e meia a corporação dos estudantes saiu do liceu para os Paços do Concelho, onde se reuniam todas as autoridades - civis, militares e eclesiásticas - e participantes. Dali o cortejo dirigiu-se para a igreja matriz onde foram ouvir missa por alma do poeta. Em seguida, partiram para o Largo da Graça, onde foi descerrado o busto do épico e o reitor do liceu fez um discurso evocativo. Outras manifestações culturais enriqueceram as celebrações: a abertura inaugural do museu e a exposição da colecção camoniana de José do Canto. O busto de Camões era destinado à Biblioteca Pública de Ponta Delgada e é uma peça sem grande valor artístico, de algum estatutário local, que ainda hoje se conserva na instituição. Uma iluminação no Largo da Graça rematou a festa.

As comemorações foram da iniciativa de organizações partidárias e a participação da mocidade foi entusiástica. Podemos constatar pelos relatos que as autoridades locais, tanto civis como eclesiásticas, estiveram presentes, realizando-se a inevitável missa por alma do poeta. As cerimónias religiosas não constaram do programa da capital nem dos festejos das outras capitais dos distritos açorianos, segundo o que conseguimos apurar.

Em Angra do Heroísmo, os festejos iniciaram-se com girândolas de foguetes, no dia 10 de Junho, ao toque da alvorada nos principais largos da cidade, cujos nomes recordavam a sua história gloriosa - 22 de Junho, 11 de Agosto, Praça da Restauração e monumento a D. Pedro IV. A banda militar e harmónicas percorreram as ruas, partindo dessas praças. Foi descerrado o busto de Camões nos Paços do Concelho, onde se celebrou uma sessão sole-

ne, na qual se procedeu à leitura e assinatura do auto de homenagem à memória do poeta. A iluminação da Praça da Restauração, jantares de caridade dos asilos, da infância desvalida, da mendicidade e dos presos da cadeia e um sarau literário nos Paços do Concelho completaram as celebrações. O jornal *Os Açores* publicou a acta da reunião preparatória dos festejos, e o programa apresentado coincide com aquele que foi transcrito no *Arquivo dos Açores*, no essencial. Só lhe acrescenta uma revista militar na Praça da Restauração e um desfile do grupo de Caçadores 10 frente ao Paço Municipal, onde estava exposto numa janela o busto de Camões. As salas do Governo Civil também estiveram ornamentadas e realizou-se um sarau aberto a quem quisesse participar nele.

A Terceira enviou a Lisboa um representante para a «procição cívica», o Dr. Fernando Rocha, que foi portador de uma coroa de louro e hera, com o dístico «A Ilha Terceira a Camões», confeccionada por senhoras da cidade para ser deposta na estátua do poeta. Os festejos de Angra foram menos extensos do que os de Ponta Delgada. A organização coube a uma comissão da imprensa, com carácter partidário. Porém, as autoridades estiveram bem representadas e os Paços do Concelho em conjunto com o Governo Civil foram o centro das principais iniciativas, o que lhes conferiu um carácter mais oficial. Tal como em Ponta Delgada e noutras cidades do país, à noite os angrenses puderam passear na Praça da Restauração «iluminada à veneziana».

Na Horta, as comemorações foram organizadas pela comissão do Grémio Literário Faialense e tiveram o seu ponto mais alto num cortejo cívico pelas ruas da cidade. Logo à meia-noite do dia 9 houve desfile 'da comissão promotora, anunciado por girândolas de foguetes, e acompanhado por filarmónicas e grande número de

fachos. No dia 10, um extenso cortejo percorreu as principais ruas da cidade até ao Largo do Marquês de Ávila e Bolama, que foi o centro dos festejos. A praça estava engalanada com bandeiras, festões e arcos de verdura, e exibia um busto de Camões. O cortejo era aberto e fechado por filarmónicas locais, e nele estava representada a sociedade faialense. O ambiente não podia ser mais festivo, com a decoração da cidade e dos navios surtos no porto, as iluminações, os toques dos sinos e o fogo-de-artifício, a que não faltou sequer um tiro da peça de artilharia da fortaleza.

Os festejos da Horta parecem, assim, ter decorrido sobretudo nas ruas da cidade, mobilizando a generalidade da população e as autoridades locais. As comemorações possibilitaram um reforço da ideologia e da organização republicana nas ilhas. Em Ponta Delgada foi fundado o Centro Republicano Federal e começou a publicar-se, em 17 de Abril de 1880, o seu órgão de propaganda, a *República Federal*. Em Angra do Heroísmo, foi dado à estampa o jornal republicano *A Evolução*, a 20 de Junho de 1884. Neste aspecto, os Açores acompanharam o continente, tanto mais que as ideias federalistas dos republicanos, por um lado, ou as descentralizadoras e municipalistas, por outro, correspondiam aos anseios dos açorianos que desejavam uma maior autonomia regional. O republicanismo ganhava também alguma implantação nas ilhas, sob a influência do continente. Do ponto de vista do discurso patriótico, a única nota específica referia-se ao sacrifício de «sangue e de fazenda» que os açorianos tinham feito para implantar o regime liberal e às provas dadas pelos Açores de elevado empenho em momentos graves da história nacional, que não tinham sido ainda compensados pela devida atenção de uma pátria que continuava a ser madrastra para as ilhas.



4

Centenário do Marquês de Pombal

«Ser do seu tempo e trabalhar para o futuro, eis a norma moral e intelectual para todo o homem que exerce a governação.»

Teófilo Braga

Representações do poeta

Um ano e pouco volvido sobre o tricentenário de Camões, os estudantes do ensino superior da capital, em reunião da Politécnica, aprovaram a ideia da realização do centenário da morte do Marquês de Pombal (Braga, 1884: 185). O projecto não era inteiramente novo, visto que no seio da maçonaria já tinha surgido a ideia da realização de um monumento de homenagem ao Conde de Oeiras. Além disso, no Brasil, no meio dos emigrantes portugueses, havia quem também tivesse defendido a necessidade de se evocar a memória do ministro de D. José I. Seja como for, a juventude académica tomou a dianteira e a ela agregaram-se os sectores liberais e anticlericais. A linha de união entre monárquicos e republicanos que celebravam a memória do grande estadista era, justamente, o seu papel como reformador e a acção anti-jesuítica, mas os primeiros estiveram mais em evidência nas comemorações. Aproveitaram, naturalmente, o *élan* das festas camonianas, o impulso que tinha conhecido a organização dos republicanos em todo o país e o facto da figura do Marquês ser vista numa óptica que servia a sua propaganda contra a decadência do país.

A figura do Marquês não suscitava a unanimidade que se verificava em torno de Camões. Pelo contrário, era uma personagem muito polémica e os campos extremaram-se entre os defensores e os opositores do centenário. Os monárquicos conservadores e católicos, mais moderados ou ultramontanos, fizeram campanha na imprensa contra as celebrações pombalinas. Os termos não eram poupados de ambas as partes e o debate nos jornais foi ao rubro. O órgão do partido legitimista, *A Nação*, vociferava: «Execramos o ministro prepotente d'el-rei D. José, porque preparou para a nossa pátria o advento da revolução, simbolizada, por ora, na monarquia da Carta, como amanhã, o será na república, e no outro dia no socialismo [...]» (Cit. Flores, 1991: 105). Fazia, deste modo, coro com a representação mais comum que inseria o ministro numa genealogia que remontava ao iluminismo, passava pelas revoluções liberais e iria desembocar na república e no socialismo. Esta visão anacrónica de Pombal como arauto da revolução e do progresso social teve bastante expressão nos periódicos da época, apesar de haver quem se manifestasse contra tal inanidade.

Porém, para se compreender a tensão que se verificou no centenário é preciso recordar o contexto em que decorreu. O partido regenerador estava, então, no poder com um governo liderado por Fontes Pereira de Melo. Dois anos antes, no centenário camoniano, estava em exercício um governo progressista, dirigido por Anselmo José Braamcamp. O regime tinha entrado no chamado período do rotativismo político, em que os dois grandes partidos monárquicos se iam alternando na governação. Não havia diferenças muito substanciais de estratégias e de soluções para os problemas nacionais, e as dificuldades crescentes do erário público, associadas ao atraso estrutural da economia portuguesa, criavam crescentes dificuldades a quem exercia o poder. Ao mesmo tempo, essa situação abria caminho aos republicanos e aos sectores mais radicais no meio das classes médias urbanas e do operariado. Havia um enorme descontentamento que se foi acentuando nas últimas décadas do regime monárquico. Por isso, Guerra Junqueiro escreveu nas anotações ao seu virulento poema intitulado *A Pátria*, alguns anos mais tarde: «Dois partidos monárquicos, sem ideias, sem planos, sem convicções [...], vivendo ambos do mesmo utilitarismo céptico e pervertido [...]» (Junqueiro, s/d: 187). Neste quadro político, evocar um homem que era identificado como um grande estadista significava pôr em causa aqueles que, pelo contrário, se mostravam incapazes de desenvolver e reformar a nação. O ministro de D. José I era o exemplo do governante ousado, tenaz e eficiente que faltava ao rei D. Luís e à monarquia constitucional. Além do problema do regime político, havia a questão religiosa que tinha uma importância crescente nos meios sociais dominantes e na oposição republicana. A monarquia era declaradamente confessional e em todas as leis básicas do país se reiterava a religião católica como a oficial. Os cidadãos não podiam ser perseguidos por professarem outra reli-

gião, mas a liberdade de outros cultos tinha restrições e os praticantes estavam sujeitos à pressão de um Estado que não era laico. A igreja católica dominava a vida dos cidadãos desde o nascimento à morte, controlava o registo que era paroquial e dispunha de grande poder nas áreas do ensino e da assistência pública. Mas, por outro lado, o Estado tinha ganho um ascendente importante sobre a igreja e intervinha na nomeação dos bispos, além de controlar grande parte dos benefícios eclesiásticos, desde conezias até lugares de tesoureiro e sacristão (Serrão & Marques, 1991: 486). O clero tendia a ser funcionalizado, os rendimentos da igreja dependiam cada vez mais do Estado e o orçamento anual consignava as dotações e subsídios para a igreja que eram, aliás, uma percentagem insignificante do total.

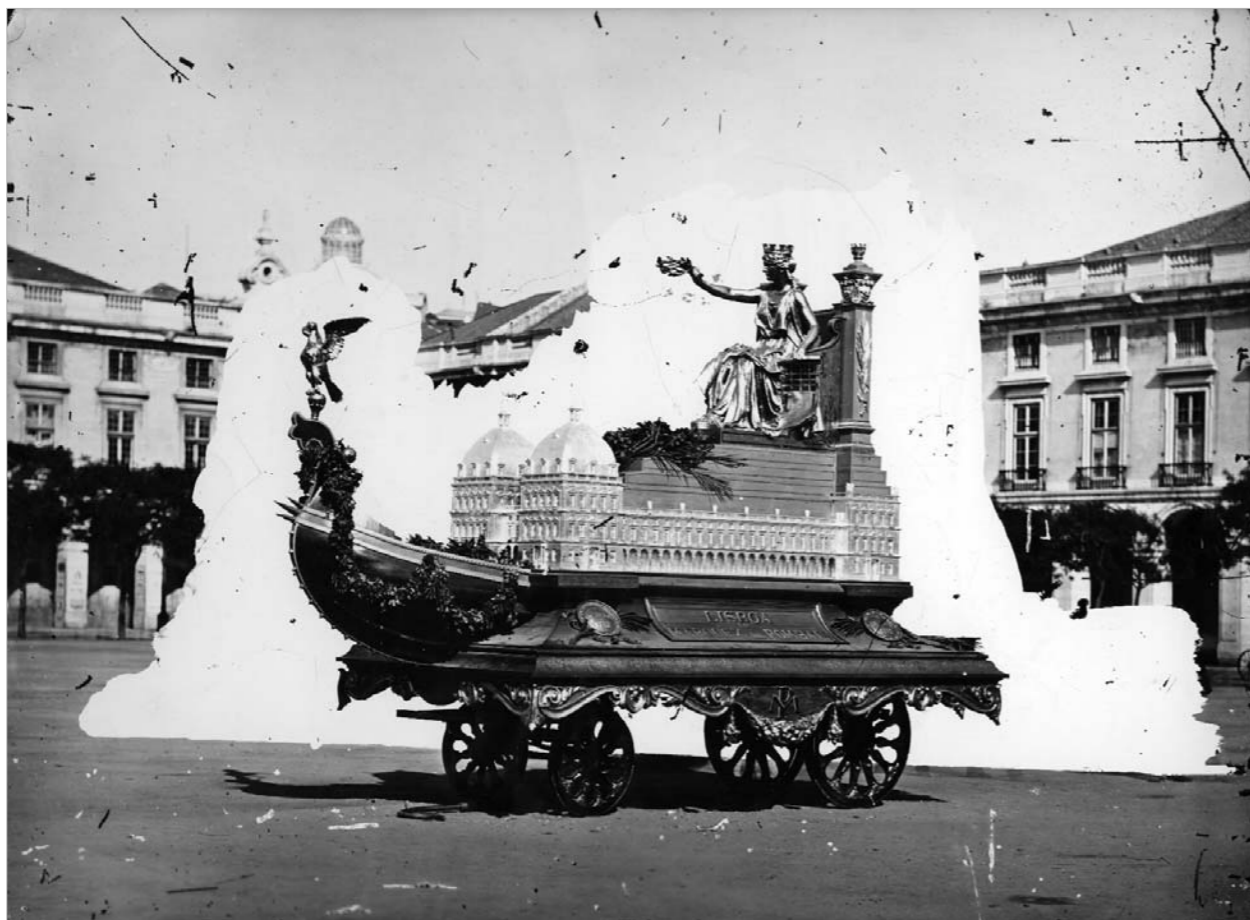
Se o regime estabelecido pela Carta Constitucional se entrosava com a igreja católica, havia uma forte corrente liberal anticlerical que pugnava pela laicização do Estado e da vida pública. Apesar de os seus elementos serem de quadrantes ideológicos distintos, partilhavam a ideia de que o clero – sobretudo o regular – constituía um malefício para o progresso da civilização (Catroga, 1988: 211). A Companhia de Jesus polarizava aquilo que de mais pernicioso havia na actuação do clero. O antijesuítismo e o anticongreganismo, em geral, tinham antecedentes na sociedade portuguesa e militantes activos. Os partidários da erradicação das ordens religiosas viam como exemplos a acção do Marquês de Pombal e de Joaquim António de Aguiar. Ambos eram evocados como modelo e na polémica sobre as Irmãs da Caridade e dos Lazaristas, no final dos anos 50 e início de 60, estiveram novamente em foco. Apesar das ordens religiosas estarem legalmente proscritas, iam voltando a instalar-se no país com a complacência das autoridades.

A militância pela laicização tinha, como reverso, um proselitismo igualmente activo por parte dos sectores católicos. Apesar das diferenças ideológicas, havia acordo quanto à necessidade de combater a influência da maçonaria e dos partidários do laicismo que queriam diminuir o peso do clero na sociedade. No Porto, tinha-se constituído uma associação católica que publicava um jornal, *A Palavra*, e andava no ar a ideia de formar um partido católico. A vinda para Portugal do núncio Aloizi Mazella, em 1879, destinava-se expressamente a intervir nas questões político-religiosas e a dar um maior impulso à organização dos católicos (Bebiano, 1983: 401). A questão religiosa estava, assim, na ordem-do-dia e justificava plenamente a atenção que foi dada ao centenário de Pombal, visto como um prócer do antijesuítismo em Portugal. De facto, o ministro tinha sido responsável por uma campanha contra a Companhia de Jesus que se inseriu na política de reforço do poder estatal e expulsara-a de Portugal e dos seus domínios ultramarinos.

Perante a origem da iniciativa do centenário e a colagem desta aos republicanos, o governo regenerador hesitou mas não teve outra opção política se não associar-se ao evento. A ideia da comemoração dos grandes homens era consensual e o Marquês de Pombal preenchia, reconhecidamente, os requisitos para ser celebrado pelos monárquicos, e o Partido Progressista já se associara aos festejos. Assim, a 29 de Março, o governo apresentou uma proposta de lei para poder conceder dos arsenais do exército e da marinha o bronze necessário para a estátua que se pretendia erigir. Ressalvava que o restante montante necessário seria obtido por subscrição nacional. Este documento esclarece a justificação dada pelo executivo para se associar às celebrações e, simultaneamente, traça a imagem do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (*Diário da Câmara dos Deputados*, 29 de Março de 1882: 956).

«O governo, senhores, quer, como lhe cumpre, associar-se aos votos, do povo e às suas honradas manifestações. Deseja convidar a nação; a que levante um monumento ao Marquês de Pombal. Aquele ministro que, tendo achado o reino pobre e endividado, deixou reformada a fazenda e repletos de oiro os cofres do estado. Aquele reformador que, vendo definhadas agricultura a fomentou; nula a indústria, a criou e protegeu; algemado o comércio, lutou pela sua alforria e em grande parte o libertou. Aquele filantropo que equiparou aos europeus os índios, vassalos da coroa portuguesa, e que declarou livres quantos escravos pisassem o solo da metrópole; aquele benemérito que acabou com as diferenças odiosas entre cristãos novos e cristãos velhos. Ao estadista que obteve da Inglaterra satisfações completas e dignas de quem as recebia e de quem as dava. Ao denodado patriota que soube repelir vigorosamente as exigências da França e a invasão da Espanha, pondo em pé de guerra em pouco tempo um exército de 60:000 homens. Ao libertador do reino e do rei, que, depois de uma luta, para sempre memorável nos anais políticos do mundo, promulgou o decreto de 28 de Junho,³ de 1759, desnaturalizando, proscurendo e expulsando os padres jesuítas, para todo o sempre de Portugal e seus domínios, e não descansou até que o Santo Padre Clemente XIV, pelo breve *Dominus Redemptor* de 23 de Julho de 1773, extinguiu a companhia de Jesus, fazendo tanta justiça aos sentimentos piedosos do conde de Oeiras que, não só conferiu a seu irmão Paulo a púrpura cardinalícia em 29 de Janeiro de 1770, mas no consistório extraordinário de 20 de Setembro do mesmo ano exaltou em frases calorosas os serviços prestados à Igreja pelo ministro português. Ao reformador ilustrado que acudiu às letras portuguesas, criando a aula do comércio, o colégio

³ De facto, a data foi 3 de Setembro de 1759. Em Junho tinham sido impedidos de confessar e pregar.



?. CENTENÁRIO do Marquez de Pombal (no Liceu).
O Binoculo: jornal de caricaturas. [Desenhos de] João Cabral.
 Ponta Delgada. Ano 1, n.º 3 (15 Maio 1882), p. 2-3.
 BPARPD EC P.P. 710 RES

dos nobres, a imprensa régia, muitas cadeiras de latim, de grego e de hebreu, e reformando os estatutos da Universidade de Coimbra, há muito decaída do seu antigo esplendor.»

Finalmente, foi devido à «energia e à incansável actividade de Sebastião José de Carvalho e Melo» que a cidade de Lisboa se reergueu das ruínas do terramoto de 1755. Os pontos fundamentais da acção do Marquês de Pombal apontavam-no como um reformador do Estado, da economia e do ensino, como um patriota que tinha sabido erguer o nome de Portugal no mundo, como um «libertador» do reino da influência da Companhia de Jesus, no que acabou por ser secundado pelo próprio Papa Clemente XIV. Neste aspecto, esteve o Conde de Oeiras muito bem acompanhado e, por isso, não merecia ser ignorado. Porém, os outros domínios da acção do ministro que não eram consentâneos com a ideologia liberal são esquecidos, nomeadamente o despotismo, a política monopolista e cerceadora da liberdade económica, a prepotência e a violência a que recorreu para atingir os seus fins.

Esta foi a tónica dos discursos do centenário e disso é exemplo o próprio Teófilo Braga, na retrospectiva que fez das comemorações. Reconhecia que o Marquês de Pombal não tinha qualquer «aspecto simpático» e era responsável por «actos deploráveis», mas pela grandeza da sua acção como estadista merecia ser enaltecido (Braga, 1884: 190 e 198). Teófilo também o inseria no espírito do Século das Luzes e numa genealogia do progresso que tinha conduzido à valorização da ciência, do mérito e da indústria, como verdadeiros esteios da sociedade humana. A expulsão dos Jesuítas, o reforço do poder régio, contra as forças obscurantistas e conservadoras do clero e aristocracia, o patriotismo com que tinha sabido enfrentar a Inglaterra e pugnado pelo desenvolvimento do país, a secularização da

instrução pública, e a abolição da escravatura eram, na leitura da história do professor do Curso Superior de Letras, os aspectos positivos que justificavam que os democratas se associassem ao centenário. O despotismo do governo pombalino representava um mal menor, fruto das circunstâncias da época, e a única forma através da qual poderia exercer a sua acção reformadora num país dominado pelo regime católico-feudal (*Idem*: 208). Nesta ordem de ideias, os republicanos relativizaram os aspectos da política do Marquês de Pombal que não estavam de acordo com os seus valores e apresentaram-no como o «vulto preponderante do século XVIII» em Portugal (*Idem*: 182).

Tal interpretação histórica não assentava em investigação aprofundada nem numa análise crítica da história, por isso muitas das asserções foram, posteriormente, revistas pela historiografia. Contudo, o centenário iria contribuir, de forma decisiva, para construir uma imagem do Marquês de Pombal que o impôs como uma referência mítica da esquerda portuguesa (Catroga, 1996: 623). Expurgado do despotismo, ele podia ser visto como um exemplo de modernidade, de patriotismo e de anticlericalismo. E, antes de mais, como o estadista que tinha conseguido reerguer a cidade de Lisboa dos escombros do terramoto e o país da decadência em que vegetava pela incúria dos anteriores governos.

O programa da comemoração seguiu o modelo já estabelecido nos países europeus. Em cerimónias mais restritas, como sessões solenes e saraus artístico-literários evocava-se a memória do homenageado, e nas ruas das cidades, através das iluminações, do fogo-de-artifício, da actuação das filarmónicas e dos cortejos cívicos, dava-se espaço ao povo para se incorporar nos festejos. O Estado contribuía com o feriado das repartições públicas, com as salvas de artilharia que anunciavam as celebrações na alvorada, com as

iluminações dos edifícios públicos e artérias das cidades, além de outras iniciativas que dependiam do envolvimento dos poderes públicos na celebração. No caso do centenário pombalino, a participação mais significativa consistiu no lançamento da primeira pedra do monumento na Praça Marquês de Pombal, como passou a designar-se a partir dessa altura. Esteve presente o príncipe herdeiro, D. Carlos, membros do governo, do parlamento e demais autoridades. Ainda havia somente a intenção de erguer uma estátua, mas não tinha sido feito concurso público para o efeito nem havia qualquer projecto. Por isso, depois de grandes vicissitudes, o monumento só seria inaugurado muitas décadas mais tarde, já no período do Estado Novo, em 1934.

O ponto alto das comemorações em Lisboa foi o cortejo cívico que, no dia 8 de Maio, percorreu parte da cidade. A extensão do cortejo era enorme e incorporou muitas delegações de Câmaras Municipais, com os seus pendões, e de associações de todo o género. Decorreu sem incidentes e com manifestações de entusiasmo popular, num dia em que o tempo esteve excelente, segundo os repórteres dos jornais. Já uma marcha *aux flambeaux*, que associava os estudantes de Lisboa e delegações académicas que tinham vindo de outros pontos do país, foi reprimida pelo governo, temeroso de desactos e da expressão que a mesma estava a ter junto dos órgãos republicanos (Bebiano, 1983: 427). Para além da capital, muitas cidades e algumas vilas se associaram à comemoração do Marquês de Pombal, em Portugal, no Brasil e, inclusive, na Índia Portuguesa.

Apesar das polémicas e das hesitações das autoridades, o centenário acabou por ter uma expressão pública significativa e para tanto contribuiu, decisivamente, a imprensa. No entender de Teófilo Braga, «o centenário, celebrado

em 8 de Maio de 1882, foi como o grande e imparcial julgamento de um século; a justiça para os vultos históricos como Pombal, não consiste em atenuar-lhes as acções com sofismas retóricos, nem calar os meios mais ou menos duros com que exerceram o domínio; basta simplesmente que os restituam à sua época, e pôr em evidência o seu destino.» (Braga, 1884: 201-202). Imparcial não foi com certeza e a vontade de enaltecer o grande homem só podia ser popular se colocasse na sombra ou, deliberadamente, esquecesse a violência com que exerceu o poder. Todavia, para os republicanos o centenário representava mais um momento de afirmação política e de consagração da ideia das celebrações cívicas dos grandes homens.

Comemorações pombalinas nos Açores

«Em Camões, festejámos o cantor das glórias nacionais; no Marquez de Pombal veneramos o génio reformador e o talento político»
- Manifesto da Comissão Executiva da Comemoração do Centenário em Ponta Delgada, 8 de Maio de 1882

As ilhas dos Açores não ficaram, naturalmente, alheadas dos acontecimentos. Na memória ainda estavam presentes as celebrações camonianas, como se vê pela citação do manifesto da comissão executiva do centenário de Ponta Delgada. Porém, o ministro josefino não despertava a mesma onda de simpatia e de concordância, o que se reflectiu na dimensão e no empenho público e particular no centenário. Os jornais católicos não deixaram de ripostar e a polémica foi acerba, ao jeito do que acontecera também no continente. Note-se que no dia 8 de Maio se realizou uma peregrinação ao santuário do Sameiro, de

edificação ainda relativamente recente e importante centro do culto mariano em Portugal. Ali foi rezada missa pelas vítimas de Pombal e foram vituperados o centenário e os seus organizadores. No início de Junho, realizou-se em Lisboa um Congresso Católico que era ainda fruto da reacção à comemoração. Tais iniciativas tinham eco nas páginas dos periódicos católicos açorianos, se bem que não passassem das palavras aos actos. Quem agiu foi a Junta Geral de Angra do Heroísmo que proibiu a impressão da folha *O Catholico* na tipografia que lhe pertencia, com grande regozijo dos apoiantes do centenário. Quando retomou a publicação, o redactor do periódico manifestou-se dizendo ironicamente: «Isto foi o mais esplêndido da festa. Isto é que foi uma verdadeira comemoração pombalina.» (28 de Junho de 1882).

Em Ponta Delgada, a mocidade do liceu e algumas figuras notáveis da sociedade micalense aderiram ao centenário. Constituiu-se uma comissão executiva, liderada pelo advogado Aristides Moreira da Mota que, na altura, estava ligado aos republicanos federalistas e viria a ser um dos patronos do movimento autonomista, nos anos 90. O periódico *A República Federal* foi um dos mais entusiastas defensores das comemorações, mas *A Persuasão*, de Francisco Maria Supico e *O Açoriano Oriental*, entre outros jornais locais, não deixaram de se associar aos festejos. Na oposição estava *A Civilização* que fez uma intensa campanha contra a «jesuitofobia», o Marquês de Pombal e a celebração do centenário. O debate prolongou-se para além da data do centenário, e a 14 de Junho ainda *A Persuasão* publicava um texto intitulado «Reaccionários» que era «um libelo acusatório contra a Igreja» (Flores, 1991: 117).

Porém, dado que tinha havido quem tomasse nas suas mãos a organização do evento, realizaram-se várias inicia-

tivas comemorativas. As mais importantes foram as conferências onde se evocou a vida e a acção do Marquês de Pombal, onde tomou a palavra o presidente da comissão executiva, o padre Amaral Botelho, mostrando que dentro da igreja também havia quem apoiasse o centenário, e os licenciados em Direito, Caetano de Andrade Albuquerque Bettencourt e Francisco Pereira Lopes de Bettencourt Ataíde, de distintas famílias micalenses e grandes proprietários rurais, que vieram a ser membros da Comissão Autónoma de Ponta Delgada. Dado o prestígio dos oradores, as sessões foram muito concorridas e revelam a adesão que havia no seio das pequenas elites urbanas às ideias liberais, em que a tónica era, claramente, colocada no progresso e na modernização da sociedade contra as forças mais reaccionárias.

Também muito frequentada esteve a noite de gala no Teatro Micalense, onde os estudantes do Liceu representaram a peça *O Marquez de Pombal*. A receita obtida com a venda dos bilhetes revertia para as famílias pobres da cidade. Várias exposições tiveram lugar naqueles dias: exposição de pecuária, no largo de S. Pedro, de artes, ciência e letras micalenses, nas salas do Liceu, e de História Natural, no museu dirigido por Carlos Machado. Mas o momento de maior impacto público foi o do cortejo cívico que percorreu a cidade, da Câmara Municipal até ao Largo do Colégio. Naquele local estava o busto em gesso do Marquês de Pombal e uma guarda de honra, comandada por um capitão. Incorporaram-se no desfile representações oficiais das Câmaras Municipais, do Governo Civil, da Junta Geral, da 5ª Divisão militar, professores e alunos das escolas, membros da imprensa, funcionários públicos e cidadãos de diversas classes sociais. O préstito terminou com o descerramento do busto, onde foram depositadas coroas de flores, acompanhado por girândolas de foguetes e vivas à liberdade, à independência



7. CENTENÁRIO do Marquez de Pombal (no Liceu).
O Binocular: jornal de caricaturas. [Desenhos de] João Cabral.
 Ponta Delgada. Ano 1, n.º 3 (15 Maio 1882), p. 2-3.
 BPARPD EC P.P. 710 RES

nacional, à indústria e à comissão organizadora. À noite, realizou-se a tradicional iluminação pública.

A Câmara Municipal de Ponta Delgada tinha hesitado em integrar-se no cortejo. No próprio dia 8 de Maio, estiveram reunidos em sessão extraordinária para decidir sobre esta matéria e prevaleceu a opinião de que era uma festa nacional, à qual se tinha associado o próprio governo. Contudo, o presidente da autarquia, o Barão da Fonte Bela, não estava presente alegando motivos de saúde e o vice-presidente, o Visconde das Laranjeiras, também se retirou sem se incorporar no cortejo (Flores, 1991: 112-113). A representação ficou a cargo de cinco vereadores. A vereação tinha recebido um ofício da comissão executiva solicitando que fosse colocado um busto do Marquês de Pombal no Largo do Colégio, que tomaria o nome daquele ministro. Ora, trata-se do largo onde funcionou o Colégio dos Jesuítas e se a proposta fazia sentido, não deixaria de ser entendida como uma afronta pelos sectores católicos mais conservadores. A proposta foi aprovada, mas nem o busto passou ao bronze nem o largo mudou de nome.

A 13 de Junho ainda os estudantes reunidos num Congresso Académico realizaram uma marcha *aux flambeaux* em honra do Marquês de Pombal. O desfile foi muito animado, como se pode constatar pelo relato no jornal *A Persuasão*: «Era belo de ver-se essa mocidade, entusiasta, nobre e generosa, caminhando ao som de alegres músicas, desfraldando os seus primorosos estandartes, agitando as flâmulas e as lanternas de variegadas cores, à luz das tochas que levavam e dos inúmeros bicos de gás que ardiam em profusão por todas as ruas por onde passavam.» (14 de Junho de 1882).

Em Angra do Heroísmo, a iniciativa da comemoração partiu dos procuradores à Junta Geral que elaboraram um programa modesto. A celebração iniciou-se com uma missa por alma do Marquês de Pombal na igreja do Colégio que, curiosamente, havia sido fundada pelos jesuítas. Nela estiveram presentes as autoridades civis, religiosas, militares, professores e alunos das escolas. À noite, no governo civil, numa sala ornamentada com o retrato do Conde de Oeiras, foram proferidas quatro conferências por personalidades que representavam várias tendências políticas: Fernando Rocha, José de Azevedo Castelo Branco, Teotónio de Ornelas Bruges e Jacinto Cândido. A Junta Geral ofereceu jantares aos presos da comarca e aos internados no asilo de infância e de mendicidade. Decidiu tomar a seu cargo a criação e educação futura de um exposto baptizado com o nome de Sebastião José de Carvalho e Melo e de uma exposta com o nome de Maria Vitória, homónimo da rainha consorte de D. José. A ideia de associar crianças expostas às comemorações já tinha acontecido anteriormente, nas celebrações camonianas. No conjunto, as celebrações terceirenses foram parcas. *O Angrense* dizia isso mesmo, a 8 de Junho: «Aqui, na ilha Terceira, houve simplesmente algumas demonstrações pouco ruidosas promovidas pelo sr. governador civil e pela junta geral do distrito. [...] Não dizemos que foi muito, nem que foi pouco; pretendemos apenas fazer notar que não houve nada que não fosse de iniciativa oficial, e que o povo não tomou parte em nenhuma daquelas demonstrações.»

Na imprensa local, a folha *O Católico* tinha feito campanha contra o centenário, enquanto *O Athleta*, que se identificava como uma «folha satírica e democrática», e *A*

Terceira, órgão dos regeneradores, se associaram às celebrações. A 8 de Maio, publicaram números especiais de homenagem. Em ambos era recordada a acção pombalina de acordo com o resumo feito no preâmbulo do decreto-lei que autorizava o governo a conceder o bronze para o monumento. Todavia, o redactor de *A Terceira* carregava a nota anti-jesuítica: «Em Sebastião José de Carvalho e Melo não admiramos só o reformador audaz, que libertou o solo abençoado da pátria da manzanilha do jesuitismo, a cuja sombra mortífera Portugal se definhara.» Ao mesmo tempo, enaltecia o estadista que tinha sabido prover socorro a Lisboa depois do pavoroso cataclismo e transformara o reino com a sua poderosa energia e inteligência.

Na Horta, o centenário passou quase despercebido: «Correu nesta ilha o centenário do grande ministro de D. José sem uma manifestação pública de alguma importância. [...] Não contribuiu para esta indiferença pública no centenário pombalino, como talvez se tenha julgado lá fora, serem promovidos os festejos pela maçonaria e clubes republicanos. Nós protestamos: a festa é nacional e a ela deviam concorrer todos.» (*O Atlântico*, 11 de Maio de 1882). Apesar do protesto, parece que a figura do Marquês de Pombal não mobilizou os faialenses. No conjunto, excepto em Ponta Delgada onde houve um grupo de cidadãos que se dispôs a investir na organização dos festejos, o centenário não teve um eco comparável ao camoniano e esteve distante do que aconteceu em várias cidades do continente. Um facto explicável pela fraca implantação dos republicanos nas ilhas e pelo peso dos sectores mais tradicionalistas, numa sociedade predominantemente rural e católica.



5

Quinto centenário do nascimento do Infante D. Henrique

Visão de Sagres
N'este alto pensamento se arrebatá;
Activa o Infante intrépidas empresas
Das Navegações grandes portuguesas;
Das intimas tristezas se resgata;
N'uma visão do infinito equóreo
De Sagres no remoto promontório.

*Estrofe do poema O Mar Tenebroso, escrito por Teófilo Braga,
para a homenagem da imprensa portuguesa ao Infante D. Henrique*

As celebrações no Porto

Em 1894, comemorou-se o quinto centenário do nascimento do Infante D. Henrique, no Porto. A figura emblemática do filho de D. João I, com projecção internacional, representava a oportunidade para recordar o pioneirismo dos descobrimentos portugueses. No plano interno, apesar do insucesso da sedição republicana de 31 de Janeiro de 1891 na capital nortenha, seriam úteis as manifestações que servissem para repor o abalado prestígio da Monarquia. Ora celebrar um príncipe de sangue

real tão profundamente ligado ao mito da época áurea da nação podia dar novo alento ao regime monárquico vigente e aos sonhos imperiais dos portugueses. Por isso, as comemorações organizadas pela Câmara Municipal do Porto contaram com o empenho do governo e da casa real.

Os festejos concentraram-se na Cidade Invicta, tendo como pretexto o facto do Infante D. Henrique ter nascido naquela cidade. Deste modo, o Porto mostrava a sua

fidelidade ao regime monárquico e que era capaz de organizar centenários, projectando-se como uma cidade dinâmica que respeitava as tradições e o passado histórico nacional. Segundo Fernando de Sousa, o escândalo financeiro da «Salamancada», com consequências económicas desastrosas sobre a praça portuense, e a revolta do 31 de Janeiro representaram o fim de um ciclo da história da cidade, em que deixou de «ter qualquer capacidade de diálogo ou de réplica a Lisboa, a uma capital que se transforma, em definitivo, no único pólo de decisão nacional» (Justino, s/d: vol. II, 218). Contudo, podia ainda aparecer como centro de festas cívicas e patrióticas que tinham como palco habitual a capital do país.

Desde a colocação de uma lápide em homenagem ao Infante D. Henrique na fortaleza de Sagres, em 1836, que tinham surgido vários projectos para laurear o governador da Ordem de Cristo. O governo chegou a nomear uma comissão para estudar o projecto de erguer uma estátua em sua memória, mas esta não chegou a ter resultados por falta de meios para concretizar os planos. Na década de oitenta, tanto a Sociedade de Geografia de Lisboa quanto a Sociedade de Instrução do Porto tinham projectos para monumentos em honra do Navegador. Mas a capital do Norte acabou por adiantar-se mercê do dinamismo da vereação progressista da Câmara, liderada pelo conselheiro António Ribeiro da Costa e Almeida. A cerca de um ano de distância do evento, o presidente da Câmara Municipal, figura muito respeitada na sociedade portuense constituiu a comissão organizadora das celebrações que contava com um conjunto de personalidades de vulto da cidade. Além dos proponentes dos festejos, o jornalista Eduardo de Sequeira, o padre Francisco José Patrício e o capitão de cavalaria Fernando da Costa Maia, incluíam-se o presidente da Sociedade do Palácio de Cristal, o conde

de Samodães, o jornalista e co-proprietário do *Commercio do Porto*, Bento de Sousa Carqueja, o professor do Liceu e poeta, Augusto Luso da Silva, e o comerciante mais ilustrado da praça do Porto, Henrique Kendall. O presidente era, naturalmente, o próprio chefe do município e o cargo de secretário coube ao pároco. Os outros membros estavam na qualidade de vogais. Numa comissão de feição monárquica, os dois encargos mais importantes dividiram-se entre um progressista e um regenerador que já tinha sido deputado pelo Porto.

Porém, a dimensão nacional e oficial do evento foi sublinhada pela deslocação da família real ao Norte e de uma delegação da mais alta hierarquia do Estado, que incluiu o presidente do Conselho de Ministros, Hintze Ribeiro, e três ministros. A comemoração do Infante D. Henrique era, deste modo, a resposta monárquica aos centenários de Camões e do Marquês de Pombal. A família real esteve cinco dias no Porto, tendo-se desdobrado para estar presente nas mais variadas iniciativas. As cerimónias nas ruas da cidade, as sessões solenes e os espectáculos de gala, os bailes e os jantares, as inaugurações e as provas desportivas, a festa da Associação do Bombeiros Voluntários e a distribuição do bodo aos pobres foram abrilhantadas pela presença régia. No próprio dia da partida ainda estiveram num banquete oferecido pela Câmara do Porto aos representantes dos outros municípios do país e não se esqueceram de entregar uma avultada quantia ao governador civil para distribuir pelos indigentes e pelos estabelecimentos de beneficência (Pereira, 1894: 98).

Assim se compreende a reserva dos sectores republicanos, se não mesmo uma certa hostilidade, e a atitude de uma parte da Academia do Porto. Um grupo de estudantes em vez das cerimónias oficiais preferiu deslocar-se em romagem

ao túmulo do Infante D. Henrique, na Batalha. A coroa foi modelada por Teixeira Lopes sob a forma de carvalho, heras e flores. Numa das fitas continha uma legenda de homenagem dos estudantes portugueses ao Navegador e, na outra, os versos de Camões mais recordados pelos descontentes do regime monárquico, os que referiam a «a apagada e vil tristeza» em que jazia a Pátria (*Idem*: 222). O Mosteiro de Santa Maria da Vitória tornou-se, já no Estado Novo, um dos lugares emblemáticos das grandes cerimónias comemorativas.

O programa promovido pela vereação municipal do Porto compunha-se de um variado leque de iniciativas: os espectáculos, as actividades sociais e desportivas, os desfiles e as exposições, bem como o acto simbólico do lançamento da primeira pedra do monumento ao Infante D. Henrique (Moreno, 1894). Cinco dias de festejos animaram o burgo duriense, de 1 a 5 de Março. O cortejo cívico pelas ruas da Cidade Invicta foi o ponto alto das celebrações, como tinha acontecido no centenário camoniano. Mas o programa portuense recuperava aspectos fundamentais da tradição da festa do regime monárquico, nomeadamente as cerimónias religiosas, a revista militar, as recepções e os banquetes oficiais, o baile de gala e a tourada. Mantinham-se como elementos imprescindíveis as decorações e iluminações, os bodos aos pobres e as festas de beneficência, além dos espectáculos teatrais, musicais e das récitas. Se a erecção de um monumento era uma forma ancestral de perpetuar a memória, a edição dos selos postais foi uma novidade. O cunho mais cultural e educativo esteve presente nas conferências, sessões solenes e literárias, nas publicações de divulgação e no concurso que premiou o melhor trabalho apresentado sobre o Infante D. Henrique. No dia 4 de Março, um extenso préstito desfilou pelas

ruas do Porto, descrevendo um sinuoso e vasto itinerário que começou no jardim da Cordoaria e terminou no Campo da Regeneração (Pereira, 1894: 80). Arautos do final da época medieval a cavalo abriam o cortejo, trajados a rigor e ostentando ao peito as armas nacionais. A Câmara Municipal do Porto e a comissão do centenário seguiam à cabeça do cortejo, onde estiveram representados os municípios, as autoridades constitucionais e os organismos públicos, a Igreja portuense, através do deão, um cónego e vários párocos da cidade, as forças militares, as escolas e a universidade, as associações científicas e culturais, a imprensa, os vários sectores da actividade económica, as sociedades de socorros e beneficência, os desportos e as artes. Fechava o cortejo o corpo de salvação pública com a sua banda de música.

Doze carros alegóricos representavam as entidades e as corporações presentes. Evocou-se o Infante D. Henrique e as navegações, simbolizadas pelas embarcações e por uma profusão de velas, cordas, lemes, remos e mastros utilizados como motivos ornamentais. Múltiplas bandeiras e estandartes, armas e brasões pintados identificavam as entidades comemoradas - a dinastia de Avis, o Infante, a Nação - e aquelas que prestavam a homenagem. As referências mitológicas clássicas alternavam com símbolos femininos modernos do Comércio, da Indústria e da Electricidade. O último, de grande efeito visual, representava uma mulher a dominar um feixe de raios, onde se prendiam fios que iam ligar-se aos quatro postes do carro dos Correios e Telégrafos. Glória, Fama, Caridade e Vitória figuravam entre as alegorias do cortejo. Além dos bustos do Infante D. Henrique, o carro da Sociedade Alexandre Herculano exibia um busto do historiador e os principais títulos da sua obra. Ao longo do percurso, muitas casas particulares ostentavam bandeiras e colgaduras, algumas de grande valor e antiguidade.

O desfile passou junto da casa reedificada no local onde segundo a tradição nasceu D. Henrique e o rei D. Carlos descerrou uma lápide comemorativa. Depois o monarca e a comitiva dirigiram-se para o Campo da Regeneração, onde foi executado o hino do centenário por várias bandas de música e coros reunidos. No centro do campo erguia-se um obelisco com 20 metros de altura, encimado por uma esfera armilar e com o busto do Infante na frente. O cortejo contornou-o e foi postar-se em boa ordem num dos lados do campo, enquanto a família real assistiu da varanda do edifício do quartel de Infantaria 18. A multidão apinhou-se nos palanques e bancadas que foram construídos, desafiando todas as regras da segurança e do bom senso. Os lugares foram alugados e o produto reverteu para os pobres da cidade. Girândolas de foguetes foram lançadas no ar.

Contudo, apesar da grande mobilização conseguida, do esforço dos artistas e das corporações presentes no desfile, o cortejo não suscitou as demonstrações de entusiasmo que tinham ocorrido no tricentenário de Camões. O povo northeno manteve-se reservado e frio. As aclamações e os aplausos ficaram aquém das expectativas, de tal modo que o cronista do centenário afirmou desconsolado que «mais parecia assistir a um saímento fúnebre do que a uma triunfante apoteose» (*Idem*: 78). Acanhamento, falta de hábito de assistir a este tipo de solenidades e de educação nos valores cívicos foram as explicações bastante plausíveis que adiantou. Mas é preciso acrescentar que o Infante, figura soturna e distante, não tinha a popularidade de Camões e em Lisboa tinha-se vivido um clima de exaltação quase insurreccional a propósito do seu centenário. Os ânimos estiveram bastante exaltados e o resultado foi uma grande comoção quando se viu nas ruas aquela imensa mole de gente desfilando em honra do poeta e do povo que ele cantou em versos heróicos.

No Porto decorreu também um cortejo fluvial que reuniu um número considerável de embarcações todas engalanadas, incluindo um cruzador inglês que tinha vindo para as festas. As margens do Douro estavam decoradas com bandeiras colocadas em intervalos regulares, da Foz até à ponte de D. Luís. Um navio de guerra transportou, do Sacro Promontório, a pedra fundamental que ia ser colocada nas fundações do monumento ao Infante D. Henrique. No dia 4 de Março, ao início da tarde esta foi transferida para uma embarcação que cumpria a função de representar uma caravela. Girândolas de foguetes e salvas de tiros anunciaram a transferência e o início do cortejo que iria acompanhar a pedra fundamental até ao cais, onde se procedeu ao desembarque e ao transporte em direcção à praça Infante D. Henrique. A suposta caravela levava a bordo uma tripulação vestida com trajos do final da época medieval, de elmos e bacinetes luzentes, e o pendão de Cristo arvorado nos mastros, mas foi rebocada por um barco a vapor. A família real encontrava-se a bordo da corveta Sagres e foi saudada pelas tripulações dos navios de guerra em continência e pelos vivas das pessoas que seguiam nas outras embarcações. Os barcos dos particulares foram amarrados em linha a seis rebocadores, decerto para manter a boa ordem do desfile e evitar atropelos ou acidentes. Não faltou sequer um barco com um grupo de homens e mulheres de Gondomar que tocaram e cantaram o Hino do centenário, além da banda de música da corporação dos pilotos da barra. A enorme multidão que se aglomerou nas margens e o movimento das embarcações tornaram esta parte do programa numa das «mais aparatosas e interessantes» (*O Occidente*, 1894: 91).

Entre as múltiplas iniciativas, merece destaque a emissão dos selos comemorativos. O uso do selo tinha sido introduzido em Portugal com a reforma postal de 1852, mas

foi a primeira vez que foram emitidos no âmbito de um centenário. A ideia foi apresentada por Eduardo Sequeira, da comissão organizadora, que teve conhecimento do sucesso das estampilhas postas em circulação no âmbito das festas colombinas, nos Estados Unidos. A Câmara Municipal do Porto dirigiu uma representação ao governo e o projecto foi objecto de debate no parlamento. Acabou por obter o aval do Estado que encarregou a Casa da Moeda de concretizar a iniciativa, mas esta escusou-se da responsabilidade devido à «estreiteza de tempo e falta de pessoal e material» (Pereira, 1894: 47). Os selos postais acabaram por ser feitos na Alemanha, sob a supervisão do director daquela instituição portuguesa. Os desenhos alusivos à vida e feitos do Infante D. Henrique foram realizados pelo pintor Veloso Salgado, obtendo-se três séries com qualidade e interesse do ponto de vista gráfico. Foi usado um carimbo postal feito expressamente para esta emissão, com o ano do nascimento do Infante D. Henrique e do centenário. Mas os resultados financeiros da operação foram considerados um «verdadeiro desastre», pelo facto do prazo de validade ter sido muito curto e a circulação das estampilhas insuficiente (*Idem*: 365).

A realização mais duradoura do centenário foi a estátua de homenagem ao Infante D. Henrique, no Porto. A ideia do monumento remontava à primeira metade do século, quando foi colocada uma lápide em Sagres por iniciativa do marquês Sá da Bandeira que dirigia a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar. Vários projectos foram surgindo, mas não passaram das boas intenções dos seus proponentes. Após a abertura do concurso público, apresentaram-se sete projectos e houve dois excluídos por não estarem de acordo com as normas definidas no regulamento. Ficaram em competição: o projecto *Invicta*, do escultor Tomás Costa; *1394-1894*, do

arquitecto Ventura Terra; *Lusitânia*, do arquitecto Marques da Silva; *Sagres*, dos escultores José Joaquim e António Teixeira Lopes, pai e filho; *Por mares nunca d'antes navegados*, uma proposta individual deste último escultor. O júri decidiu atribuir o primeiro prémio ao projecto de Tomás Costa, por maioria, e o segundo ao apresentado por Ventura Terra. Mas condicionaram a execução da obra a um conjunto de alterações que foram sugeridas ao escultor, nomeadamente quanto à orientação do monumento, a altura, os emblemas e a própria representação do príncipe que deviam estar mais de acordo com a história. A versão final acabou por incorporar algumas mudanças significativas. Segundo a memória descritiva apresentada por Tomás Costa, a estátua representava o Infante D. Henrique de pé, arrancando com a mão direita o véu que encobria o conhecimento de grande parte da Terra e apontando, com a esquerda, a direcção da costa africana aos navegadores portugueses (Pereira, 1894: 63-65). A fisionomia era inspirada pelo retrato da iluminura do códice parisiense e o vestuário pela estátua dos Jerónimos, por considerar que o hábito militar estaria mais de acordo com o carácter nobre e guerreiro da personagem. O escultor pretendeu imprimir-lhe uma ideia de firmeza e determinação viril sem sucesso. Na crítica demolidora que fez à polémica estátua, Guerra Junqueiro refere-se-lhe como «meio pajem, meio arauto» e «um *bijou* d'Infante», como costumava dizer-se nos salões (*Idem*: 60).

A estátua assentava sobre um pedestal em forma de pirâmide, com uma base quadrada mais larga. A meio, era cortado por proas de caravelas que emergiam dos lados de forma bastante inestética, o que foi eliminado na versão definitiva do monumento. Na base, a figura alegórica da Glória sustenta na mão direita a bandeira de Portugal e uma coroa para distinguir os navegadores. Em pose desenvolva,



117.1. **INAUGURAÇÃO** da pedra para o monumento na Praça Ferreira Borges. 1 foto : sépia.
BPARPD JC CAM RES



117.16. **QUARTEL** do Campo da Regeneração na ocasião da chegada do Cortejo. 1 foto : sépia.
BPARPD JC CAM RES

avança sobre o castelo da proa de uma embarcação puxada por cavalos-marinhos, guiados por um Tritão e uma Nereida. Segundo o escultor, esta composição pretendia simbolizar o triunfo da navegação portuguesa. Na parte posterior, destaca-se a figura simbólica da Religião, representada por uma jovem que segura na mão direita a cruz cingida ao peito. As datas de nascimento e morte do homenageado, o escudo, o lema do Infante, as cruces e uma esfera colocada junto da figura, em vez do véu inicialmente previsto, constituem elementos identificadores. Apesar da forte contestação pública, a estátua foi erguida na Praça Infante D. Henrique e a inauguração realizou-se a 21 de Outubro de 1900.

A indústria e o comércio deram largas à imaginação e uma vasta gama de artefactos apareceu nas lojas, alusivos à efeméride: a bandeira do centenário, os lenços estampados com a pouco simpática face do laureado, broches e alfinetes de gravata com o seu busto, as bengalas de nós com idêntica figura aberta no castão, as carteiras de pele para homem e senhora, com a efígie do homenageado, os pratos de faiança fina ou mais grosseiros decorados com motivos alusivos ao Infante e às navegações. A *maquette* do monumento premiado no concurso, do escultor Tomás Costa, também serviu para as decorações de alguns objectos. As empresas aproveitaram o momento para inserir alusões ao centenário na publicidade e nas embalagens dos produtos. Assim, foram comercializados «sabonetes henriquinos», dentro de um invólucro com o retrato do Infante e uma alegoria marítima, vinhos e *champagne*, biscoitos e bolachas, que tinham numa das faces um Infante com cara de quem parecia «contrariado por ser comido com chá» (*Idem*: 242). Não faltou sequer uma grande quantidade de chapéus baratos de todas as cores com o retrato do homenageado para usar naqueles dias festivos.

O mito henriquino

O centenário não criou o mito henriquino, mas contribuiu sobremaneira para a sua divulgação. O Infante D. Henrique assumiu, desde o início, as características próprias dos heróis, de acordo com os valores culturais de cada época (João, 2004). O cronista Zurara apresentou o herói típico da sociedade cavaleiresca e senhorial, nobre, corajoso, devoto, magnânimo e virginal, que fez do combate aos infiéis o principal fim da sua vida. No século XVI, tornou-se um príncipe renascentista, culto e sábio, ponderado e cheio de determinação, que se movia pela dúvida e a vontade de descobrir e conquistar o mundo para a suprema glória do Reino. No período seiscentista, a sua legenda já estava plenamente firmada e Manuel de Faria e Sousa resumiu-a nos seguintes termos: «Valeroso Príncipe, y sabio, y santo, y digno de su origen» (Sousa, 1628: 465). Mas, simultaneamente, tinha-se conservado a memória de aspectos menos abonatórios da conduta de D. Henrique, que remontavam às crónicas de Rui de Pina: a actuação desastrosa na empresa de Tânger e as atitudes criticáveis em relação aos irmãos, D. Fernando e D. Pedro. Porém, a sua fama de iniciador das navegações e descobrimentos dos portugueses sobrepôs-se a tudo o resto e fez dele o fundador do Império.

A época romântica concebeu o Infante D. Henrique como um visionário que lutou, solitário e tenaz, contra a barreira das superstições e da mediocridade dos que não compreendiam o alcance do seu empreendimento. Um homem dotado de um saber e de uma capacidade de planejar absolutamente notáveis, possuidor da chispa do génio, escorado numa dupla crença: a ciência e a fé. O papel que tinha desempenhado na história tornava a sua memória gloriosa e digna de ser objecto de culto e de louvor público. Oliveira Martins contribuiu, de modo decisivo-

vo, para firmar a imagem do Infante D. Henrique, mercê da projecção da obra que dedicou aos filhos de D. João I. O Infante destacou-se entre os irmãos como herói épico, determinado pela fatalidade de um destino que ele próprio traçou com a força do seu espírito genial e um símbolo da energia colectiva de um povo que não se contentou com o reduzido horizonte da sua terra natal. Viu nele o indivíduo obstinado e insensível, que não tinha escrúpulos quando se tratava de atingir o elevado desígnio de projectar a nação rural, guerreira e piedosa, para além das suas limitadas fronteiras. Por isso, Oliveira Martins equiparou o Infante a Alexandre da Macedónia, porque «deu a Portugal, com as descobertas, a extensão dos mais vastos impérios, abrindo-nos um lugar eminente no épico panteão da História» (Martins, 1973: 312). Além de considerá-lo também o nosso Hércules: um herói solar, caracterizado pela audácia e a temeridade das empresas a que metia ombros, símbolo da ascensão e da força capaz de derrubar os maiores obstáculos.

A memória do governador da Ordem de Cristo não foi um assunto pacífico no século XIX. O marquês de Sousa e Holstein interrogava-se, em 1877, sobre os motivos porque este Infante não tinha uma lenda nacional, como D. Fernando, o mártir de Fez, ou D. Pedro, o «príncipe das sete partidas», ou D. Sebastião, o derrotado de Alcácer Quibir. Em 1889, no Palácio de Cristal, António Cândido retomou a questão para considerar que só duas causas eram suficientemente fortes para comover o coração e a fantasia popular: «a heroicidade e a suprema bondade do sacrifício» (Cândido, s/d: 249). Ora, o Infante D. Henrique «não foi herói, nem santo». Os feitos de armas granjearam-lhe as esporas de cavaleiro, com honra, mas se venceu em Ceuta, capitulou em Tânger. A sua personalidade não propiciava a simpatia, bem pelo contrário.

Maculou-se com a «miseranda imagem de D. Fernando, cativo e morto em África» e com a «injustíssima catástrofe de D. Pedro, que ele, talvez, pudesse ter evitado...» (*Idem*: 250). E, por isso, não mereceu um culto popular e nacional, sendo ofuscado pela aura de martírio dos irmãos. António Cândido defendeu, em contrapartida, a divulgação da memória gloriosa do Infante D. Henrique, propondo que se erigisse uma estátua digna do seu merecimento.

Todavia, havia uma corrente de opinião que se opunha à chamada «lenda infantista». Entre eles destacaram-se Teófilo Braga, João Teixeira Soares e Ernesto do Canto, todos eles açorianos. João Teixeira Soares foi o responsável pelas palavras mais demolidoras contra o Infante D. Henrique, numas cartas dirigidas a Ernesto do Canto e por ele publicadas no *Arquivo dos Açores*, em 1882. Ali, acusava-o de «eunuco», «mau irmão» e até «mau pai adoptivo» – D. Henrique adoptou o sobrinho, o Infante D. Fernando – e rejeitava a nobreza de carácter e a capacidade científica que, normalmente, lhe atribuíam. Negava, ainda, que a iniciativa das viagens dos descobrimentos tivesse partido de D. Henrique, afirmando que se teria limitado a aproveitar a actividade marítima dos portugueses para lhe dar «uma nova direcção, mais positiva, menos generosa, que ele soube monopolizar e continuar em seu proveito e da Ordem, de que era mestre» (*Arquivo dos Açores*, 1981: vol. IV, 17).

Na mesma linha, Teófilo Braga apresentou uma visão meramente utilitarista da acção do Infante D. Henrique: «ocupava-se nas descobertas marítimas exclusivamente para interesse pessoal, estabelecendo colónias onde introduzia a escravidão e um duro sistema de contribuição» (Braga, 1892: vol. II, 385). Só via motivos egoístas onde os outros descobriam grandeza e desprendimento de inte-

resses materiais. Considerava, aliás, que as navegações da época henriquina se inseriam num «período intermediário», situado entre o reinado de D. Afonso IV e a grande época dos descobrimentos conduzidos por D. João II, que vieram a concretizar-se no reinado «imprevisto e venturoso» de D. Manuel. Acusou este último ter procurado obliterar, de forma sistemática, a memória do seu antecessor (Silva, 1914: I).

Teófilo Braga responsabilizou os cronistas, em especial Zurara e João de Barros, o próprio rei D. Manuel, interessado em fazer esquecer a acção do primo, e os escritores ingleses, dominados pelo «atavismo saxónico» que viram no génio do Infante a influência da filha de João de Gant, pela criação da «lenda infantista» que elevou o Navegador a «apogeu sobre-humano dos Descobrimientos dos Portugueses» (*Idem*: II). Pelo contrário, na sua opinião, D. Henrique teria sido um vulto claramente menor, sobretudo comparado com D. João II. Apesar de algum exagero, Teófilo Braga acertou ao negar a existência da Escola de Sagres e reduzir as proporções da cultura científica e da importância do Infante como protector da universidade. Notou mesmo o facto contraditório de D. Henrique ter instituído uma «cadeira de Teologia» em vez da Cosmografia mais útil para as navegações (*Idem*: XVIII).

Após o centenário, Teófilo Braga não se eximiu de tornar públicas as suas posições contra a figura do Infante D. Henrique⁴. Em sua opinião, o génio «taciturno e apático» do Infante só conheceu notoriedade porque foi glorificado pelo partido dos que assassinaram D. Pedro. Considerou puramente lendárias a atribuição da iniciativa dos descobrimentos e o achamento das ilhas da Madeira e dos Açores, já anteriormente conhecidas, assim como a cultura científica do Infante e o papel de protector das

ciências. As navegações foram uma obra colectiva que se inscreveu na tradição marítima dos portugueses e o Infante estaria somente preocupado com a defesa das suas posições monopolistas. Os artigos só vieram a público depois do dia 4 de Março, para os republicanos não serem acusados de reduzir o brilho dos festejos ou de diminuir o seu impacte popular.

Apesar da posição «anti-infantista», Teófilo Braga não deixou de contribuir para as comemorações com a edição de um poemeto intitulado *Mar Tenebroso*, que foi a homenagem da imprensa portuguesa na ocasião.

Contraditoriamente, nele exaltou o Infante como visionário e figura épica que decidiu responder ao apelo do Papa e bater-se em cruzada contra os turcos, no ímpeto de salvar a Civilização Ocidental. Com este objectivo em mente, teria gizado o plano de descobrir o caminho marítimo para a Índia, para ferir os turcos no flanco oriental. Desse modo, a Europa podia libertar-se «da raça bruta que a infesta e tala!» (Braga, 1894:43). Três linhas de força do mito henriquino estavam presentes nos versos de Teófilo Braga: a ideia romântica do solitário de Sagres, gizando os mais arrojados planos; a atribuição ao Infante do projecto de descobrir o caminho marítimo para a Índia, circum-navegando a África; e a tese de Portugal como salvador da civilização europeia da ameaça dos turcos. Apesar de não deixar de referir o remorso do Infante D. Henrique pela morte do duque de Coimbra, o «desventuroso irmão» que uma palavra sua poderia ter salvo, Teófilo Braga fez coro, afinal, com aspectos fundamentais do mito heróico do Infante D. Henrique.

⁴ Theofilo Braga, «A lenda do Infante», in *A Vanguarda*, Lisboa, 6 de Março, 1894. *Idem*, «O centenário do Infante D. Henrique», in *A Voz Pública*, Porto, 5 de Março, 1894



117.16. QUARTEL do Campo da Regeneração na ocasião da chegada do Cortejo. 1 foto: sêpia. BPARPD JC CAM RES

A corrente «anti-infantista», francamente minoritária, não empanou o brilho das comemorações de 1894 nem a exaltação da memória e da lenda do Navegador. A comissão organizadora das comemorações decidiu abrir um concurso público para a apresentação de uma memória sobre o «valor histórico, acções, feitos e importância das navegações que o Infante D. Henrique iniciou» (Pereira, 1894: 53). A selecção do tema é significativa, porque mostra que não era tanto o homem que interessava, mas a sua obra e a repercussão no futuro. O júri decidiu atribuir o primeiro prémio a um trabalho do jornalista Alfredo Alves, centrado na descrição da vida do Infante, e remeteu para o segundo lugar a obra do jovem Fortunato de Almeida, ainda estudante universitário, voltada para a história geral dos descobrimentos e da expansão.

O primeiro texto é uma narrativa bem escrita e ligeira, em estilo vivo e colorido, onde abundam as reconstituições de cenas e de diálogos, estabelecendo um compromisso entre os factos históricos e a imaginação do autor. Decerto, estas características agradaram aos jurados, porque tornavam a obra mais acessível ao público. Segundo Alfredo Alves, o Infante D. Henrique personificou «o génio português, enérgico e audaz», ao qual se deve o conhecimento do mundo inteiro (Alves, 1894: 117 e 120). E reencontramos a imagem de um combatente, valente e leal, como os cavaleiros da Távola Redonda que povoaram a sua mente na juventude, ascético, rebelde ao sentimentalismo, pensador inteligente e estudioso, dominado pelo sonho dos descobrimentos. Depois do desaire de Tânger, cuja responsabilidade Alfredo Alves não deixou de imputar à teimosia e obsessão guerreira do Infante, recolheu-se em Sagres, mais soberbo e mais austero, só devotado à empresa das navegações. Ilibou-o de responsabilidades na morte de D. Pedro, atribuindo-lhe a intenção de interce-

der com boas razões junto do rei, seu sobrinho, para evitar o confronto militar, mas teria sido ultrapassado pelos manejos insidiosos e pelos acontecimentos. Por conseguinte, a biografia oficial das comemorações reforçou o estereótipo e purificou o Infante das máculas. Se não fosse a dureza do retrato, inspirado na obra de Oliveira Martins, podia ser uma figura mais popular.

Pinheiro Chagas foi o orador encarregado de proferir a conferência na sessão solene, realizada no Salão Árabe do Palácio da Bolsa, no Porto, na noite de 3 de Março, perante os monarcas, os mais altos representantes do governo e a nata da sociedade portuense e nacional. Numa intervenção muito aplaudida, colocou o acento na ideia do renascimento de Portugal, estabelecendo um paralelo entre as comemorações do nascimento do Infante e da morte de Camões. As primeiras evocavam uma «época radiante da mocidade do nosso país», enquanto as segundas se reportaram ao crepúsculo da nação (Pereira, 1894: 132). As celebrações do Infante D. Henrique não lembravam o túmulo, mas o berço e o natal. Recordavam o nascimento numa época gloriosa da pátria, a aurora e a promessa de um futuro radioso. Nesta ordem de ideias, ainda aproveitou para evocar a maternidade na figura tutelar e de respeitável memória de D. Filipa de Lencastre. Espraiou-se no elogio da Mulher e da alma feminina que se traduziu no culto da Virgem, que considerava um dos elementos místicos mais expressivos da cultura portuguesa.

Deste modo, Chagas tomava posição no debate sobre se era mais correcto comemorar o nascimento ou a morte dos grandes homens que teve eco nas páginas da revista *O Instituto* (Teixeira, 1894: 509). Nesse artigo afirmava-se que os melhores argumentos fizeram prevalecer a ideia de

que o desaparecimento da vida correspondia ao momento donde partia a aspiração à imortalidade, inclinando-se a favor da comemoração da data do falecimento. Assim procedia a Igreja com a celebração dos aniversários da morte dos santos e tal ideia tinha sido respeitada no tricentenário de Luís de Camões e no centenário do Marquês de Pombal. No caso do Infante D. Henrique, em 1860 ainda não havia o costume de celebrar os centenários e, por isso, optou-se por fazê-lo na data do nascimento. A razão pragmática invocada assumiu uma expressão mais poética na retórica de Pinheiro Chagas. Também desvaneceu o conflito que opunha partidários de D. Pedro e de D. Henrique, «pedristas» e «infantistas», como então se dizia, vendo ambos como figuras ímpares de uma época em que Portugal iniciou a conquista do universo.

Outra ideia forte da conferência é a de um país pequeno e pobre - «David diante de Golias» - a arrostar com os perigos e a descrença dos homens para conquistar os mares e os novos mundos, qual «epopeia cavaleiresca de Santo Graal» (Pereira, 1894: 134). Mas o Graal era, então, a abertura de novos horizontes para a humanidade e o vasto movimento da Renascença. De um lado estavam, na óptica de Chagas, a iluminação, a ciência, o esforço consciente e sábio do Infante D. Henrique, na senda dos descobrimentos; do outro, pontificavam as trevas, o agente inconsciente e brutal, as cinzas negras do incêndio que ameaçava a Europa, através dos turcos e do sultão Mahomet II. De acordo com uma concepção messiânica da história ressaltava a intervenção de Portugal e do Infante D. Henrique numa missão redentora da humanidade – «A cruz de Avis conquistara a pátria, a cruz vermelha de Cristo ia conquistar o mar, e não só o mar, mas

os novos mundos, e a ciência e as almas» (*Ibidem*). Mas a recompensa dessa dedicação de Portugal, como tinha acontecido com Cristo, era «o insulto e o martírio», numa clara alusão aos problemas diplomáticos e políticos que culminaram no ultimato britânico.

O Infante D. Henrique emergia assim, nas palavras de Pinheiro Chagas, como símbolo do povo e da alma portuguesa, repartida em pedaços pelo mundo, como herói refundador da pátria e como salvador da humanidade. O poder e a elite da sociedade portuguesa saíam daquela sessão edificadas: com o passado de inesquecíveis glórias; com a imagem do martírio, injusto e cruel, do presente; com a ideia da grandeza e da nobreza da alma nacional, simbolizada pelo ideal viril do «povo conquistador» e pelo modelo feminino do «povo do amor». Um quadro que se inseria, perfeitamente, na perspectiva auto-consoladora e saudosista que caracterizou o decadentismo *fin de siècle* e as últimas décadas da Monarquia Constitucional.

A tendência mais marcante dos discursos comemorativos, em 1894, pode ser designada pela expressão de Oliveira Martins, «monaquismo secular» (*Jornal de Notícias*, 3 de Março 1894). O Infante D. Henrique era apresentado como um homem austero e monástico, cuja obra entroncava na genealogia do progresso e da modernidade que remontava aos Descobrimentos e ao Renascimento, passava pelo Iluminismo e desembocava nas grandes conquistas científicas e técnicas do século XIX. Expressão máxima dessa visão secular da figura do Infante D. Henrique é o Hino do Centenário, da autoria de Henrique Lopes de Mendonça: nem uma referência à religião, à fé ou à cruzada. O Infante é o «lavrador do infinito» que desbravou os oceanos, mercê dos conhecimentos científicos, e o «rude

guerreiro indomável» que trouxe a glória a Portugal. O coro entoado em hossana triunfal: «Glória! Glória! A Portugal!» Mais do que o indivíduo, a pátria deveria ser o verdadeiro alvo do culto cívico.

Porém, havia quem visse na Idade Média a época idílica da sociedade portuguesa, onde «tudo era singelo e bom» e, pelo contrário, o período quinhentista tinha acarretado, com as descobertas e conquistas, a cobiça, os escravos e as riquezas que vieram corroer as forças vitais da nação (Macedo, 1894: 4). O ponto de viragem situava-se na etapa posterior ao descobrimento do caminho marítimo para a Índia, porque não se tinha ido ao Oriente com o «espírito luminoso e justo» que o Infante sonhou. Ele tinha sido a causa involuntária das desgraças do país e não havia motivos para congratulação: «Resta-nos a glória: mas o que é a glória? De que nos serve, se ela não nos paga o *coupon* de Janeiro nem nos extermina o *deficit*?» (*Idem*: 60). A condenação da expansão tem uma longa tradição que podemos remontar à figura do velho do Restelo de Camões e teve expressão, no século XIX, em Alexandre Herculano e noutros autores na sua senda. Por outro lado, também não eram incomuns as posições contra as exaltações de vetustas glórias que em nada contribuíam para resolver os graves problemas nacionais.

Apesar disso, a memória histórica que se ia construindo através das comemorações convergia em relação a alguns mitos fundadores do nacionalismo português: o papel de Portugal como vanguarda dos descobrimentos e da renascença científica que lhe era associada; a missão de salvador da Cristandade e da Civilização Ocidental da ameaça dos turcos, mercê das conquistas no continente asiático. A ideia duma «idade de ouro» em que a nação portuguesa

teria liderado os destinos da humanidade, investida de um espírito colectivo de missão salvadora e civilizadora, encontrava-se expressa de várias maneiras no leque ideológico do final do século. Afinal, todos acabavam por se rever na grandeza passada de Portugal e o Infante D. Henrique era o símbolo dessa época que conduziu à afirmação de Portugal no mundo.

Comemorações henriquinas nos Açores

O centenário do Infante D. Henrique coincidiu com uma conjuntura de grave crise nos Açores que desencadeou o primeiro movimento autonomista organizado, com expressão num órgão da imprensa e numa campanha eleitoral, que teve como epicentro a cidade de Ponta Delgada. No início dos anos 90, a indústria do álcool extraído da batata-doce era uma das actividades económicas mais importantes e temia-se que a abertura do mercado continental à importação estrangeira acabasse com ela, o que punha em risco muitos agricultores e as fábricas existentes. A esta fonte de tensão com o poder central, que tinha de dirimir uma teia complicada de interesses em jogo (João, 1991: 88- 99), juntavam-se outras razões de descontentamento, em especial por causa dos impostos considerados elevados e da falta de investimento público nas ilhas. Assim, em Fevereiro de 1893 realizou-se um comício em Ponta Delgada para protestar contra as medidas financeiras do governo de José Dias Ferreira e surgiu a ideia de organizar um movimento em prol da Livre Administração dos Açores pelos Açorianos.



7. **CORTEJO** cívico do 5.º centenário do Infante D. Henrique em Angra do Heroísmo, Ilha Terceira – Açores. Fotografia O. Franco. Angra do Heroísmo: [s.n.], 4 de Março 1894. 1 foto : p&b. BPARAH rav alb. 1 fl.1

Foi constituída uma comissão promotora da autonomia que, a breve trecho, começou a publicar um jornal - *Autonomia dos Açores*. Apresentou também um projecto na Câmara dos Deputados que foi somente subscrito pelos deputados micalenses. Os outros distritos pareciam arredados do movimento e não havia meios, tempo nem vontade política para se congregarem o conjunto das ilhas. Os autonomistas micalenses não queriam perder a oportunidade de estar no governo o regenerador Hintze Ribeiro, um filho da terra que poderia ser mais sensível aos argumentos dos ilhéus. De facto, acabaram por conseguir a publicação de um decreto-lei específico, a 2 de Março de 1895, para o distrito de Ponta Delgada, onde se estabelecia uma tímida descentralização administrativa. Deste modo, quando ocorreram as comemorações henriquinas, a imprensa e a elite política de Ponta Delgada estava absorvida pelas questões autonómicas. O tema suscitava paixões e polémicas intensas em torno de concepções mais ou menos alargadas de autonomia. Por outro lado, nas eleições que tiveram lugar em 1894 as várias facções político-partidárias não conseguiram o entendimento necessário para uma frente comum de cariz autonomista. Os dois partidos monárquicos concorreram separados, com os progressistas a assumir uma posição pró-autonomista e a capitalizar os respectivos dividendos políticos. Pelo seu lado, os republicanos apresentaram-se ao sufrágio com uma lista liderada por Teófilo Braga que recolheu cerca de três centenas de votos, o que não era assim tão pouco se tivermos em conta o meio social e o número total de eleitores.

Neste contexto, Ponta Delgada soube do centenário porque a imprensa se referiu ao evento e houve feriado nas repartições públicas, além das salvas no castelo, nos dias 3

e 4 de Março (*Portugal, Madeira e Açores*, 15 de Março de 1894). O tempo não estava propício para subscrições públicas para festas e Francisco Maria Supico fez um balanço muito fraco das comemorações na ilha, onde não houvera manifestações equivalentes às que tinham assinado os centenários de Camões, do Marquês de Pombal e de Colombo, ou mesmo a travessia africana levada a cabo por Capelo e Ivens. Os dois primeiros centenários já foram referidos anteriormente. Quanto ao centenário colombino, o interesse que despertou nos Açores advém do facto de haver uma corrente de opinião que defendia o pioneirismo da região nas descobertas para o ocidente (Riley & Rodrigues, 1995: 20). O estudo de Ernesto do Canto sobre as navegações de João Fernandes, denominado o *Lavrador*, insere-se nesta ordem de ideias. Em contrapartida, a figura do Infante D. Henrique tinha opostos de peso, como vimos, o que a homenagem feita nas páginas do *Arquivo dos Açores* não deixou de espelhar. A figura mais valorizada era a de Gonçalo Velho que, de acordo com a tradição, teria sido o descobridor dos Açores e, deste modo, o precursor de Colombo nas viagens para a América. No mesmo sentido se pronunciou o conferencista que, em Angra do Heroísmo, brilhou uma sessão com uma palestra sobre *O Colombo Português* (*Idem*: 22). Os fautores da memória histórica local estavam mais interessados nos homens que tinham impulsionado as navegações atlânticas para o poente, do que no próprio Infante que tinha sido o iniciador dos descobrimentos.

Nas outras capitais de distrito açorianas, a efeméride foi comemorada com um pouco mais de entusiasmo. Na Horta, os estudantes do liceu promoveram uma marcha *aux flambeaux* e a Câmara Municipal organizou uma ses-

são solene, além das tradicionais iluminações com a actuação de filarmónicas. No Grémio Literário, um professor do liceu, José Maria da Rosa, fez uma conferência sobre a vida do Infante. Angra do Heroísmo distinguiu-se nas celebrações, depois de terem estado comprometidas por falta de verbas. A Igreja participou activamente e houve um solene *Te Deum* na catedral. Além disso, foi inaugurada a catequese no seminário diocesano, uma iniciativa vista como uma justa maneira de recordar aquele que tinha concorrido para que fossem chamados ao grémio da igreja católica e ao convívio das nações cultas «os infelizes que existiam em longas terras privados da luz do Evangelho» (*A Terceira*, 10 de Março de 1894). Não faltaram a sessão solene e o sarau artístico-literário no Teatro Angrense, mas o ponto alto foi um cortejo cívico que percorreu a cidade. Vários carros alegóricos foram exibidos e desfilaram os alunos das escolas, as associações e as corporações, bem como as filarmónicas. Das freguesias tinha acorrido muito povo à cidade e, por isso, as ruas estiveram apinhadas de gente. Foi lavrado o auto comemorativo no Salão Nobre da Câmara e, à noite, achavam-se iluminados os edifícios públicos, as igrejas e muitas casas particulares. Na Praça da Restauração houve iluminação e tocou uma filarmónica. Os festejos prolongaram-se de 2 a 6 de Março, mas revelador da inspiração mais conservadora deste programa é o facto do dia do aniversário do nascimento do Infante D. Henrique, que recaiu exactamente num domingo, ter sido marcado pelas cerimónias religiosas. O cortejo cívico realizou-se no último dia das comemorações. À semelhança, afinal, do que tinha ocorrido no Porto e em contra-corrente das teorizações de Teófilo Braga e dos republicanos, a monarquia e o clero apropriavam-se da ideia da comemoração cívica e inseriam-na na tradição.



6

Quarto Centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia

«O facto capital com que Portugal entrou na vida histórica foi a descoberta do caminho marítimo para o Oriente; as consequências desse facto exerceram uma acção incalculável sobre o futuro da humanidade [...]. Pode-se dizer que Portugal determinou a aliança do Oriente e do Ocidente.»

Teófilo Braga

Os festejos em Lisboa

Quando decorreu a comemoração do Infante D. Henrique já havia uma proposta para ser celebrado o quarto centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia. A ideia foi apresentada por um sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, o engenheiro João Veríssimo Mendes Guerreiro, numa sessão da direcção realizada a 23 de Maio de 1889 (*Annaes*, 1895: I, 11). A proposta obteve, de imediato, a adesão calorosa dos outros membros daquela associação e a da Câmara Municipal de Lisboa, alguns dias mais tarde. Mais do que qualquer outro facto da história nacional, a viagem de Vasco da Gama fixou-se na memória colectiva como um momento de suprema glória e um símbolo da gesta heróica dos portugueses.

Não era inédita a comemoração da viagem que tinha permitido estabelecer a comunicação entre o Ocidente e o Oriente por via marítima, visto que já se tinha assinalado o primeiro centenário, em Goa. No contexto do final do século XIX, esta impunha-se pelas razões invocadas em relação aos centenários anteriores e conjugava-se com a prevista inauguração das obras do porto de Lisboa, que deveriam estar concluídas em 1897. Por isso, a data escolhida para as celebrações foi a da partida da armada de Vasco da Gama para a Índia, que veio a apurar-se ter sido a 8 de Julho de 1497, depois de cuidadosa investigação. A Sociedade de Geografia nomeou uma comissão preparatória para dar seguimento ao projecto logo em Junho de 1889. Esta era chefiada pelo presidente da Câmara

Municipal de Lisboa e tinha como vice-presidente o autor da proposta das celebrações, o engenheiro Mendes Guerreiro. Foi enviada, de imediato, uma mensagem ao governo a dar conta da iniciativa em curso, onde se afirmava que a festa poderia ser «o jubileu da glória portuguesa» e o «anúncio e pregão de novos serviços à civilização universal» (*Idem*: I, 21).

O programa esboçado sistematizava de forma magistral o que se entendia deverem ser as comemorações dos centenários, apostando forte em três tipos de iniciativas: as grandes obras públicas para renovar a zona ocidental da cidade, a par da inauguração do porto de Lisboa; as exposições e os congressos de carácter nacional e internacional que, neste caso, deveriam ser subordinados aos temas coloniais e marítimos; as manifestações cívicas e festivas de âmbito mais alargado, em que a componente literária e artística era um factor importante. Um plano tão grandioso só poderia ser concretizado se o Estado assumisse, decididamente, a iniciativa e a direcção da comemoração. O governo teria de garantir os meios financeiros e humanos necessários e a coordenação política indispensável nas várias frentes para a execução do programa. A nível diplomático, teria de ser feito um considerável esforço para trazer a Portugal as delegações estrangeiras que dariam ao evento uma projecção internacional.

Os proponentes tinham consciência de que o grandioso projecto da exposição universal de Paris, então em marcha, podia dificultar a concretização dos intentos portugueses, nomeadamente o de uma grande exposição internacional junto do rio Tejo. Mas o recuo de três anos em relação à grande exposição do início do milénio parecia-lhes ser uma distância suficiente para assegurar a participação dos outros países no evento e para garantir a res-

pectiva visibilidade no exterior. Além disso, tinha a vantagem de coincidir com a data prevista da inauguração do novo porto de Lisboa. Na verdade, seria mais natural que se comemorasse a data da concretização do feito, ou seja, a chegada dos navegadores portugueses a Calecute ou a do seu regresso à pátria, em vez da data da partida. Apesar de todas as justificações e da insistência dos defensores da importância histórica e política do centenário, os governos não mostraram disponibilidade para assumir o projecto apresentado pela Sociedade de Geografia.

Numa primeira fase, os ministérios remeteram-se ao silêncio, depois divagaram e foram adiando as decisões mais urgentes. Só a 15 de Maio de 1894, na sequência do sucesso do centenário henriquino, o governo regenerador decidiu aprovar o decreto que estabelecia a composição da comissão central que devia preparar, organizar e dirigir as celebrações. Manuel Pinheiro Chagas, historiador, publicista, político e conhecida figura pública, foi nomeado presidente da comissão. A Imprensa Nacional ficava encarregada de todos os trabalhos impressos e o produto da venda das publicações reverteria para um fundo destinado a financiar as celebrações, ao qual juntar-se-iam outras receitas que viessem a ser criadas para o mesmo fim. A questão do financiamento ficava adiada para mais tarde, quando fosse aprovado o programa definitivo das comemorações. Este foi elaborado e enviado ao governo para aprovação num curto espaço de tempo, mas ficou pendente à espera de decisões que tardavam.

Entretanto, em Abril de 1895, faleceu Pinheiro Chagas e era necessário nomear o seu substituto. O conselheiro Ferreira do Amaral, oficial da Marinha e presidente da Sociedade de Geografia, foi encarregado de substituir o malogrado presidente somente um ano depois da sua

morte (*Idem*: vol. IX, 71). Nessa altura, foi também aprovado o programa das comemorações muito amputado pelas reduzidas verbas que tinham sido disponibilizadas pelo parlamento para o centenário (Carta de Lei de 21 de Maio de 1896). A gravidade da situação do erário público aconselhava o governo a manter-se inflexível na contenção dos gastos e a comissão organizadora via a sua acção limitada pela falta de dinheiro. Nesta situação de penúria e somente a um ano da data prevista, a comissão decidiu propor ao governo o adiamento das comemorações. A nova data recaiu, naturalmente, no aniversário da chegada de Vasco da Gama à Índia, 20 de Maio de 1898. Não só foram adiadas as celebrações, mas também o plano inicial estava ultrapassado pela falta de meios financeiros. O governo progressista de José Luciano de Castro, que tinha tomado posse entretanto, não mostrou maior empenho que o seu antecessor na realização do centenário. Comprometia-se, unicamente, a fornecer os meios votados pelo parlamento para a comemoração e não queria nenhuma responsabilidade directa na organização do evento, que ficava a cargo da comissão nomeada e da Sociedade de Geografia. Assim, as obras públicas que iriam renovar a zona ocidental de Lisboa só foram, em grande parte, concretizadas no âmbito das comemorações de 1940 e a exposição internacional teve de esperar mais um século para ser realizada, no quadro do quinto centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia e da recuperação urbana da parte oriental da cidade. O centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia beneficiou da experiência já acumulada neste tipo de celebrações. O modelo organizativo foi de certo modo exemplar do que se considerava adequado para a gestão destes eventos, considerando-se indispensável o empenhamento oficial do governo. Depois de um autêntico braço-de-ferro com o ministério de Hintze Ribeiro,

conseguiu-se que fosse publicado o decreto que nomeava a comissão organizadora do centenário.

O decreto real de 15 de Maio de 1894 estipulava a criação duma comissão central, presidida pelo conselheiro Manuel Pinheiro Chagas e composta pela direcção da Sociedade de Geografia e pelos presidentes das suas secções e comissões permanentes, assim como por três delegados de diversas corporações culturais, elementos da comissão executiva da Câmara Municipal de Lisboa e, por fim, mais três representantes da imprensa, eleitos pelos directores dos diários da capital (*Annaes*, 1895: I, 50-51). O governo ainda se reservava o direito de agregar à comissão quaisquer indivíduos ou representantes de corporações do país que julgasse necessário. Além do presidente, o poder político somente indicava os organismos que deviam estar representados na organização, com a clara preocupação de torná-la abrangente e representativa das principais agremiações culturais e socioprofissionais da época.

Na primeira sessão da comissão alargada, entretanto formada, procedeu-se à eleição da mesa da assembleia e da comissão executiva, por escrutínio secreto. Para a mesa da Assembleia foram eleitos representantes de várias agremiações da capital, entre os quais Teófilo Braga, delegado da Academia Real das Ciências. A comissão executiva ficou composta por catorze vogais expressamente eleitos para esse fim, os quais representavam várias tendências ideológicas e sensibilidades.

O conde de Restelo colocou um problema bastante pertinente, na sequência desta votação. Tendo sido nomeado para a comissão central do centenário na sua qualidade de presidente da Câmara de Lisboa, não sabia se uma vez terminado o mandato seria legítimo continuar a estar pre-



126.7. BENOLIEL, Joshua – Cartaz [alusivo à] comemoração do IV Centenário da descoberta do caminho marítimo para a Índia, 1498-1898. Lisboa : [s.n., ca 1898]. 1 foto: p&b.

Col. Arquivo Fot. da Câm. Mun. de Lisboa



126.7. CRUZ, Chaves – Coreto em forma de esfera armilar armado por ocasião da Feira Franca: comemorações do centenário da descoberta da Índia, – Avenida da Liberdade. Lisboa, 1898. 1 foto: p&b

Col. Arquivo Fot. da Câm. Mun. de Lisboa



126.7. GUEDES, PAULO – Comemoração do IV Centenário da Descoberta do caminho marítimo para a Índia, 1498-1898 - Sessão solene na sala Portugal da Sociedade de Geografia. Lisboa, [1898?]. 1 foto: p&b

Col. Arquivo Fot. da Câm. Mun. de Lisboa



126.7. COMEMORAÇÃO do IV Centenário da descoberta do caminho marítimo para a Índia, cortejo. Lisboa, 1898. 1 foto: p&b

Col. Arquivo Fot. da Câm. Mun. de Lisboa

sente na respectiva organização (*Idem*: II, 9). Uma questão que afectava outros elementos que eram membros da direcção dos organismos que representavam na comissão, sujeitos a alteração antes do fim do centenário. Ficou decidido que as pessoas eleitas fossem, para todos os efeitos, membros permanentes da comissão, com o objectivo de evitar a instabilidade. Nos termos do decreto governamental, estava ressalvada a possibilidade de agregar outros indivíduos que viessem a ser considerados necessários.

A comissão alargada e a executiva ficaram estabelecidas por meados do ano de 1894, a três anos de distância da data inicialmente prevista para a realização do centenário. Mas as demoras e hesitações do poder político, as sucessivas alterações que os planos iniciais tiveram de sofrer por falta de verbas e de interesse por parte do governo e o adiamento da celebração por um ano desmobilizaram os membros destas comissões. É preciso não esquecer que se tratava de cargos não remunerados, desempenhados em acumulação com as outras funções profissionais e cívicas a que estes homens estavam ligados.

O núcleo duro da organização das comemorações foi, sem dúvida, constituído pelos membros da Sociedade de Geografia de Lisboa. Quando o conselheiro Ferreira do Amaral distribuiu, em concreto, as tarefas pelos membros da comissão executiva já só restavam nove membros (*Idem*: X, 58). Luciano Cordeiro ficou com a organização da sessão solene, as edições e a parte burocrática. Palermo de Faria tinha a seu cargo os espectáculos e provas desportivas. Rodrigues da Costa responsabilizava-se pela parada e o cortejo cívico, decerto por causa da experiência do tricentenário camoniano. José Luís Monteiro encarregou-se das iluminações e ornamentação das ruas. Ernesto de

Vascelos fixava a sua atenção na parte naval do festejos e na realização do fogo de artifício, no Tejo. Martinho Guimarães concentrava-se na organização da exposição, das cerimónias religiosas e também nas provas desportivas. Sebastião de Magalhães Lima dedicava-se à propagação na imprensa e nas associações populares. Acabou por ser um dos organizadores do Congresso Internacional da Imprensa que teve lugar em Setembro de 1898. Sousa Martins dedicava-se aos congressos científicos. A sua morte em Agosto de 1897 ainda veio desfalar mais a comissão executiva. Contudo, apesar de não estar incluído nesta distribuição de pelouros, D. Luís de Castro foi o responsável pela organização da exposição e do concurso das alfaias agrícolas. Por isso, em conjunto com os anteriores, manteve-se como um dos efectivos responsáveis pela execução do programa do centenário.

O programa do «Centenário da Índia» traduziu bem, nos seus contornos gerais, o entendimento que havia sobre o conjunto dos actos destinados a comemorar um evento. No artigo 1º, definia-se que o quarto centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia era um grande jubileu nacional, destinado a homenagear a memória dos navegadores portugueses que foram os primeiros a descobrir as terras e os mares da África, da Ásia, da América e Oceânia (*Programme Général*, 1897). O país evocava, deste modo, uma plêiade de heróis que tinham abarcado o mundo e que se confundiam com a grandeza pretérita da Nação. Procurou-se mobilizar todas as regiões do Reino e das Colónias para as celebrações que se estenderam por quatro dias consecutivos, de 17 a 20 de Maio de 1898.

Em termos gerais, o programa oficial contemplava os seguintes itens: a) emissões de moedas, selos, medalhas,

selos e postais; b) a publicação d' *Os Lusitadas* e de trabalhos científicos e literários sobre factos e personagens da história nacional; c) a apresentação de obras de carácter musical, literário e artístico; d) um projecto completo de habitação económica e de mobiliário português, com o respectivo modelo; e) exposições diversas realizadas por várias instituições públicas e uma grande exposição internacional *Vasco da Gama*; e) uma grande reunião de forças navais no Tejo; f) a inauguração de um aquário marítimo e fluvial; g) cerimónias religiosas, cívicas e político-militares; h) provas desportivas e espectáculos, além das tradicionais decorações e iluminações, alvoradas, recepções, banquetes e um grande baile dedicado aos municípios.

O programa oficial não foi cumprido na totalidade, nomeadamente não há notícia de ter sido feito o projecto da habitação económica e do mobiliário português e a exposição internacional ficou limitada a uma Feira Franca, nos terrenos da Rotunda sobranceiros à Avenida da Liberdade. Sem efeito tinha ficado um vasto plano projectado pelo engenheiro João Veríssimo Mendes Guerreiro e pela comissão executiva do centenário que pretendia associar as celebrações à inauguração das obras do porto de Lisboa e à projectada renovação urbana da zona ocidental da cidade. O ministro das Obras Públicas negou o pedido de construção duma avenida que prolongasse a Rua 24 de Julho e dos arruamentos transversais, alegando que seriam muito dispendiosos e não havia mão-de-obra operária disponível para o efeito (*Annaes*: V, 44-45). Neste quadro de contenção, a Sociedade de Geografia logrou arrendar à empresa do Coliseu dos Recreios uma parte do edifício da rua das Portas de Santo Antão que, depois das necessárias obras de remodelação, foi inaugurado como sua nova sede, na data do centenário da partida de Vasco da Gama para a Índia. Ali ficou aloja-

da a comissão executiva do centenário e foram realizadas as sessões e as principais conferências. A sede da Sociedade de Geografia, com seu importante acervo de peças museológicas, de livros e documentação, tornou-se um lugar importante da memória nacional.

As dificuldades da comissão foram de tal ordem que houve episódios caricatos como o do pedido para a instalação duma linha de amarrações no estuário do Tejo e das respectivas bóias de sinalização, que foi indeferido pelo ministro da Marinha. A comissão previa que cerca de quarenta navios de guerra afluíssem às celebrações e estivessem presentes na programada revista naval, por isso precisava de garantir as condições para a sua recepção. O governo escusou-se com a elevada despesa necessária e com a falta de material adequado no arsenal para esse serviço (*Idem*: VII, 101). A resposta do conselheiro Ferreira do Amaral, ele próprio capitão de mar-e-guerra e conhecedor das condições dos outros portos internacionais, não podia ser mais incisiva. Na sua abalizada opinião, a instalação duma linha regular de amarrações não era uma despesa inútil, mas um investimento necessário se o governo quisesse garantir a segurança e a frequência do porto (caso contrário, os navios iam para Vigo ou Cádiz). Aliás, para o porto ter as condições requeridas precisava de amarrações, de bóias, de polícia marítima e duma embarcação para fornecer aguada aos navios. Qualquer destas despesas tinha de ser feita para atrair a navegação ao porto de Lisboa e equiparar-lo aos seus concorrentes directos (*Idem*: VIII, 43-45).

Deste modo, os aspectos mais sugestivos e inovadores contidos nas propostas da Sociedade de Geografia não encontraram condições políticas e financeiras para serem concretizados. A reestruturação daquela zona da capital teve de esperar pelas comemorações do Duplo

Centenário, as obras do Mosteiro dos Jerónimos continuaram a arrastar-se e os outros monumentos emblemáticos daquela área a precisar da intervenção dos poderes públicos para serem recuperados, nomeadamente a Torre de Belém e a Cordoaria. O projecto do grande parque no alto da Avenida também teve de esperar, bem como o edifício para albergar com dignidade exposições, congressos, sessões solenes e cerimónias públicas de maior envergadura. Só o reduzido afluxo de navios ao estuário do Tejo evitou que ficassem patentes as deficientes condições existentes para receber a navegação estrangeira.

A «romaria cívica» promovida para comemorar o descobrimento do caminho marítimo para a Índia e os heróis das navegações portuguesas seguiu o figurino já consagrado e constituiu, segundo a observação feliz de um repórter do acontecimento, «uma original revista das forças vivas da nação» (*Correio da Noite*, 20 de Maio de 1898). Foi mais imponente, mais extenso, mais representativo da sociedade portuguesa e do país. A imprensa calculou que 250 a 300 000 pessoas estiveram na ruas de Lisboa. O cortejo chegou a atingir o comprimento de dois quilómetros e meio e desfilou durante seis horas, percorrendo um longuíssimo e sinuoso trajecto. O ponto de partida e de chegada foram os mesmos do cortejo do tricentenário, mas este subiu a Avenida e foi à rua Alexandre Herculano. Voltou, em seguida, a descê-la e dirigiu-se pelo largo da Anunciada e a rua das Portas de Santo Antão, onde ficou instalada a nova sede da Sociedade de Geografia, para o Rossio. Subiu a rua do Carmo e a Garrett, em direcção à Praça Luís de Camões, onde prestou homenagem ao épico, e dispersou no Cais do Sodré.

As representações presentes foram muito numerosas: 13 associações científicas e artísticas, 34 de educação e re-

creio, 42 de assistência e mutualidade, 60 de classe, representativas dos diversos ramos de actividade e de várias regiões do país, e cerca de 180 delegações das Câmaras Municipais. O primeiro grupo do desfile era formado por uma vasta representação das escolas primárias, secundárias, das academias e instituições dedicadas à instrução pública. Esta era uma forma de afirmar a confiança no futuro do país e a crença liberal no valor da educação. Os cidadãos das colónias estiveram representados no cortejo por um grupo de africanos de Cabo Verde, da Guiné e de Inhambane que atraíram a atenção do público pelos «seus singulares trajos, ornatos e instrumentos», cantos e danças exóticos (*O Occidente*, 1898: 138). Não faltou, naturalmente, uma luzidia delegação dos sócios do Grémio Lusitano, isto é, da maçonaria.

Vinte e três carros alegóricos recordavam as navegações e os descobrimentos, as colónias e os exploradores dos sertões africanos, as actividades económicas, o valor da instrução e da imprensa (*Idem*: 139). Vale a pena destacar o carro da Sociedade de Geografia: seis cavalos, montados por soldados de artilharia, puxavam a popa de um «galeão do século XV» sobre um paralelepípedo de lona, decorado com as armas de Portugal e da cidade de Lisboa, uma esfera armilar, cruzeiros de Cristo e bandeiras com os nomes de vários africanistas, entre outros ornamentos, evocavam a expansão portuguesa e a colonização da África, o que era reforçado pela presença das delegações de africanos que ladeavam o carro.

O cortejo impressionou pela grandiosidade do espectáculo, mas não desencadeou grande emoção. Eça de Queirós fez o seguinte relato do que observou, da janela do quarto andar de um prédio no Rossio, numa carta à mulher: «À volta encontrei Lisboa em pleno Centenário: Imensas

multidões - dizem que vieram da província mais de cem mil pessoas. Ainda apanhei o cortejo cívico, que não tinha civismo nenhum, e onde apenas ofereciam interesse, um bando de pretos de Moçambique, e, atrás do carro da Agricultura (perfeitamente ridículo), um grande esquadrão de campinos do Ribatejo de incomparável beleza. Entusiasmo nenhum. O povo ainda não percebeu quem era este Vasco da Gama.

Aqui, no Rossio, o cortejo passou num silêncio glacial, quase sombrio, um silêncio de 30 mil pessoas.» (Queirós, 1979: III, 1642).

O escritor teve direito à sua «pequena ovação», como referiu na missiva. Outras figuras públicas foram saudadas pela multidão e houve vivas à Pátria, à comissão executiva do centenário, à Marinha, ao Exército, à imprensa e até às damas (*A Nação*, 21 de Maio de 1898). Mas parece que os heróis do passado deixavam frios os portugueses. O cortejo era, antes de mais, uma forma da sociedade da época se rever e celebrar a si própria. Os símbolos do passado estavam lá para recordar os feitos gloriosos e mostrar a continuidade das tradições que configuram a identidade colectiva. E desfilavam também as mensagens que podiam abrir as portas do futuro: a Instrução, o Trabalho, a Segurança, a Imprensa, símbolo do debate de ideias e da liberdade de opinião, e a Associação dos cidadãos com os mais variados fins, isto é, um conjunto de valores caros da ideologia demoliberal.

As recordações e os artefactos também proliferaram naquele centenário. Nos armazéns expunham-se copos de cristal, pratos de porcelana, bandejas de alumínio, leques e ventarolas, lenços de várias qualidades e preços, jarras, cinzeiros e outros objectos decorados com o busto de Vasco da Gama e de Camões ou com motivos alusivos à

efeméride. Nas ourivesarias apareceram colecções de medalhas, broches, alfinetes, berloques e os relógios do centenário, com o busto de Vasco da Gama ao centro e uma cercadura com decoração vagamente «manuelina». Não foram esquecidos os charutos e os chapéus Vasco da Gama, as garrafinhas de vinho generoso do Douro, um «licor indiano» de fabrico nacional, as bolachas, os sabonetes e variadas gravuras com publicidade das festas. Contudo, um homem viajado e de gosto mais requintado, o escritor Eça de Queirós achou os *souvenirs* do centenário de uma «desoladora falta de gosto» (*Idem*: III, 1643). A dimensão social do convívio e da partilha dos bens é um elemento fundamental da festa. Por isso, encontramos todo um conjunto de iniciativas que cumprem esses objectivos: banquetes, recepções, bailes de gala, bodos aos pobres, distribuições de esmolas e jantares melhorados para os presos das cadeias. Mais recentemente, o léxico da convivialidade passou a contemplar o *cocktail*, *garden party* ou o nacional «Porto de Honra». Normalmente, este tipo de cerimónias com carácter festivo reunia as elites sociais e tinha também funções de prestígio e ostentação. A parte social constituía, decerto, um grande atractivo para muita gente e os centenários realizados em 1894 e 1898 destacaram-se nesse aspecto, na sociedade da época. Na carta onde Eça de Queirós deu conta à mulher do ambiente que se vivia em Lisboa por altura das festas do «Centenário da Índia», o escritor referiu-se à «tourada de fidalgos» e ao grande baile da Sociedade de Geografia como acontecimentos sociais. E, a propósito, dizia de uma pessoa da família: «tem ido a tudo, e *centenarizado* com ardor» (itálico nosso) (*Idem*: III, 1642). Um neologismo bastante feliz que mostra a importância do centenário na animação da sociedade lisboeta naquele período. Não faltou, naturalmente, a noite de gala no S. Carlos, com a representação do drama de José de Sousa Monteiro

que tinha ganho o concurso literário e da peça de Almeida Garrett, *Falar Verdade a Mentir*. Na abertura e no fecho do espectáculo, ouviu-se o hino e a marcha triunfal do centenário.

A música fazia parte da festa e os hinos e as marchas triunfais abriam as manifestações de massas. No cortejo camoniano foi tocada uma marcha triunfal, *Homenagem a Camões*, composta pelo regente da banda de Infantaria 16, José Fernandes Escazena. Parece que a marcha foi «bem imaginada para grandes massas» e impressionou o público que assistiu ao desfile (*Commercio de Portugal*, 12 de Junho de 1880). Em 1894, preferiu-se executar o *Hino do Centenário do Infante D. Henrique*, com letra de Henrique Lopes de Mendonça e música de Alfredo Keil. No «Centenário da Índia» também foi composto um hino: a letra ficou a cargo de Fernandes Costa e a música de Augusto Machado. O resultado agradou à comissão executiva e foi, largamente, distribuído para ser executado durante as cerimónias. Uma marcha triunfal da autoria de Óscar da Silva também fez parte das peças mais executadas do centenário.

Entre todas as iniciativas comemorativas, a sessão solene era realmente imprescindível. A cerimónia do Centenário da Índia realizou-se a 16 de Maio de 1898, na Sociedade de Geografia, e foi presidida pelo rei D. Carlos (*Actas*, 1900: 77-98). O evento foi rodeado da pompa adequada à solenidade e contou com a representação da Igreja, do Governo, das Forças Armadas e do corpo diplomático. Na cerimónia tomaram a palavra diversos oradores previamente inscritos: o presidente da Sociedade de Geografia e da comissão central do centenário, o conselheiro Ferreira do Amaral e cerca de uma dezena de representantes de países e instituições estrangeiras. Por fim, o monarca

encerrou a sessão com um curto discurso que terminou soltando um «Viva a Pátria». No início, tinha-se ouvido o *Hino Nacional* e, no fecho, coube a vez ao *Hino do Centenário*, ambos tocados pela banda das guardas municipais. Em cerca de duas horas o ritual foi cumprido.

O Centenário da Índia deu azo a um número considerável de publicações sobre temáticas muito diversas e de qualidade variável. Num apanhado muito incompleto, que já não teve tempo para terminar, Luciano Cordeiro registou 122 publicações, onde se incluem poematos, dramas, romances históricos, discursos e conferências, ensaios e sínteses sobre a época, o Vasco da Gama e a viagem emblemática dos descobrimentos portugueses (Cordeiro, 1902: 693-724). O gosto romântico pelos dramas históricos suscitou a realização de um concurso, promovido pela comissão executiva do centenário, ao qual concorreram onze peças. O júri atribuiu os três primeiros prémios: José de Sousa Monteiro, *O Auto dos Esquecidos*; Marcelino Mesquita, *O sonho da Índia*; Artur Lobo d'Ávila, *A descoberta da Índia ou o reinado de D. Manuel*. Fizeram-se múltiplas edições de cariz literário e os indispensáveis álbuns comemorativos, mas não faltaram as publicações do âmbito da história. Teófilo Braga também publicou, na ocasião, um poema sobre *O Velho do Restelo*, com o subtítulo de «Rapsodias da epopeia portuguesa».

Uma novidade foi a emissão de moedas com o objectivo de constituírem uma fonte de receita para financiar o programa das celebrações. Só em 1946 e em 1960 voltaram a ser emitidas moedas comemorativas, em Portugal. A outra inovação foi a inauguração do Aquário Vasco da Gama que devia ficar como o monumento erguido para assinalar de forma permanente a efeméride. De linhas sóbrias e clássicas, o edifício foi construído tendo em vista a sua



51.?. CASANOVA – Festas do centenário de Camões – Rua do Alecrim...
Occidente : *Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. Lisboa. Ano 3,
vol. 3, n.º 62 (15 Jul. 1880)
BPARPD BA CX.10 RES

função de museu, com espécies vivas, e de centro de investigação. Em contrapartida, não foi erguida qualquer estátua de Vasco da Gama devido à precária situação do erário público e ao facto de haver uma no Arco da Rua Augusta. O escultor Vítor Bastos modelou para este Arco Triunfal, inaugurado em 1873, uma figura de homem ainda jovem, elegante, de rosto bem talhado e olhos baixos, apontando num mapa a Índia. A gorra na cabeça, as longas barbas e a cruz de Cristo ao peito tornaram-se comuns nas representações de Vasco da Gama.

Os centenários dos *grandes homens* têm, obviamente, uma relação com a tradição religiosa do culto dos mortos. Já na oração fúnebre que proferiu, em 1880, um prior recordava que «não é a Igreja que se inspira nas festas cívicas que aí se preparam, é a sociedade civil que aprende da Igreja a honrar dignamente os mais distintos e notáveis cidadãos» (Diniz, 1880: 10). Deste modo, uma das práticas das sociedades contemporâneas consistiu na criação de um espaço privilegiado para a entronização e o culto dos homens que «se vão da lei da morte libertando», nas palavras do poeta. Estamos a referir-nos ao Panteão Nacional: lugar da memória e do culto cívico dos *grandes homens*, que ali repousam em túmulos ou são evocados em cenotáfios, para edificação dos vivos.

O primeiro panteão moderno foi o Mosteiro dos Jerónimos para onde a Academia Real das Ciências decidiu promover a transladação dos restos mortais de Camões e de Vasco da Gama, em 1880. Depois de aturadas e inconclusivas buscas, decidiu-se pela exumação dos restos morais que se encontravam à entrada da igreja do convento de Sant'Ana, do lado esquerdo. O mesmo foi feito em relação às ossadas atribuídas ao Almirante da Índia, que repousavam na igreja do convento das carmelitas, na Vidigueira. Foram organizados préstitos fúnebres solenes

para trasladar os despojos humanos encontrados para a igreja de Santa Maria de Belém.

Em vésperas da realização do Centenário da Índia, o autor do estudo histórico sobre Vasco da Gama e a Vidigueira, Teixeira de Aragão, veio defender publicamente que se procedesse a nova exumação das ossadas de Vasco da Gama, visto que tinha fortes razões para crer que as depositadas nos Jerónimos não eram dele. As suas investigações levaram-no a concluir que a lápide tumular tinha sido mudada de sítio e a campa de Vasco da Gama se situava noutro carneiro, do lado do Evangelho, como referia a crónica de Frei Álvaro da Fonseca. A abertura do túmulo mostrou que só tinha as ossadas correspondentes a um esqueleto e Teixeira de Aragão convenceu-se que se tratava dos restos mortais do navegador. A sua posição encontrou eco junto da comissão organizadora das comemorações e das autoridades. Uma delegação de alto nível deslocou-se ao antigo convento carmelita da Vidigueira para proceder a nova exumação e transladação das ossadas para Belém. Segundo os jornais da época, a cerimónia passou quase despercebida do público e «a concorrência era pequeníssima» (*Correio da Noite*, 9 de Maio de 1898). Também é verdade que não foi dada grande publicidade ao acto, o qual não constava no programa oficial das celebrações. Só alguns anos mais tarde, as urnas foram depositadas nos dois túmulos que actualmente ocupam, esculpidos por Costa Mota (tio), mercê da dádiva deixada em testamento por Luz Soriano para o efeito.

Vasco da Gama, herói nacional

Vasco da Gama desde cedo assumiu a categoria própria de um herói por causa do grande impacte, logo na época, do seu feito. O descobrimento do caminho marítimo para a

Índia foi visto como o ponto culminante de um longo processo que se iniciou com a conquista de Ceuta e prosseguiu com a exploração da costa africana até ser dobrado o cabo da Boa Esperança. As motivações apontadas pela historiografia para a empresa foram sempre múltiplas: interesses económicos, sobretudo comerciais, científicos, políticos e religiosos. A hierarquização desses propósitos foi variando de acordo com as ideologias. Para uns a tónica devia colocar-se nos aspectos científicos e comerciais, avultando como resultado principal da viagem o desenvolvimento dos conhecimentos e o estabelecimento de uma via para a comunicação mais directa entre o Oriente e o Ocidente. Para outros, pelo contrário, no topo estavam os objectivos políticos e religiosos, que faziam de Portugal uma nação eleita para desempenhar uma missão de grande alcance no mundo. Esta interpretação seguia, de perto, as justificações dos cronistas e via na cruzada a principal motivação dos portugueses para se expandirem e atingirem a Índia ou as Índias, na geografia ainda vaga e imprecisa do século XV. A viagem consubstanciava o que de mais heróico e elevado havia nos propósitos dos portugueses que, deste modo, serviam a nação e toda a humanidade, colocando-se do lado do progresso, da ciência, da fé cristã e da civilização contra as forças da barbárie e do obscurantismo⁵.

O feito de Vasco da Gama simbolizava toda a epopeia marítima dos portugueses. O facto de Camões ter colocado a viagem no centro da trama do poema foi decisivo

⁵ Muitos exemplos podem ser apresentados desta visão. Veja-se, contudo, no «Centenário da Índia»: Z. Consiglieri Pedroso, *Influência dos descobrimentos portugueses na história da civilização*, Conferência realizada na Sociedade de Geographia de Lisboa, no dia 26 de Novembro de 1897, Lisboa, 1898; José Carlos de Faria e Castro, *L' épopée maritime des portugais, Vasco da Gama et Camoëns*, Bruxelles, 1898; Faustino da Fonseca, *O descobrimento do caminho marítimo para a Índia*, Lisboa, 1898 (Biblioteca do Povo e das Escolas)

para firmar a sua importância e torná-la um símbolo de uma gesta colectiva. Por isso, alguns não defendiam a ideia de personalizá-lo numa única figura e preferiam salientar o esforço desenvolvido pelos sucessivos navegadores que prepararam o caminho que a armada portuguesa havia de trilhar na viagem de 1497-1498. Nesta ordem de ideias, o quarto centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia constituiu uma «homenagem à memória de todos os navegadores portugueses que primeiro descobriram as terras e os mares da África, da Ásia, da América e da Oceânia» (*Programme*, 1897: article 1).

Por causa desta questão, Henrique Lopes de Mendonça teve um conflito com a direcção da *Revista Colonial e Marítima* que não publicou um artigo da sua autoria, onde pretendia redimir Bartolomeu Dias da injustiça do esquecimento e, antes dele, Gil Eanes que dobrou o cabo Bojador «não se tente diluir na apoteose de um só o esplendor com que tantos deles nos deslumbram» (Mendonça, 1898: 7). A glória desse feito pertencia, em sua opinião, «a gerações sucessivas de mareantes num esforço contínuo de três quartos de século» (*Idem*: 24). O motivo pelo qual a revista dirigida por Ernesto de Vasconcelos não publicou o artigo prendia-se, sobretudo, com os termos em que Lopes de Mendonça se referia a Vasco da Gama, tratando-o como o «arrogante fidalgo» que colheu os louros do labor do homem que tinha dobrado o cabo da Boa Esperança, «terrível e imerecida humilhação na alma augusta de Bartolomeu Dias» (*Idem*: 21). Uma posição francamente isolada no contexto do centenário que, na prática, individualizou no chefe da expedição a glória do empreendimento.

José de Sousa Monteiro resumiu, num artigo sobre *A psicologia de um heroe*, as várias facetas da sua personalidade que emergiram nas três viagens que realizou à Índia.



124. **GALEÃO** português do século XVI. [Des.] E. R., [grav.] L. D. Paris : Imp. J. & A. Lemercier, [1898].
BPARPD BA RES

GALEÃO PORTUGUEZ DO SÉCULO XVI

A «vontade indómita», a «perícia de nauta», a «séria, forte, inflexível firmeza», a «tenacidade» que revelou logo na primeira viagem; a «braveza, ferocidade e crueza na vingança» demonstradas na segunda, em que puniu os mouros e Calecut pela anterior recepção desfavorável; o carácter «forte, justiceiro e de áspero reformador» que mostrou enquanto foi vice-rei da Índia (Monteiro, 1898: 501-503). Nas suas atitudes não se incluíam a «simpatia, a precisa, a nobre moderação», revelando-se antes como uma «natureza impetuosa», «avessa a lei, rebelde a freio, feita de vontade e rija» e um «espírito ambicioso e ativo» (*Idem*: 504). A ilustrar esta imagem vinha o retrato oferecido por D. Carlos à Sociedade de Geografia, em extra-texto. A representação do homem «fero e cru», visto que crueza e heroicidade convivem muitas vezes de forma estreita, segundo o autor.

Oliveira Martins apresentou Vasco da Gama como «um homem ousado mas prudente, que reunia às qualidades militares as de marinheiro, coisa então comum». Por este motivo teria sido escolhido por D. Manuel para o comando da expedição, preparada com todo o cuidado⁶. João Braz d'Oliveira, por sua vez, referiu-se ao conde da Vidigueira como um «forte capitão», que simbolizava a vontade firme e enérgica do marinheiro, sem medo do perigo e um grande sentido do dever, que era capaz de cumprir com o sacrifício da própria vida (Oliveira, 1897: 231). A imagem de «honrado cavaleiro», «heróico e sublime», estava mais conforme com o teor da homenagem que se desejava prestar ao Almirante dos Mares da Índia.

6 J. P. Oliveira Martins, «Em demanda do Prestes Joham das Indias» in Branco e Negro, nº 67, Lisboa, 11 de Julho de 1897, p. 227. Trata-se de um excerto da História de Portugal (Lisboa, Guimarães Editores, 1991, p. 152-156. Oliveira Martins tinha falecido em 1894.

Mendes Leal, nas *Indianas*, equiparou-o a figuras lendárias:

D'esse Gama o vulto infindo
Quem o pode ir hoje erguer?
Era um Nestor reflectindo,
Um Ajax a combater.
Não cansa o braço possante
Ganha um mundo segue avante,
E vai depois, como Atlante,
O mesmo mundo suster.

O conselheiro Ferreira do Amaral, na sessão solene realizada na Sociedade de Geografia, seguiu o mesmo registo, narrando o episódio mítico da revolta que Vasco da Gama teve de vencer para continuar a viagem. O capitão-mor estava informado do descontentamento dos homens que só falavam em regressar a Portugal e desistir do intento de passar o tormentoso cabo. Como resposta, mandou reunir os pilotos e homens de conselho, fingindo inclinar-se para a solução que a maior parte defendia no transe difícil em que se encontrava a armada. Mas meteu-os todos a ferros à medida que iam chegando, no alojamento subjacente à câmara, e exigiu que lhe entregassem os instrumentos náuticos, os papéis e notas referentes à navegação, os quais lançou pela borda fora à vista da guarnição. Mandou depois seguir pela volta do mar tantas vezes quantas as que fossem necessárias para levar a bom termo a empresa, «salvando, neste rasgo de suprema audácia, a sua imortalidade, completando, neste esforço de vontade irresistível, a maior glória de Portugal e o legítimo orgulho de todos nós» (*Actas*, 1900: XVIII, 81). Privados de outros guias, os homens tiveram de obedecer ao capitão-mor e tiveram de «confessar-se vencidos pela superioridade do seu génio dominador, pelo seu tacto de mandar, pela tenacidade indomável, pelo seu vasto

saber de experiências feito». É improvável que Vasco da Gama pudesse dispensar os instrumentos e outros materiais necessários para a navegação ou que tivesse cometido a loucura de atirá-los ao mar. Contudo, a lenda servia bem para demonstrar a ousadia e o génio do homem, que não recuou diante de nenhuma contrariedade para cumprir o seu desígnio.

Outro episódio bastantes vezes repetido reportava-se à sua reacção perante um sismo que ocorreu quando estavam a chegar perto das costas do Malabar, no decurso da terceira viagem. A convulsão submarina agitou as vagas e apavorou a tripulação, mas o Almirante, impávido e sereno, limitou-se a bradar em voz firme e sonora: «Não hajais medo; tremem de nós os mares!» (Chagas, 1878: IV, 21). Esta atitude teve o condão de acalmar os marinheiros e levá-los a recobrar o ânimo. O final do século foi propício ao culto dos actos de bravura e coragem, dentro dos parâmetros de uma moral viril, autoritária e de comando que encontrou terreno para exprimir-se nas campanhas africanas.

Outro aspecto da acção de Vasco da Gama e dos navegadores portugueses suscitava admiração: a fé. Para alguns tratava-se, evidentemente, da fé no sentido religioso do termo, mas para outros tinha um significado mais amplo. Para Magalhães Lima esta é também a principal diferença que separa as gerações do seu tempo daquelas que fizeram os descobrimentos: «(...) é a esta falta de fé que devemos atribuir todos os nossos males e todos os nossos desastres. Um povo que não tem fé é um povo morto» Lima, 1897: 24).

O *Hino do Centenário da Índia*, de Fernandes Costa, procurou reavivar essa fé, desenvolvendo-se em torno da ideia

de que os portugueses tinham uma «herança sagrada» a defender e a perpetuar para as gerações futuras (Costa, 1898: 8-9).

Portugueses dos dias d'agora,
Vinde prestes que o tempo é contado,
Nos anais recolher do passado,
Seguranças de um largo porvir.
Porque o povo, que teve em partilha,
Um legado tão grande de gloria,
Era indigno da vida e da história,
Se das mãos o deixasse fugir!

Tendes hoje uma nova missão,
Já marcada nas leis do destino!
Quem não sente este impulso divino,
Que nos leva, tão longe, além-mar?
Quem não sente que havemos agora,
Por mandados de lei sobrehumana,
No chão virgem da terra africana,
Do futuro os impérios fundar?

A única referência ao capitão-mor da expedição que se comemorava tinha um significado de exortação: «Marinheiros da pátria do Gama, / Eis o largo, eis a nossa atracção!». O passado era exemplo, estímulo, para dar «alentos de esperança» e inspirar «palavras de fé»: fé no destino grandioso de Portugal; fé para construir o império africano; fé para que o passado pudesse renascer no presente e continuar no futuro; fé na «raça valente» que andou sulcando as ondas do mar e ia continuar a aventura. Era esta, afinal, a principal mensagem que se pretendia transmitir nos centenários.

O Centenário nos Açores

O quarto centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia foi pouco celebrado nas ilhas açorianas, com a excepção da Terceira. Os tempos eram de profunda crise económica e financeira. Depois do declínio da exportação da laranja, a alternativa tinha sido a indústria do álcool, produzido a partir da batata-doce e do milho. Essa actividade tornara-se muito importante em São Miguel e tinha também algum significado na Terceira, mas enfrentava crescentes problemas com o aumento dos impostos e a abertura do mercado continental às importações do álcool estrangeiro. As vinhas tinham sido mais uma vez afectadas por uma praga, a filoxera. Mas a produção de vinho era de fraca qualidade e para consumo interno das ilhas, desde a destruição provocada pelo oídio a meados do século. As outras produções agrícolas eram, sobretudo, para a subsistência e o comércio interno, exportando-se pouco para o continente e a Madeira. Os cereais e as leguminosas ainda detinham a primazia, mas a pecuária começava a ganhar maior importância e os laticínios artesanais. A indústria do tabaco ia fazendo o seu caminho, mas com dificuldade por causa da política de monopólio e das restrições impostas pelos governos. Na ilha de São Miguel, um grupo dinâmico de proprietários rurais não cruzava os braços e fazia sucessivas experiências para a introdução de novas produções: o ananás, o chá, a espadana, com aplicação industrial. Nas outras ilhas, não havia a capacidade financeira nem a preparação necessária para esse tipo de inovações e as dificuldades eram maiores. E mesmo uma firma como a Charles W. Dabney & Sons tinha encerrado em 1892 e o último membro da família partira da ilha do Faial. A grave situação económica tinha como consequência mais imediata o aumento da pobreza e da emigração.

Assim, a primeira ideia para os açorianos se associarem ao centenário foi de uma comissão formada na cidade de Angra do Heroísmo e consistia na realização de uma exposição inter-insular. O projecto colheu rapidamente o apoio dos outros distritos e, em São Miguel, o médico Mont'Alverne Sequeira defendeu-o com entusiasmo nas páginas do *Diário dos Açores*. Mas a iniciativa acabou por se gorar por falta de meios financeiros. Neste sentido, referia o jornal *O Angrense*: «Ora, o que aconteceu na capital do reino, aconteceu também connosco; não se obteve o preciso para o que se desejava fazer.» (28 de Abril de 1898). Por isso, o programa das comemorações foi modesto.

Em Angra do Heroísmo está enterrado Paulo da Gama, o irmão do Almirante da Índia. Deste modo, desde o início se pensou dar o devido brilho às comemorações. O programa ficou aquém do que se pretendia, mas os terceirenses não deixaram de mostrar «que sabem acompanhar a mãe-pátria nos seus momentos de justo e sincero regozijo.» (*A Terceira*, 21 de Maio de 1898). Os dias 17 a 20 de Maio foram de grande gala, por isso, a alvorada era anunciada com salvas de artilharia, os edifícios públicos estavam embandeirados, havia iluminações e música pelas ruas. As girândolas de foguetes também eram um elemento indispensável da festa. Para além disso, houve duas missas solenes de grande instrumental, na igreja de S. Francisco, onde se encontra o túmulo, e na Sé Catedral. Não foi esquecido o cortejo cívico com carros alegóricos de homenagem aos navegadores portugueses e, à semelhança do que aconteceu em Lisboa, realizaram-se duas touradas: uma de praça, de inauguração da época tauromáquica, e outra à corda, em S. João de Deus. Como nota saliente de todos estes festejos é importante referir que todos os dias houve acções beneméritas de distribui-



34.6. AUDIÊNCIA d'El-rei D. Manuel a Vasco da Gama. Os Lusíadas, canto X, est. 144.
Desembarque de Vasco da Gama em Calecute Os Lusíadas, canto VIII, est. 44.

Prato em louça branca com a marca de Opaque de Sarreguemines, e contramarca Photo-Ceramica, R. de S. Thiago, 9, Lisboa, [188?], reproduzindo as gravuras da edição de *Os Lusíadas*, do Morgado de Mateus (Paris: na Off. Typographica de Firmin Didot, 1817).

BPARPD JC CAM

ção de esmolas e jantares aos pobres, aos desvalidos e aos presos.

Ainda na ilha Terceira, temos notícia de festejos na Praia da Vitória e na freguesia de Santa Bárbara, de carácter profano e religioso.

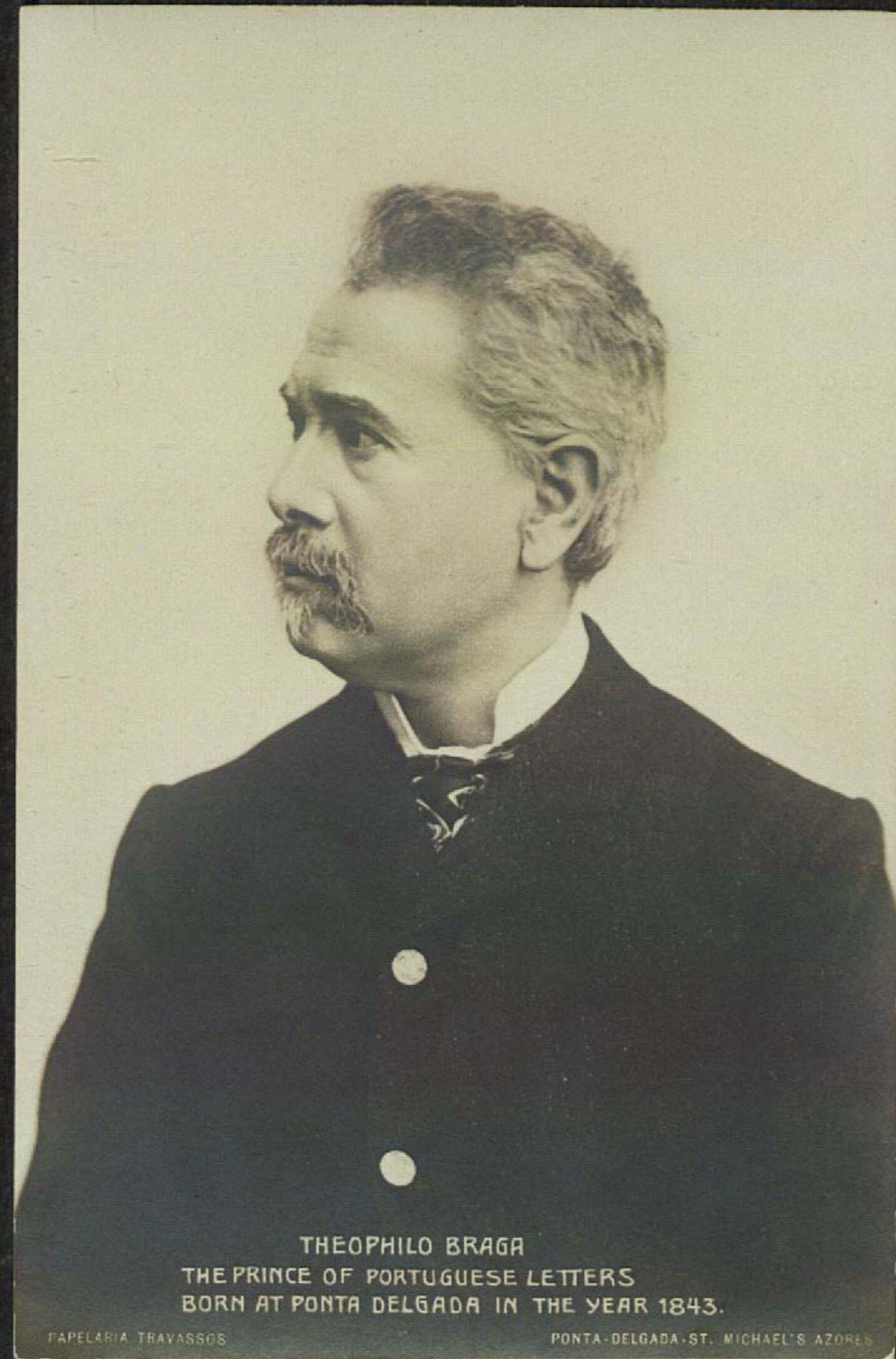
Também na vila das Velas, em S. Jorge, um cavaleiro decidiu organizar o programa da celebração. Para além da alvorada, dos repiques de sinos, dos foguetes e iluminações, ainda houve uma regata, com vários prémios, e uma *matinée* literária e musical no Teatro Velense. Não faltou sequer o cortejo cívico pelas ruas da vila, com o descerramento de uma lápide com a inscrição Avenida Vasco da Gama, bem como a missa e o discurso na igreja matriz (*Portugal, Madeira e Açores*, 26 de Maio de 1898).

Na Graciosa e no Faial também houve cerimónias e festejos simples para assinalar o centenário (*Idem*, 12 de Junho de 1898). Nesta última ilha, tinha sido assinalada a data da partida de Vasco da Gama para a Índia, o dia 8 de Julho de 1897, por iniciativa do director da alfândega que promoveu uma serenata no porto e o desfile de uma pequena flotilha pela baía da Horta, iluminada e engalanada para a ocasião (*O Atlântico*, 18 de Julho de 1897).

Na ilha de S. Miguel, fora as demonstrações oficiais próprias de dias de grande gala, não parece ter havido iniciativas de monta que assinalassem a efeméride. O centenário passou de forma praticamente silenciosa e a imprensa da época consultada limita-se a noticiar o que ia acontecendo na capital do país. A conjuntura não era favorável e não houve, decerto, quem se mobilizasse para elaborar um programa e organizar o evento. As celebrações dependiam da iniciativa particular, de cavaleiros ilustrados que tivessem a disponibilidade e o interesse de promover os festejos.

Geralmente, eram pessoas ligadas aos meios da imprensa e da política local que se dispunham a dedicar parte importante do seu tempo a tais tarefas. Os poderes públicos apoiavam as iniciativas e davam o seu contributo nas decorações públicas e nas festividades. Os meios eram pequenos e as dificuldades consideráveis, por isso, é natural que não abundassem os organizadores de comemorações.

Por outro lado, como vimos anteriormente, a atenção dos eruditos açorianos, fautores da memória regional, estava mais voltada para as viagens para o ocidente. A viagem do Gama era um grande acontecimento nacional e mesmo universal, mas o que mobilizava o interesse e a emoção dos açorianos prendia-se com o pioneirismo das ilhas nas viagens para a América e com os navegadores que tinham desbravado o noroeste do oceano Atlântico, João Fernandes ou os Corte Reais. Nesse aspecto, na Terceira, inseriam-se os últimos na selecta galeria dos heróis nacionais que desbravaram os mares e invocava-se o papel da ilha na história portuguesa: «raro é o período de lutas, para a descoberta de novas terras, ou para a conquista de novos impérios ou de novos ideais, em que o seu nome não figure entre os que melhor hão merecido da pátria portuguesa» (*Folha Nova*, 18 de Maio de 1898). É o redactor não poupava nas metáforas poéticas para enaltecer a terra que era a sepultura do irmão do grande capitão: «E que terra mais digna de possuir as suas cinzas que a Terceira?! Altiva guarida da honra portuguesa, flor deslumbrante que o Atlântico beija, ilha de Vénus cantada por Camões, preciosa jóia que a fé audaciosa dos marinheiros portugueses arrancou às trevas do «Mar Tenebroso», para Deus e para a Pátria» (*Ibidem*). Desta arte, se ia construindo a memória local e um sentimento de pertença que interligava o âmbito nacional e insular.



7

Um grande homem da República

«Eu sempre fui republicano. A República constituiu sempre, politicamente, a minha paixão; cheguei a fazer-lhe versos - pobre D. Juan com as suas sandálias de Demóstenes - a fazer-lhe versos como se ela fosse uma mulher; entretanto nunca aspirei ao poder.»

Teófilo Braga

Olhando para o percurso da vida de Teófilo Braga, podemos compreender como é que ele se transformou no grande homem que sempre tinha aspirado ser. Conta-se que na aula de Francês o professor perguntou a cada aluno qual a vida que pretendia seguir. Teófilo respondeu muito prontamente: Doutor! Ao que o professor retorquiu: Não vejo moita donde saia coelho. E o aluno respondeu: É porque o sr. professor não tem faro. (*Primeiro Centenário*, 1944: 205). O episódio foi comentado e valeu-lhe uma reprimenda da direcção da escola, mas mostra a sua determinação para se elevar na sociedade. Algumas cartas de estudante em Coimbra e, posteriormente, a pertinácia com que lutou para ser professor do ensino superior corroboram essa ideia. Submeteu o corpo franzino e o espírito ao império da vontade, dedicando-se de forma incansável ao trabalho intelectual, a investigar e a escrever a sua vastíssima obra. Dele disse Ramalhão Ortigão: «Simples, sóbrio, duro, com hábitos de uma austeridade espartana [...] Teófilo Braga tem uma única pai-

xão, a paixão proselítica da ciência» (*Idem*: 23). Nas próprias palavras de Teófilo, ficamos a saber que tinha outra igualmente dominadora: a paixão pela República. Assim, a sua vida pública foi construída pelo trabalho, visto que publicou muitíssimo e de forma continuada, e pela actividade política em prol República.

Por isso, quando o regime saiu vencedor do golpe de Estado de 5 de Outubro de 1910, foram buscá-lo ao sossego do seu escritório para assumir a presidência do governo provisório. A sua nomeação foi polémica entre as várias facções republicanas, mas venceu com o apoio de Afonso Costa e, em menos de um ano, o novo regime conseguiu estabelecer-se no poder. Entre as primeiras medidas do novo regime estiveram a expulsão dos jesuítas e o encerramento dos conventos, a abolição do ensino da doutrina cristã e do juramento religioso nos tribunais e noutros actos oficiais. Iniciava-se, de imediato, o caminho para a separação entre as Igrejas e o Estado que ficou con-

signado na lei publicada a 20 de Abril de 1911. Por um lado, procurava quebrar-se o domínio da igreja e, por outro, a criação das universidades de Lisboa e do Porto acabava com o monopólio da Universidade de Coimbra. As faculdades de Teologia e de Direito Canónico também foram extintas e um decreto abolia o culto religioso na capela da Universidade de Coimbra e criava, naquele local, um museu de arte (*História de Portugal*, 1994: 264). Outros decretos colocaram, paulatinamente, na letra das leis o programa dos republicanos, naquele escasso ano de governo: o registo civil obrigatório, as leis da família e do divórcio, a liberdade de imprensa, o descanso semanal obrigatório, ao domingo, para os assalariados, a reforma dos serviços de assistência pública. O novo regime criou os seus símbolos, a bandeira e o hino nacionais, e a sua guarda pretoriana: a Guarda Nacional Republicana. Realizou eleições e, em tempo recorde, conseguiu aprovar uma nova Constituição para o país. A 24 de Agosto, Manuel de Arriaga, também açoriano, foi eleito o primeiro presidente da República. Ainda antes de voltar aos seus livros, o presidente do governo provisório promulgou uma portaria em que era regulamentada a reforma ortográfica. A 4 de Setembro já o novo governo, dirigido por João Chagas, tomava posse.

A 14 de Setembro morreu a mulher de Teófilo Braga. Antes dela, já tinha sepultado os três filhos, numa tragédia pessoal que sensibilizou todos os contemporâneos e levou Camilo Castelo Branco, num gesto de solidariedade, a escrever o belíssimo poema, *A maior dor do mundo*. Numa carta a Joaquim de Araújo, Teófilo dava conta da sua infelicidade: «Aqui estou sozinho na mesma casa e na mesma forma de viver, mas cerca-me o vácuo [...]. Volto a ser o antigo estudante solitário. Amei, fiz a minha família, trabalhei para ela, e, neste trajectória da vida, perdi os filhos, agora a esposa – e acordo de um sonho, de um idí-

lio, de uma tragédia, de um naufrágio de quarenta e três anos. Valeu a pena? Antero diria que não; eu acho que foi uma revelação da vida equilibrada entre duas realidades e altos ideais. E já é uma grande coisa poder dizer: Vivi.» (*Primeiro Centenário*, 1944: 247). Não tenho dúvida de que foram os «altos ideais» que deram alento a Teófilo Braga para continuar a luta, porque toda a sua vida foi isso mesmo: uma permanente luta. Não era religioso, mas a sua força alimentava-se de uma crença, não menos poderosa, na ciência, no conhecimento e na capacidade do ser humano para construir um mundo melhor, onde o progresso, o mérito e a justiça social fossem uma realidade. Pôs toda a sua energia ao serviço desses ideais e de um projecto de vida em que almejava deixar a sua marca como homem de cultura.

Em 1915, numa conjuntura política conturbada e muito difícil, recorreram novamente à figura de Teófilo Braga para a presidência da República. Manuel de Arriaga tinha-se demitido do cargo, depois da experiência falhada da ditadura de Pimenta de Castro e do movimento revolucionário de 14 de Maio que se saldara em centenas de mortos e feridos nas ruas da capital. O novo governo, dirigido por João Chagas, malograra-se também por causa do atentado a tiro que o tinha atingido no Entroncamento, e novo governo fora constituído, chefiado por José Ribeiro de Castro. A 29 de Maio, Teófilo Braga foi proclamado presidente da República e manteve-se no cargo até ser substituído, ainda nesse ano, por Bernardino Machado, entretanto eleito pelo Congresso. Os democráticos, liderados por Afonso Costa, ganharam as eleições e constituíram governo numa altura em que já se fazia sentir o esforço financeiro, militar e político da preparação para Portugal entrar na Grande Guerra. A 5 de Outubro, Teófilo terminava o seu mandato e regressava, decerto com alívio, ao trabalho na sua casa.

Entretanto, fora já objecto de homenagens públicas, como a que assinalou os quarenta anos de actividade literária ou, mais adiante, o quinquagenário da sua primeira publicação, 1858-1908. Em 1912, realizou-se em Lisboa um cortejo de homenagem a quem tinha chefiado o primeiro governo provisório da República. Mas, em 1922, foram as bodas de ouro de professor que mobilizaram os seus antigos discípulos. Numa carta a uma prima, residente em Santa Maria, escrevia: «Acho-me a distância de dias da encantadora idade dos oitenta anos, o que, não sendo vulgar, é também uma glória. Neste ano completei cinquenta anos de magistério, festival a que se dá o nome de Bodas de Ouro; foram celebrados por estudos dos meus antigos alunos das diversas gerações escolares que passaram diante de mim de 1872 a 1922. Neste relógio da vida não tenho corda para larga actividade e vou colhendo as velas do meu baixel, para em porto seguro poder apodrecer sobre a amarra.» (*Primeiro Centenário*, 1944: 249). De facto, o escritor na fase final da vida estava dependente de antigos alunos que desempenhavam a função de secretários, porque perdera a capacidade visual para ler e escrever, como explicou aos seus editores. Os discípulos tiveram, naturalmente, um papel importante nas homenagens públicas e na construção da sua imagem como grande homem.

A 28 de Janeiro de 1924 falecia na sua casa, em Lisboa. O enterro foi uma grande manifestação de pesar e de respeito por aquela figura da política e da cultura nacionais. Na data do seu aniversário, a 24 de Fevereiro de 1925, o corpo foi trasladado para o panteão dos Jerónimos. Dois anos mais tarde, era inaugurado no Jardim da Estrela, rebaptizado com o seu nome, um busto do escultor Teixeira Lopes, na presença do presidente da República, o general Carmona. Em 1929, a Imprensa Nacional editava a obra *In Memoriam do Doutor Teófilo Braga*, com meio milhar de páginas.

Não admira, por isso, que o centenário do seu nascimento fosse recordado em 1943. Pela edição comemorativa que foi feita pela Câmara Municipal de Ponta Delgada ficamos com uma breve panorâmica do evento. Na cidade de origem do escritor, houve uma série de iniciativas que tiveram como pontos altos a inauguração do monumento e a sessão solene nos Paços do Concelho. A estátua era a mesma que fora descerrada em 1927, a qual foi retirada do jardim aquando de obras de arranjo urbanístico e, posteriormente, oferecida pelo município de Lisboa a Ponta Delgada, onde ficou até hoje. Nas escolas secundárias realizaram-se conferências e na biblioteca pública que, entretanto, tinha recebido o espólio de Teófilo Braga foi aberta uma exposição temporária. A imprensa referiu-se ao acontecimento e publicou artigos em memória do conterrâneo ilustre. No continente, foi prestada homenagem na Assembleia Nacional, na Academia das Ciências, na Faculdade de Letras, onde discursou Vitorino Nemésio, na Sociedade de Geografia, na Casa dos Açores e no Museu João de Deus, que apresentou ao público uma exposição sobre a sua vida e obra. Mas também em Coimbra e no Porto a data foi assinalada com exposições e conferências. Não foi esquecida sequer a tradicional romagem ao túmulo no Mosteiro dos Jerónimos, onde usaram da palavra António Ferrão e Manuel da Silva Carreiro, presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada. Em nome da Casa dos Açores foi colocado um ramo de flores no sepulcro.

A iniciativa parece ter sido regional, mas acabou por ter uma expressão nacional com as cerimónias realizadas. É interessante procurar compreender o que é que se comemora naquele centenário. Naturalmente, celebra-se o homem que se distinguiu pelas suas obras no panorama da cultura portuguesa e o conterrâneo ilustre que é motivo de orgulho para a sua gente. Apesar de Teófilo nunca ter voltado aos Açores, manteve uma ligação à sua ilha e



167.5. Theophilo Braga aos 14 annos (de um daguerre de 1857). In: BRAGA, Teófilo – *Folhas verdes*. Ponta Delgada, Typ. de J. J. Botelho, 1959. BPARPD TB A/1356 RES



TEÓFILO BRAGA
Última fotografia do ilustre polígrafo.

167.3. POZAL – Última fotografia de Teófilo Braga. [1923-1924?]. 1 foto: p&b BPARPD RES



foi decisivo para o conhecimento do cancionero popular açoriano. Todavia, do ponto de vista político, os oradores distanciavam-se das ideias liberais e democráticas de Teófilo, bem como do seu ateísmo e posição anticlerical. Ao nível filosófico, também não partilhavam do positivismo e das concepções sociológicas teofilianas. Notavam, inclusive, que a vasta obra de Teófilo foi prejudicada pela falta de maior sistematização e aprofundamento das matérias, pela rapidez com que produzia e editava os seus textos, e pelo espírito sectário que perpassava nalguns escritos. A segunda República era muito diferente da primeira e os seus homens não se reviam nos valores ideológicos de Teófilo Braga.

Porém, parte das suas ideias sobre a nacionalidade eram bem vistas, nomeadamente o determinismo do meio e da raça, a valorização do passado e da tradição. Os estudos de Teófilo sobre os costumes, crenças e tradições populares, na linha do que já tinha feito Almeida Garrett, foram essenciais para o conhecimento da «alma nacional» e, por isso, a principal lição de Teófilo era o seu nacionalismo ingénito. Segundo Agnelo Casimiro, «na fatalidade étnica da Raça, no estímulo construtivo da Tradição, encontrou ele o culto do passado, como fonte inesgotável das energias nacionais. Essa lição não se perdeu. É a nascente que agora desperta» (*Idem*: 40). Estabelecia, deste modo, a ponte entre as ideias de Teófilo e o nacionalismo tão valorizado pelo novo regime. Na mesma linha, a acta da cerimónia realizada na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo registava:

«O seu amor a Portugal e às tradições do povo, que estudou profundamente nos seus principais aspectos, com rigoroso critério científico, ressalta de toda a sua vastíssima obra – cerca de duzentos volumes – que constitui um notável monumento de erudição. Numa geração, aliás,

brilhante, de cépticos e negativistas, como foi aquela a que Teófilo pertenceu, pode dizer-se [que] foi o único construtivo e iniciador que, num labor constante e obcecado, exaltou entusiasticamente o nosso rico e quase ignorado património literário, contribuindo por seu turno para a manutenção da fé no futuro da pátria» (*Idem*: 60).

E a propósito era citado, justamente, António Sardinha: «[...] Teófilo é bem um prelector da mística nacional, como que um guardião inspirado dos tesouros da raça». Além do patriotismo, Teófilo era também visto como «exemplo de virtudes cívicas» e de coerência moral (*Idem*: 40 e 43). Homem controverso e polémico, de temperamento difícil, suscitou antipatias e inimizades. Mas manteve-se sempre impoluto e firme nas suas convicções, altivo na sua modéstia, como notou um antigo discípulo (*Idem*: 48). No *Açoriano Oriental*, Miranda e Costa afirmava: «Teófilo Braga, como homem público foi um idealista. Não procurou honras ou proventos. Procurou somente servir» (*Idem*: 148). A sua passagem pelo poder foi muito curta, mas o seu nome ficou ligado à obra do governo provisório que implantou a I República, em Portugal. Não foram tempos fáceis, como o próprio Teófilo recordou numa carta a Luís de Oliveira Guimarães: «Mas surge o 5 de Outubro, proclama-se a República e, inesperadamente, achei-me saudado nas ruas de Lisboa por uma multidão ansiosa, quase delirante, que me tratava pelo «senhor presidente». A ilusão depressa se converteu, confrangedoramente, em realidade. Não tardou que algumas centenas de excelentes pessoas me entrassem pela porta dentro pedindo-me entrevistas, autógrafos, empregos, subsídios e, até, dinheiro emprestado. Não havia dúvida: eu era, para todos os efeitos, o presidente da República. Confesso-lhe, porém, que ao ver-me dentro de

um landau, rodeado de uma esquadra de cavalaria, a caminho da primeira cerimónia oficial, tive, confesso-lhe, a impressão que me levavam preso – de sobrecasaca e chapéu alto! Esses longos meses na chefia do Governo Provisório foram a expiação de males que eu não praticara e que, ao contrário, sempre tentara evitar. Aqueles que, nas horas incertas, me procuraram, arrancando-me à paz dos meus livros, foram os primeiros a atirar-me a sua pedra. Quis fazer da República um jardim: as lagartas comiam as flores, ao plantá-las. Acabei por ficar só – com o meu guarda-chuva, velho amigo filósofo que, tantas vezes, me tem consolado nas amarguras e acoitado nas invernias» (*Idem*: 148-149).

Teófilo Braga esteve no poder impelido pelo sentido de dever, mas não era esse o seu ambiente. As prelecções, no Curso Superior de Letras, e a escrita eram as duas actividades que davam sentido à sua existência. Tinha conspirado muito para derrubar a monarquia, mas sentia-se só no novo regime. Distante das intrigas políticas e das divisões partidárias, ficou como uma espécie de reserva moral da nação. Por isso, teve honra de panteão nacional e, em 1966, quando abriu o de Santa Engrácia os seus restos mortais foram logo trasladados. Ali repousava ao lado de escritores, Almeida Garrett, João de Deus e Guerra Junqueiro, e de dois presidentes da República que governaram em ditadura, Sidónio Pais e Óscar Carmona. O outro presidente da República que, actualmente, se encontra no panteão, também de origem açoriana, Manuel de Arriaga, só foi trasladado em 2004. Os panteões não são imunes às vicissitudes da política e dos regimes, o que explica as escolhas que são feitas. Mas Teófilo Braga foi o primeiro presidente da República a figurar no Panteão Nacional, o qual, na sua ordem de ideias, deveria ser o altar onde a pátria celebra os seus grandes homens.

Vida de Teófilo Braga: breve cronologia

1843

Fevereiro 24 – nascimento em Ponta Delgada, Ilha de São Miguel.

1846

17 Novembro – morte da mãe.

1848

Casamento do pai com D. Ricarda Joaquina Marfim Pereira.

1849 e anos seguintes

Infância marcada pela má relação com a madrastra. Por altura da morte desta, escreveu à irmã Maria José: «[...] todo o mal que ela me fez vai já muito longe, e na vida tenho encontrado maiores dificuldades, de sorte que hoje não sinto o mínimo ressentimento nem ódio pela sua memória.»

1854

28 Agosto – exame de instrução primária no Liceu de Ponta Delgada.

1858

3 Janeiro – publica a primeira poesia, intitulada *A Canção do Guerreiro*, no jornal *Estrela Oriental*, da Vila da Ribeira Grande (n.º 84), dedicada ao seu irmão João Fernandes Braga.

3 Maio – funda o jornal literário *O Meteoro* para ter onde publicar as suas poesias que dura até Novembro desse ano.

1859

15 Janeiro – funda com alguns amigos o quinzenário *O Santelmo*; terminou com o n.º 44 a 31 de Outubro de 1860.

26 Julho – conclui o curso geral do Liceu; publica o seu primeiro livro *Folhas Verdes*.

1860

Saída de S. Miguel.

1861

17 Abril – chegada a Coimbra. Em carta a F. M. Supico escreveu: «Estou finalmente em Coimbra, no campo da grande contenda em que vou entrar. Tenho por únicos inimigos os parcos meios de que disponho e a série de exames a que me vou expor. Confesso-lhe que estou sem crença no futuro, desde que me foi preciso sair do mundo da idealidade onde vivi, para me sujeitar à aridez dos repisados compêndios.»

1862

Julho – aprovado nos exames de preparatórios para a matrícula na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Dezembro – assina com mais 313 estudantes o *Manifesto dos Estudantes* da Universidade de Coimbra à opinião ilustrada do país, redigido por Antero de Quental.

1863

2 Junho – aprovado no acto do 1.º ano de Direito; dispensa a mesada paterna.

1864

Março – grande sucesso literário com a publicação da *Visão dos Tempos*, no Porto.

Abril – conhece em Coimbra D. Maria do Carmo Xavier de Oliveira Barros Leite, irmã do um discípulo.

6 Junho – aprovado no acto do 2.º ano de Direito.

Outubro – publica *Tempestades Sonoras*. Em carta a F. M. Supico dizia: «Não cesso de trabalhar; quero ver se me elevo; quero dinheiro para saber apresentar-me.»

Dezembro – vai passar as férias do Natal a Lisboa, a convite de um grupo de escritores; conhece Alexandre Herculano.

1865

29 Abril – primeira representação da peça *Sede de Justiça ou Resignação*, no Teatro Académico de Coimbra.

Junho – aprovado no acto do 3.º ano de Direito.

Novembro – entra na *Questão Coimbrã*, com o folheto *As Teocracias Literárias*.

1866

2 Julho – aprovado no acto do 4.º ano de Direito.

1867

Julho – aprovado no acto do 5.º ano de Direito; convidado a fazer doutoramento.

1868

4 Abril – casamento no Porto, onde fica a viver com a família da mulher.

Maiο – concorre com mais quatro candidatos à cadeira de Direito Comercial da Academia Politécnica do Porto, ficando excluído por unanimidade.

26 Julho – doutoramento em Direito.

1869

13 Fevereiro – morte do primeiro filho. Em carta a F. M. Supico escreveu: «Sucedeu-nos agora uma grande desgraça: morreu o nosso primeiro filho e a mãe por instantes esteve também morta. É preciso aceitar as coisas como elas são e fazer por torcer de uma vez a fatalidade.»

1870

14 Abril – morte do pai em Ponta Delgada.

1871

Fevereiro – excluído no concurso para professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

1872

Maiο – admitido no concurso para professor da cadeira de Literaturas Modernas do Curso Superior de Letras, em Lisboa. Sobre a dificuldade desta admissão escreveu a F. M. Supico: «Estes últimos meses têm sido para mim de uma luta desesperada; queriam-me roubar o lugar que me pertencia e maquinaram contra mim toda a qualidade de infâmia. Apresentei-me em campo, não direi nu, como os

heróis antigos, mas despido de influências, de valimentos e de empenhos; levava só comigo esse capital que se amontoa na solidão e recolhimento moral, com trabalho sério e desinteressado. [...] enfim, eu tenho educado a vontade e posso afiançar-lhe que é a única força consciente que existe no mundo.»

1873 e anos seguintes

Continua, incessantemente, a trabalhar e a publicar as suas obras ensaísticas e literárias.

1880

Integra a comissão organizadora do tricentenário da morte de Camões.

1886

6 Dezembro – morte do filho com treze anos de idade. Em carta a F. M. Supico escrevia. «Eu aceito a dor como uma fatalidade.»

1887

18 Março – morte da filha Maria da Graça, com dezasseis anos. Em carta à irmã Maria José escreveu: «Que fatalidade desabou sobre a minha casa e fez de um presente tão risonho e cheio de esperança, um vazio, uma solidão material e moral, trocando todos os momentos da vida em uma dor sem consolação. E o que mais é, vejo-me forçado a abafar o meu desespero, para não deixar na loucura a pobre alma da minha mulher, ferida mortalmente na sua santa maternidade.»

1889

Continua a sua intensa actividade intelectual e as lições no Curso Superior de Letras.

1902

Publicação da obra: *Quarenta anos de vida literária*, a sua autobiografia intelectual.

1908

Quinquagenario 1858 a 1908 : cinquenta anos de actividade mental de Theofilo Braga julgados pela critica contemporanea de três gerações literárias. Obra colectiva de homenagem que abre com um estudo de Ramalho Ortigão.

1910

5 Outubro – proclamado Presidente do Governo Provisório da República. Sobre essa experiência diria mais tarde: «Esses longos meses na chefia do Governo Provisório foram a expiação de males que eu não praticara e que, ao contrário, sempre tentara evitar. Aqueles que, nas horas incertas, me procuraram, arrancando-me à paz dos meus livros, foram os primeiros a atirar-me a sua pedra. Quis fazer da República um jardim: as lagartas comiam as flores, ao plantá-las. Acabei por ficar só – com o meu guarda-chuva, velho amigo filósofo que, tantas vezes, me tem consolado nas amarguras e acoitado nas invernias.»

1911

14 Setembro – morte da mulher. Um mês depois, numa carta a Joaquim de Araújo escreveu: «Amei, fiz a minha família, trabalhei para ela, e, nesta trajectória da vida, perdi os filhos, agora a esposa – e acordo de um sonho, de um idílio, de uma tragédia, de um naufrágio, de quarenta e três anos. Valeu a pena? Antero diria que não; eu acho que foi uma revelação da vida equilibrada entre duas realidades e altos ideais. E já é uma grande coisa poder dizer: - Vivi.»

1915

29 Maio – eleito Presidente da República, em consequência da renúncia de Manuel de Arriaga; exerce o cargo até 5 de Outubro.

1916

Continua sempre a escrever e a publicar as suas obras, das quais também vai fazendo reedições, algumas delas profundamente revistas.

1922

Bodas de Ouro do magistério. Em carta à prima dá conta do seu estado de espírito: «Acho-me a distância de dias da encantadora idade dos oitenta anos, o que, não sendo vulgar, é também um glória. Neste ano completei cinquenta de magistério, festival a que se dá o nome de Bodas de Ouro; foram celebrados por entusiásticos estudos dos meus antigos alunos das diversas gerações escolares que passaram diante de mim de 1872 a 1922. Neste relógio da vida não tenho corda para larga actividade e vou colhendo as velas do meu baixel, para em porto seguro poder apodrecer sobre a amarra.»

1924

26 Janeiro – última carta ditada aos editores Lello & Irmão; nela refere que continua a trabalhar apesar de estar numa «situação deplorável», porque não vê para ler nem para escrever e precisa de um secretário.

28 Janeiro – morte em Lisboa, ficando sepultado numa dependência do Mosteiro dos Jerónimos. Em jeito de epítáfio, podemos citar as suas próprias palavras: «Se viver é lutar e sofrer, posso, como poucos, afirmar que vivi.»

1925

24 Fevereiro – transladação do cadáver para o Panteão dos Jerónimos.

1927

Outubro – inauguração no Jardim da Estrela de um monumento, com a presença do presidente da República, general Óscar Carmona.

1934

In Memoriam do Doutor Teófilo Braga, editado por Gaspar Alfredo Rodrigues.

1943

24 Fevereiro – primeiro centenário do nascimento de Teófilo Braga; cerimónias na Assembleia Nacional, na Academia das Ciências de Lisboa, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e noutras instituições do país.

Inauguração do busto, do mestre Teixeira Lopes, em Ponta Delgada. Diversas cerimónias e homenagens nos Açores.

1966

12 Dezembro – transladação dos restos mortais para o Panteão Nacional.

[Fonte: José Bruno Carreiro, «Vida de Teófilo Braga, Resumo Cronológico» in *Primeiro Centenário do Nascimento do Doutor Teófilo Braga*, Ponta Delgada, 1944

Referências bibliográficas:

• *Actas das Sessões da Sociedade de Geographia de Lisboa* (1900), vol. XVIII - Anno de 1898, Lisboa, Imprensa Nacional

• *Almanach Camões para 1881* (1880), Lisboa, Typ. Universal

• ALMEIDA, Fortunato de (1894), *O Infante de Sagres*, Porto, Livraria Portuense de Lopes & C^a, Sucessores de Clavel & C^a

• ALVES, Alfredo (1894), *Dom Henrique, O Infante*, Porto, Typographia do «Comercio do Porto»

• *Annaes da Comissão Central Executiva* (1895-1898), Quarto Centenario da Descoberta da India, 11 fascículos, Lisboa, Imprensa Nacional

• ARAGÃO, A. C. Teixeira de (1898), *Vasco da Gama e a Vidigueira*, 3^a ed., revista e aumentada, Lisboa, Imprensa Nacional

• ARANHA, Brito (1888), *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e Brazil, continuados e ampliados por ..., Tomo XV (Oitavo Supplemento), Lisboa, Imprensa Nacional

• *Arquivo dos Açores* (1981), Reprodução fac-similada pela edição de 1882, vol. IV, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores

• BEBIANO, Rui (1983), «O 1º Centenário Pombalino (1882). Contributo para a sua compreensão Histórica», in *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias - Faculdade de Letras

• BRAGA, Teófilo (1880), *O poema de Camões, Poesia consagrada ao centenario do poeta para ser recitada na matiné dos actores, no Theatro Normal*, Lisboa,

• BRAGA, Teófilo (1884), *Os centenários como Synthese Affectiva nas Sociedades Modernas*, Porto, Typ. De A. J. da Silva Teixeira

• BRAGA, Teófilo (1891), *Camões e o Sentimento Nacional*, Porto, Lugan & Genelioux Sucessores

• BRAGA, Teófilo (1892), *As Modernas Ideias na Literatura Portuguesa*, vol. II, Porto, Lugan & Genalioux Sucés.

• BRAGA, Teófilo (1894), *Mar Tenebroso*, Poemeto, Porto, Imprensa Portuguesa
BRAGA, Teófilo (1907), *Camões, Época e Vida*, Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão

• BRANCO, Camilo Castelo (1880), «Luiz de Camões. Notas Biographicas» in Almeida Garrett, *Camões*, 7^a ed., Lisboa

• CAMÕES, Luís (1860-1869), *Obras*, Precedidas de um ensaio biographico, no qual se relatam alguns factos não conhecidos da sua vida, augmentadas com algumas composições ineditas do poeta pelo Visconde de Juromenha, 6 vols., Lisboa, Imprensa Nacional

• CÂNDIDO, António (s/d) , «O Infante D. Henrique discurso pronunciado no Palacio de Crystal no dia 3 de Abril de 1889» in *Discursos e Conferências*, Porto, Empreza Litteraria e Typographica-Editora

• Catálogo da Exposição Bibliográfica, Iconográfica e Medalhística de Camões (1972), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda

• CATROGA, Fernando (1988), «O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)», in *Análise Social*, vol. XXIV (100), 1.º, 211-273

• CATROGA, Fernando (1996), «Ritualizações da História», in Torjal, Luís Reis, Mendes, José Amado Catroga, Fernando, *História da História em Portugal. Sécs. XIX e XX*, Lisboa, Circulo de Leitores; pp. 547-671

• CHAGAS, Manoel Pinheiro (dir.) (1878), *Diccionario Popular, Historico, Geographico, Mythologico, Biographico, Artistico, Bibliographico e Litterario*, vol. IV, Lisboa

• CHAGAS^a, Pinheiro (1880), «Notas biographicas ao correr da penna» in *Almanach Camões*, Lisboa, Typ. Universal

• CHAGAS^b, Pinheiro (1880), «Camões e Natercia» in Supplemento ao nº 59 da revista *Occidente*, Lisboa, 10 de Junho

• CHAGAS^c, Pinheiro (1880), *O Centenario de Camões, Explicação das causas dos festejos de 10 de Junho de 1880*, Lisboa, Imprensa J. G. de Sousa Neves

• COELHO, J. M. Latino (1985), *Luís de Camões*, Porto, Lello & Irmão - Editores

• CORDEIRO, Luciano (1902), «Bibliographia do Centenario da India» in *Boletim da Sociedade de Geographia*, 18^a serie, nº 12, Dezembro de 1900, Lisboa, Imprensa Nacional

• COSTA, Fernandes, *Hymno do Centenario da India*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898

• DINIZ, José Ferreira Garcia, *Oração funebre que nas solemnes exequias celebradas pelo clero lisbonense na Sé Catedral de Lisboa no dia 8 de Junho de 1880 pelos heroes do Oriente recitou o Dr..., prior da freguesia de Nossa Senhora da Encarnação*, Lisboa, 1880

• FLORES, Francisco Moita (1991), *Republicanismo e Autonomia*, Ponta Delgada, Impraçor S.A. Editora

• *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (s/d), vol. XXVI, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia

• *História de Portugal em Datas* (1994), s. l., Círculo de Leitores

• HOMEM, Amadeu Carvalho (1989), *A Ideia Republicana em Portugal, O Contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Minerva História

- JOÃO, Maria Isabel (1991), *Os Açores no século XIX, Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Cosmos
- JOÃO, Maria Isabel (2002), *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- JOÃO, Maria Isabel (2004), *Mito e Memória do Infante D. Henrique*, Lagos, Câmara Municipal/Comissão Municipal dos Descobrimentos
- JOÃO, Maria Isabel (2005), «Património e Memória da Nação: a Iconografia de Camões» in *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, III série, Lisboa, Universidade Aberta, pp. 121-152
- *Jornal de Viagens* (1880), Publicação Extraordinária Comemorando o Tricentenário do Cantor dos Lusíadas, 10 de Junho, Porto
- JUNQUEIRO, Guerra (s/d), *A Pátria*, Porto, Lello & Irmão – Editores
- JUSTINO, David (s/d), *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal (1810-1913)*, 2 vols., Lisboa, Vega
- LIMA, Sebastião Magalhães (1897), *O centenário no estrangeiro*. Conferência realizada na Sociedade de Geographia de Lisboa, no dia 11 de Novembro de 1897, Lisboa
- LUCAS, Maria Manuel (1993), «A Organização do Império» in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Editorial Estampa
- MACEDO, Jorge Borges de (1985), *Camões em Portugal no Século XIX*, Separata da Revista da Universidade de Coimbra, vol. XXXIII, 1895, pp. 139-180
- MACEDO, Lino de (1894), *A obra do Infante*, Vila Franca de Xira, Typographia Campino
- MARTINS, Oliveira (1924), *Portugal nos Mares, Ensaios de Crítica, História e Geografia*, vol. II, 1ª Ed. posthuma, Lisboa, Parceria António Maria Pereira
- MARTINS, Oliveira (1973), *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, Guimarães Editores
- MARTINS, Oliveira (1986), *Camões, Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*, Lisboa, Guimarães Editores (1ª ed, 1872, 2ª ed. revista, 1891)
- MATOS, Sérgio Campos (1998), *Historiografia e Memória Nacional (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri
- MENDONÇA, Henrique Lopes de (1898), *Bartolomeu Dias e a rota da Índia. artigo não inserto no numero da Revista Portuguesa Colonial e Marítima comemorativo do Centenário da Índia*, Lisboa
- MONTALVOR, Luiz (1932), *História do Regimen Republicano*, II vol., Lisboa
- MONTEIRO, José de Sousa (1898), «Vasco da Gama. A psychologia de um heroe» in *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, 1º anno, Lisboa, Livraria Ferin

- MONTEIRO, Ofélia Paiva (1985), *Camões no Romantismo*, Separata da Revista da Universidade de Coimbra, vol. XXXIII, 1895, pp. 119-137
- MORENO, Tristão (1894), *O Infante D. Henrique. Traços biograficos do inclito «Navegador» precedidos do retrato do Infante e seguido do programma dos festejos que se hão de effectuar no Porto para commemorar o seu 5º centenario*, Porto, Imprensa Commercial
- *O Occidente* (1880, 1894 e 1898), Lisboa, Lallement Frères
- PEREIRA, Firmino (1894), *O Centenario do Infante D. Henrique*, Porto, Editor Magalhães & Moniz
- *Primeiro Centenário do Nascimento do Doutor Teófilo Braga* (1944), Ponta Delgada, Edição Comemorativa da Câmara Municipal de P.D.
- *Primeiros documentos para a historia do jubileu nacional de 1880* (1887), Lisboa, Imprensa Nacional
- *Programma do 3º centenario de Luiz de Camões, commemoração promovida pela corporação da Imprensa Jornalística, auxiliada pela Câmara Municipal, pelo Governo e pelos Habitantes da Cidade, 1580-1880* (1880), Lisboa, Typ. Universal
- *Programme Général dressé suivant l'arrêté ministériel du 2 de Avril 1897 et approuvé par le gouvernement portugais* (1897), Lisbonne, Imprimerie Nationale

- QUEIRÓS, Eça de (1979), *Obras*, vol. I e II, Porto, Lello & Irmão – Editores
- REIS, Jaime Batalha (1880), « O discurso do Sr. Jayme Batalha Reis no banquete da inauguração do bairro Camões» in *Commercio de Portugal*, Lisboa, 24 de Junho, pp. 1-2
- *Revista Micaelense* (1918), nº 3, 1º ano – Novembro, Ponta Delgada
- RILEY, C. G. e RODRIGUES, J. D. (1995), *O Infante, os Açores e a Memória Local no contexto das Comemorações Henriquinas*, Ponta Delgada, Edição dos Autores
- SERRÃO, Joel e MARQUES, Oliveira (dir.) (1991), *Nova História de Portugal*, vol. XI, Lisboa, Presença
- SILVA T. Tomé da (1914), *A Lenda de Sagres*, Prefácio de Teófilo Braga, «A Lenda Infantista», Porto
- SOUSA, Manuel de Faria e (1628), *Epitome de las Historias Portuguesas*, Madrid
- TEIXEIRA, António José (1894), «O Infante D. Henrique», in *O Instituto, Revista Científica e Litteraria*, vol. XLI, 3ª série, nºs 8 e 9, Coimbra, Imprensa da Universidade